



A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

Ano CII – Nº 826 – 1º quadrimestre de 2015



PROFORÇA: TRANSFORMAÇÃO MILITAR OU EUFORIA TECNICISTA? p. 56

FERNANDO AUGUSTO VALENTINI DA SILVA

A REVISTA A DEFESA NACIONAL E O DEBATE MILITAR p. 80

JULIO CEZAR FIDALGO ZARY E SERGIO RICARDO REIS MATOS

DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO E RISCOS À AÇÃO DE COMANDO p. 92

HARYAN GONÇALVES DIAS



A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS DIVERSOS

A DEFESA NACIONAL

Editor

Eduardo Scalzilli Pantoja

Corpo Redatorial

Elias Rodrigues Martins Filho (Presidente)

Valdir de Sousa

José Maria da Mota Ferreira

Reinaldo Nonato de Oliveira Lima

Ricardo Ribeiro Cavalcanti Baptista

Fernando Velôzo Gomes Pedrosa

Composição

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

Praça Gen. Tibúrcio, 125

Praia Vermelha – Rio de Janeiro-RJ – Brasil

CEP 22290-270

Tel.: (21) 3873-3868

Revisão

Jorge Rodrigues Lobato

Bibliotecária

Kelly Leal Vianna

Diagramação

Julia Duarte

Impressão

Triunfal Gráfica e Editora

Direção, edição e distribuição

BIBLIEX

Palácio Duque de Caxias

Praça D. de Caxias, 25 – 3º andar – Ala Marfílio Dias

Rio de Janeiro-RJ – Brasil – CEP 20221-260

Tel.: (21) 2519-5711 – Fax: (21) 2519-5569

www.bibliex.ensino.eb.br

Os conceitos técnico-profissionais emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião da revista e do Exército Brasileiro.

A revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte.

Aceita-se intercâmbio

com publicações nacionais ou estrangeiras.

Os originais deverão ser **enviados para a ECEME** e serão apreciados para publicação, sempre

que atenderem os seguintes requisitos:

documento digital compatível com o programa Microsoft Word®, formato A4, fonte Arial 12, margens de 3cm (E) e 2,5cm (D), entrelinhamento 1,5.

As figuras deverão ser fornecidas em separado, com resolução mínima de 300dpi.

O artigo, sendo científico, deverá conter os elementos pré-textuais que o caracterizam.

As referências devem ser elaboradas

de acordo com as prescrições da

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL

A venda de números avulsos

será feita na Administração:

Tel.: (21) 2519-5715

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES

Redatores: Prêmios Titulares: BARTHOLOMEU NUNES, ESTEVÃO LEITE DE CARVALHO e J. DE SOUZA NEIS

N.º 1

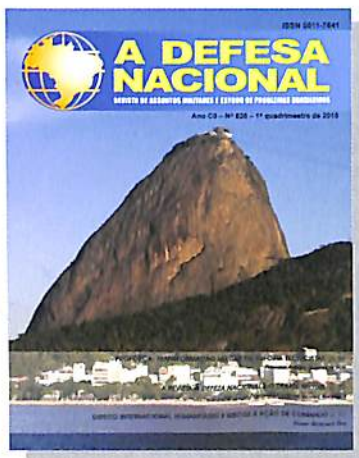
Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

Anno I

SUMÁRIO

Editorial: PANTE JORNALÍSTICA. O Exército e a organização do Exército. Subsidios táticos. A instrução de massa infantaria em face dos ataques vitais. Serviços de munição para a infantaria e metralha. Comandos de grupo de artilharia em combate. A metralha automática de carregamento cartuchos. Correntes táticas na artilharia francesa. PRÁTICA DE ARMA. O período de 7 de Setembro. Mudanças. O desenvolvimento progressivo do serviço de artilharia. Organização da Guarda Nacional. Equipamento adquirido pelo abandono da metralha. Stereophotogrammetria. Arqueamento para a cavalaria. O material de guerra. Custos e material. A Defesa Nacional. O ensino da guerra dos Balcãs sobre artilharia. A infantaria japonesa. Comandos. BIBLIOTECA-REVISTA. Os intermediários clássicos e a transição animal. Serviços de quadros e sobre a carta. Para a arma de infantaria. Livros, filmes e arquivos.

Fac-Símile da portada do Nº 1, Ano I – 10/10/1913 de A DEFESA NACIONAL



NOSSA CAPA

Homenagem aos 450 anos de fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Foto: Jorge Lobato

Tratamento de imagem e diagramação de capa: Julia Duarte



EDITORIAL

Prezados leitores,

É com grande satisfação que fazemos chegar-lhes às mãos mais uma edição da revista *A Defesa Nacional*. Após mais de 100 anos de existência, este periódico reafirma seu compromisso com “o soerguimento das nossas instituições militares, sobre as quais repousa a defesa do vasto patrimônio territorial que os nossos antepassados nos legaram, e da enorme soma de interesses sobre ele acumulados”, como foi expresso no editorial de seu primeiro número. Seu escopo abarca o estudo de problemas brasileiros e assuntos militares, destinando-se à publicação de artigos sobre Estratégia, Tática, Política Internacional, Geopolítica, Administração, Economia, Finanças, Geografia e História.

A presente edição traz ao debate um leque variado de temas que vão da política internacional, à História Militar, passando pelo planejamento estratégico, o Direito Internacional dos Conflitos Armados e a História Institucional do Exército. Mantendo o espírito que animava os fundadores desta revista, os autores dos artigos publicados nesta edição trazem ao debate importantes contribuições críticas em diversas áreas das ciências militares. Esperamos que sua leitura dê ensejo a uma produtiva reflexão por parte dos profissionais militares, dos agentes públicos com atribuições no campo da Defesa Nacional e dos interessados nas questões de segurança e defesa em geral.

O artigo do general de brigada Luiz Eduardo Rocha Paiva trata sobre *A Crise da Ucrânia e seus Reflexos para a defesa do Brasil*. Nele, o autor — antigo comandante e professor emérito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército — lança um alerta contra a dependência tecnológica das Forças Armadas e a dificuldade dos governos em pensar estrategicamente e elaborar planejamentos com perspectiva de longo prazo.

Em função do centenário do início da Primeira Guerra Mundial, transcorrido em agosto passado, o coronel Marcelo Serrano nos

brinda com um artigo sobre *A Primeira Guerra Mundial, seus estereótipos, seus mitos*. Nele, o autor narra o desenrolar daquele conflito que marcou o início do século XX — suas causas, os planejamentos militares iniciais e suas sucessivas fases — e discute as razões pelas quais o seu estudo tem sido tão negligenciado em nossas escolas militares. Em seguida, apresenta argumentos que se contrapõem a alguns estereótipos e mitos comumente assumidos sobre aquele conflito — a estupidez da guerra e a incompetência da sua condução pelos generais de ambos os lados.

O artigo *PROFORÇA: transformação militar ou euforia tecnicista?*, de autoria do major Fernando Augusto Valentini da Silva, apresenta uma visão crítica do atual Processo de Transformação do Exército e do decorrente Projeto de Força desenvolvido pelo Estado-Maior do Exército. A partir de cuidadosa análise da fundamentação teórica e da documentação que estabelece as bases para a pretendida transformação do Exército, o autor questiona o alcance do processo em andamento na Força, identificando-o mais como uma mescla entre adaptação e modernização, ao qual faltam as características de uma verdadeira transformação.

No campo da História Institucional, os maiores Julio Cezar Fidalgo Zary e Sérgio Ricardo Reis Matos trazem o artigo *A revista "A Defesa Nacional" e o debate militar durante a Primeira Guerra Mundial*. Nele, os autores analisam o debate desenvolvido nas páginas deste periódico durante a Primeira Guerra Mundial, tratando sobre a participação do Brasil naquela guerra e as influências das grandes potências europeias na modernização do Exército Brasileiro.

Finalmente, o artigo *O Direito Internacional Humanitário e riscos à ação de comando: Substitutivo ao Projeto de Lei Nr 301/2007 (Apenso PLNr 4.038/2008)*, do major Haryan Gonçalves Dias, discute o Substitutivo ao Projeto de Lei que trata da internalização das condutas tipificadas pelo Tribunal Penal Internacional como crimes de violação do Direito Internacional dos Conflitos Armados no regime jurídico nacional. Segundo o autor, a aprovação do citado substitutivo com a atual redação depreciaria a capacidade de decisão e dificultaria a atuação dos comandantes militares, restringindo-lhes a segurança jurídica diante dos imponderáveis das operações militares.

Esperando atender suas expectativas, desejamos a todos uma leitura agradável e enriquecedora!



SUMÁRIO

A CRISE DA UCRÂNIA: REFLEXOS PARA A DEFESA DO BRASIL	4
---	----------

Luiz Eduardo Rocha Paiva

A 1ª GUERRA MUNDIAL, SEUS ESTEREÓTIPOS, SEUS MITOS	23
---	-----------

Marcelo Oliveira Lopes Serrano

PROFORÇA: TRANSFORMAÇÃO MILITAR OU EUFORIA TECNICISTA?	56
---	-----------

Fernando Augusto Valentini da Silva

A REVISTA A DEFESA NACIONAL E O DEBATE MILITAR DURANTE A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL	80
---	-----------

Julio Cezar Fidalgo Zary

Sérgio Ricardo Reis Matos

DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO E RISCOS À AÇÃO DE COMANDO: SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI NR 301/2007 (APENSO PL NR 4.038/2008)	92
---	-----------

Haryan Gonçalves Dias

A Crise da Ucrâniaⁱ

Reflexos para a defesa do Brasil

Luiz Eduardo Rocha Paiva*

Introdução

A Ucrânia vinha entabulando conversações para estabelecer um acordo de associação à União Europeia (UE), cujo acerto foi concluído em março de 2014. O processo que levou a tal desfecho foi extremamente conflituoso, envolvendo os EUA e a Rússia,

além dos atores já citados. O desdobramento previsível dessa associação é a futura incorporação da Ucrânia à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Na Figura 1, é destacada a região da crise.

O governo anterior da Ucrânia fora pressionado pela Rússia, ao longo de 2013, para desistir do acordo e aceitara a proposta do poderoso vizinho, mediante a promessa de compensações. Houve forte reação do segmento da população ucraniana de etnia não russa, que culminou com a deposição do então presidente Yanukovich por decisão do Congresso, após alguns meses de séria crise política com violentas manifestações de rua. Ficou patente a ingerência russa em apoio ao governo deposto e a dos aliados ocidentais — EUA e UE — a favor da oposição em sua escalada ao poder.

Na sequência, a Rússia não reconheceu o novo governo, promoveu a anexação da

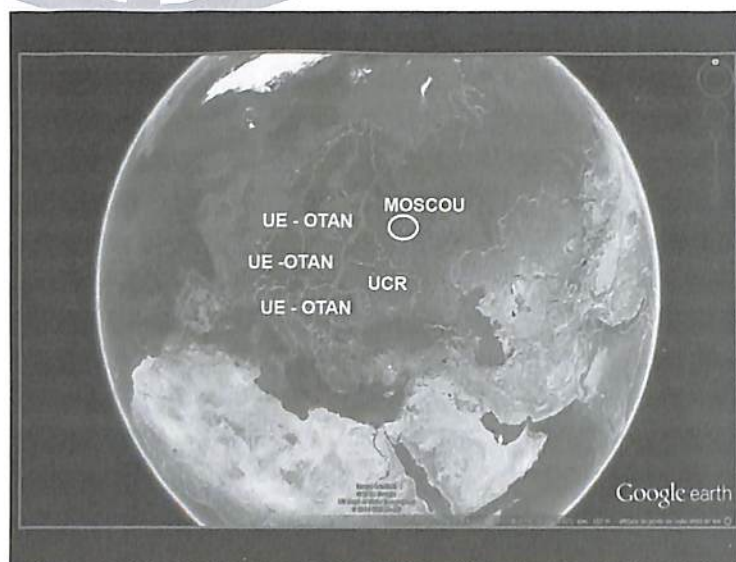


Figura 1 – Região da Crise

Fonte: Google Earth® (Internet)

* General de brigada da reserva; doutor em Aplicações, Planejamento e Estudos Militares na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME); possui Pós-Graduação Lato Sensu MBA Executivo do Exército Brasileiro – Especialização, na Fundação Getúlio Vargas; foi observador militar das Nações Unidas em El Salvador; possui o Curso de Estado-Maior na Escola Superior de Guerra do Exército Argentino; comandou o 5º Batalhão de Infantaria Leve (Regimento Itororó), em Lorena (SP); e comandou a ECEME, de onde é professor emérito. É membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil e pesquisador do Núcleo de Estudos Prospectivos do Centro de Estudos Estratégicos do Exército.

Crimeia e desestabilizou o leste da Ucrânia, apoiando veladamente grupos de etnia russa, parcela considerável da população naquela parte do país, em seus propósitos de separação e incorporação à Rússia. O objetivo principal dessa manobra não está claro se seria anexar o leste da Ucrânia ou coagi-la, por meio dessa ameaça, a reverter a adesão à UE ou, no mínimo, obter seu compromisso e dos aliados ocidentais de que ela não irá se incorporar à OTAN.

Este artigo pretende analisar a crise, a fim de concluir sobre o posicionamento ideal a ser adotado pelo Brasil e de identificar ensinamentos importantes para a defesa nacional, considerando a relação da defesa com interesses do Brasil nos demais campos do poder, que possam ser afetados pelo conflito.

Dados sobre a Ucrânia e a Rússia

A seguir, visando nivelar conhecimentos, são apresentados alguns dados da Ucrânia e da Rússia, entremeados por uma apreciação sobre suas forças armadas e poder militar relativo, respectivamente, para comparar e avaliar as consequências da herança industrial militar da antiga URSS.

Ucrâniaⁱⁱ

O país se tornou independente em 1991 e tem uma população de cerca de 46



Figura 2 – Mapa da Ucrânia com as principais cidades

Fonte: es.justmaps.org

milhões de habitantes, com 2,6 milhões na capital — Kiev. Outras cidades importantes são Kharkov, Dnipropetrovsk, Donetsk, Odessa e Lvov (Figura 2). Em 2012, o PIB era de US\$ 163 bilhões, com 66% em serviços, 18% em indústria e 16% em agricultura.

Da população, 73% são Ucrânianos, 22% são russos (concentrados ao Leste, onde são maioria em Donetsk e na Crimeia — Figura 3) e 5% pertencem a outras etnias, incluindo a tártara. A maioria segue a religião cristã ortodoxa, 10 milhões são grego-católicos, havendo minorias protestantes, católicas e judaicas. O idioma oficial é o ucraniano, mas também são falados o russo e o tártaro.

A superfície é de 603.700km² (pouco maior que o Estado de Minas Gerais), dividida em 25 regiões administrativas. A Crimeia tinha um estatuto especial com grande autonomia interna até ser incorporada à Rússia. Faz fronteiras terrestres ou fluviais com a Moldávia, Romênia, Hungria, Eslováquia, Polónia, Bielorrússia

rússia e Rússia, sendo banhada ao sul pelo Mar Negro e o Mar de Azov.

O relevo é plano, com algumas mesetas e planaltos, destacando-se no Sudoeste os Montes Cárpatos (máximo de 2.061m) e no Sul as montanhas da Crimeia (máximo de 1.545m). O clima é moderado e continental, e o solo se compõe de terras negras, estepes e semiestepes no Sul e bosques mistos ao Norte, ocupando 14% da superfície.

Os recursos naturais são petróleo, gás natural, minério de ferro, carvão, manganês, enxofre e grãos em terras férteis, daí ser chamada de “Celeiro da Europa”.

Os principais compradores de seus produtos são a Rússia (35%), seguida da Europa e da Ásia, estas últimas com o mesmo percentual (27%). Os principais exportadores para a Ucrânia são a Rússia (30%), a China (10%) e a Alemanha (9%).

As Forças Armadas da Ucrânia e da Rússia

O desequilíbrio de forças em favor da Rússia é flagrante (Figura 4). Embora o Exército ucraniano seja um dos mais fortes da Europa, grande parte de seu equipamento e armamento é de origem russa, vulnerabilidade agravada por não estar no estado ideal de manutenção, fruto da situação econômica do país. O poder relativo fica ainda mais favorável à Rússia não só pela situação de aprestamento das forças, mas também pelo grau de fidelidade a cada governo. A falta de coesão na Ucrânia foi agravada pelo andamento da crise política e pela presença de um forte contingente populacional russo, principalmente, na parte oriental do país. Não deve ser descartada a possibilidade de uma guerra civil entre facções

políticas que estão no poder e seus opositores, com apoio russo, havendo risco de esfacelamento da nação.

Por outro lado, existe um importante complexo industrial militar baseado na Ucrânia, herança da antiga URSS, que produz armamentos, aeronaves, navios, mísseis, foguetes e componentes

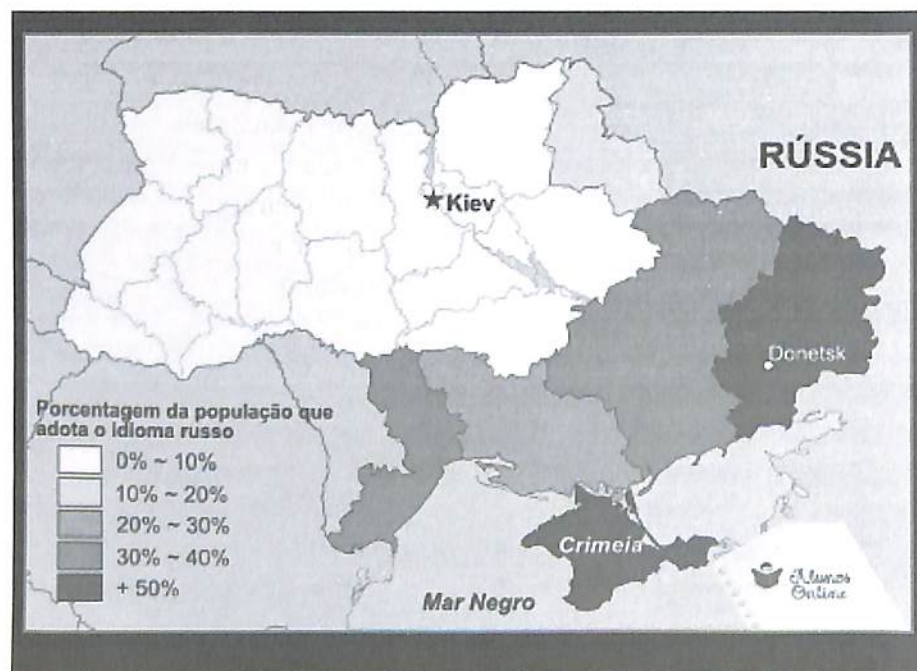


Figura 3 – Região de influência russa na Ucrânia

Fonte: www.bussolaescolar.com.br

PODER MILITAR	UCRÂNIA	RÚSSIA
EFETIVOS	130 mil	845 mil
TANQUES	1,1 mil	2,5 mil
CAÇAS	221	1,4 mil
FORÇA NAVAL	17	171*
* 25 no Mar Negro		

Figura 4 – Comparação do poder militar entre Ucrânia e Rússia
 Fonte: www.bbc.co.uk

para uma grande variedade de equipamentos russos de alto valor militar (MURMEL, 2014). A Rússia não produz alguns equipamentos ou parte de seus componentes ou os produz em quantidade insuficiente. Assim, o aparato criou laços de mútua dependência, pois 70% da produção são vendidos à Rússia e não interessam à OTAN, cujos equipamentos têm requisitos operacionais distintos, e a Ucrânia precisa dos recursos dessa venda para fazer face às suas graves carências financeiras. Por outro lado, a Rússia precisará de um tempo razoável para começar a fabricar em seu território o que obtém com a produção do país vizinho. Grande parte das indústrias concentra-se exatamente no leste, sudeste e sul da Ucrânia, onde se concentra o grande contingente populacional russo. A perda da Ucrânia para a UE e, futuramente, para a OTAN, levando todo esse aparato, é um dos motivos das pressões políticas, econômicas e militares, bem como do apoio de

Moscou aos movimentos separatistas na região oriental daquele país, mesmo com a ameaça de sanções econômicas e outras retaliações.

A cooperação militar tem vantagens indiscutíveis, mas pode ter consequências perigosas quando for entre uma potência muito superior e um vizinho mais fraco. Se a parceria trouxer dependência ou comprometer a autonomia do mais poderoso na produção de equipamentos militares de valor estratégico, o mais fraco estará diante de permanente

ameaça de intervenção se houver um mútuo conflito por interesses importantes ou vitais.

Rússiaⁱⁱⁱ

A população é de cerca de 143 milhões de habitantes, com 11 milhões na capital — Moscou. Outras cidades importantes na região do conflito (fronteiras oeste e sudoeste) e no núcleo de poder russo são Rostov, Volgograd, Samara, Kazan, Nizhniy Novgorod, e São Petersburgo. O PIB é de cerca de US\$ 2 trilhões, com 60% em serviços, 36% em indústria e 4% em agricultura.

Da população, 82% são de etnia russa, e 18% de outras cem etnias, sendo os ucranianos e bielorrussos os grupos mais influentes. A maioria segue a religião cristã ortodoxa russa (80 milhões), havendo ainda católicos e protestantes, além de islâmicos, budistas e judeus. O idioma oficial é o russo, mas são falados outros cem idiomas na imensidão do país.

A superfície de mais de 17 milhões de km² é dividida em oito imensos distritos federais. As fronteiras russas na região do conflito e entorno estratégico são com a Estônia e Letônia, integrantes da OTAN, Bielorrússia, Ucrânia, Geórgia e Azerbaijão. O *enclave* russo de Kaliningrado, no litoral do Mar Báltico, faz fronteiras com a Lituânia e a Polônia. Ao Sul, a região é banhada pelos mares Negro, de Azov e Cáspio.

O relevo na região é plano, com vegetação baixa, sendo uma das maiores planícies do mundo — Planície do Leste Europeu. Ao sul, entre os mares Negro e Cáspio, eleva-se o Cáucaso na fronteira com a Geórgia e o Azerbaijão. O clima é temperado na planície e de montanha no Cáucaso.

Os principais recursos naturais são petróleo, gás natural, carvão, ferro e diversos minerais de alto valor estratégico, como urânio, alumínio, tungstênio, terras raras e titânio, entre outros. O país se destaca pelo desenvolvimento científico-tecnológico em setores estratégicos, que lhe garantem status de potência militar global.

Os principais parceiros comerciais da Rússia serão apresentados adiante, ao se tratar de suas relações como o Brasil.

O posicionamento do Brasil diante da crise

Para expressar uma opinião sobre a posição do Brasil diante da crise, convém avaliar o relacionamento do país com os principais atores envolvidos, ou seja, Ucrânia (com apoio dos EUA e UE) *versus* Rússia,

sem se restringir ao campo militar.

O Brasil não teve poder para influir de modo decisivo na condução de crises regionais, como ficou demonstrado em situações recentes em Honduras (2009) e Paraguai (2012), no entorno estratégico do país. Com muito mais razão, não o teria na questão da Ucrânia. Não foi incluído pelas potências globais quando tentou participar como interlocutor nas negociações entre o Irã e EUA e UE, na questão do desenvolvimento da energia nuclear pelos iranianos. Portanto, o Brasil tem um peso político limitado nos contextos regional e global.

As consequências de adotar uma posição em apoio à Rússia ou à Ucrânia devem ser consideradas no que tange ao custo-benefício econômico, no curto prazo, e também quanto aos aspectos geopolíticos, cujos resultados se dão a médio e longo prazo e poderão ter igual ou maior importância. Da mesma forma, não devem ser desprezados aspectos morais e legais inseridos na questão.

Relações Brasil-Ucrânia^{iv}

Em 2012, o Brasil foi destinatário de 0,5% das vendas da Ucrânia (US\$ 350 milhões), ocupando a 40ª posição entre os países compradores. As compras da Ucrânia ao Brasil correspondem a 0,7% de suas importações (US\$ 572 milhões), com o nosso país na 26ª posição entre os vendedores. O intercâmbio comercial cresceu 100% desde 2008, mas ainda é pequeno, com *superavit* de US\$ 175 milhões para o Brasil.

Para o mundo, os principais itens de exportação da Ucrânia são ferro e aço (22%), cereais (10%), gorduras/óleos (6%), veícu-

los para vias férreas e máquinas mecânicas (12%). Na pauta das importações brasileiras daquele país, os principais itens são adubos (60%), combustíveis (11%) e ferro e aço em geral (12,5%). Portanto, 71% de nossas importações não estão entre os principais itens de exportação da Ucrânia (ferro e aço).

Combustíveis (31%), automóveis, máquinas mecânicas e elétricas (23%), plásticos e produtos farmacêuticos (8%) lideram as importações ucranianas. As principais exportações brasileiras para a Ucrânia têm origem no agronegócio (70%), com ênfase no comércio de carnes, seguido da venda de aviões (21%). Assim, nossas exportações não estão entre os principais itens comprados pelo parceiro.

Com a crise, tem havido prejuízo no comércio, conforme a matéria a seguir:

BRASÍLIA – Com a crise na Ucrânia, as exportações do Brasil para aquele país tiveram uma redução de 60% nos dois primeiros meses deste ano em comparação com o mesmo período de 2013. As importações recuaram 67% no mesmo período. [...] “A Ucrânia representa para o Brasil um mercado pequeno” [...] A representatividade da Ucrânia entre os mercados que compram a carne brasileira não é grande. [...] a Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína divulgou nota informando que, desde outubro do ano passado, as vendas para o país vêm caindo. [...] não há sinal de reversão do cenário (AGÊNCIA BRASIL, 2014).

Quanto a investimentos bilaterais, convém considerar o que se segue:

Não há registros nas estatísticas oficiais ucranianas de investimentos brasileiros na Ucrânia. Os ingressos de investimento direto da Ucrânia no Brasil, por sua vez, so-

maram cerca de US\$ 46 milhões, em 2012, segundo dados do Banco Central, e US\$ 1 milhão em 2013, no período de janeiro a abril. Em setembro de 2013, a Ferrexpo, empresa ucraniana focada na produção de pelotas de ferro, adquiriu participação de US\$ 80 milhões de dólares na mineradora brasileira “Ferrous Resource”, localizada no Estado de Minas Gerais. Trata-se da primeira grande expansão da companhia fora do leste da Europa, que confere à Ferrexpo ponto de apoio para fazer frente a sua principal concorrente em pelotas de ferro, a Vale. Há outros potenciais investimentos que merecem ser mencionados — a intenção da Indar, empresa farmacêutica ucraniana, de instalar filial no Brasil. A empresa ucraniana de turbinas para projetos energéticos, Zorya-Mashproekt, bem como a empresa do setor aeroespacial Yuzhnoye demonstraram interesse em instalar escritório de representação no Rio de Janeiro. [BRASIL, 2013(b)]

Um acordo estratégico sob os pontos de vista de distintas expressões do poder, com ênfase na militar e na científico-tecnológica, é o Programa Ucraniano-Brasileiro de Lançamento de Foguetes, a partir da Base de Alcântara (Maranhão), selado em 2003. À Ucrânia cabe a construção do foguete tipo Ciclone 4 (lançador de satélites), e ao Brasil, a do centro de lançamento, pois é o local do planeta que oferece as melhores condições técnicas e econômicas para colocar satélites em órbita. Dessa forma, espera-se que governos e empresas estrangeiras paguem pela utilização da base e do veículo lançador com retorno financeiro para o Brasil e a Ucrânia.

Entre outros críticos, há os que duvidam da viabilidade econômica e do retorno financeiro do acordo. Além disso, não está prevista a transferência de tecnologia de ve-

ículos lançadores, pois foram estabelecidas salvaguardas tecnológicas iguais às constantes em acordo semelhante com os EUA, abandonado no primeiro mandato do ex-presidente Lula.

A crise na Ucrânia e as dificuldades econômicas dos dois países colocaram em risco o futuro dessa iniciativa, na qual já foi investido cerca de R\$ 1 bilhão pelos parceiros. Se não for realizado o primeiro lançamento, já adiado para 2015, será mais um atraso no cada vez mais desacreditado Programa Espacial Brasileiro para desenvolver veículos lançadores de satélites.

Relações Brasil-Rússia^v

Em 2012, o Brasil foi destinatário de 0,4% das vendas da Rússia (US\$ 2,2 bilhões), ocupando a 33ª posição entre os países compradores. As compras da Rússia ao Brasil correspondem a 1% de suas importações (US\$ 3,3 bilhões), com o nosso país na 19ª posição entre os vendedores. O intercâmbio comercial reduziu-se em 25,7% de 2008 a 2012, com *superavit* de US\$ 350 milhões para o Brasil naquele ano.

A UE (Holanda, Alemanha e Itália) e a Ásia (China) são os maiores parceiros da Rússia, respectivamente com 45% e 24% das exportações e 34% e 30% das importações russas. O comércio da Rússia com a Ucrânia supera o brasileiro, pois esta última vende US\$ 17,3 bilhões (5,5%) e compra US\$ 13,9 bilhões (2,6%) da Rússia. Para fins de comparação com o Brasil, a Rússia responde por 25% das vendas da Ucrânia, ao passo que suas exportações correspondem a 32% das compras ucranianas, com ênfase em petróleo e gás. Ou seja é o seu maior parceiro

comercial, gerando forte dependência ucraniana. A redução do comércio entre esses contendores abrirá espaços para outros suprirem as necessidades de cada um.

Para o mundo, os principais itens de exportação da Rússia são combustíveis — petróleo, gás natural, hulhas — e energia elétrica (71%). Na pauta das importações brasileiras daquele país, os principais itens são adubos (60%) e combustíveis (14%), exatamente como ocorre com as importações brasileiras da Ucrânia.

Máquinas mecânicas e elétricas (29,5%) e automóveis (14,1%) lideram as importações russas. Mas as principais exportações brasileiras para a Rússia têm origem no agronegócio, com ênfase no comércio de carnes (51%), seguido das vendas de açúcar (24%) e fumo (7%). Assim, não estão entre os principais itens comprados pelo parceiro e se concentram em produtos do agronegócio, tal qual acontece com a Ucrânia.

Segundo a Sociedade Rural Brasileira, a crise poderá beneficiar as exportações nacionais, como prevê em matéria veiculada em 16/04/2014 no sítio SRB na Internet:

Do Brasil Econômico – A ameaça de sanções à Rússia por Estados Unidos e União Europeia, por causa da anexação da Crimeia ao território russo, pode abrir uma janela de oportunidades para o comércio Brasil-Rússia. Além da carne, carro-chefe das exportações brasileiras para a Rússia, outros produtos do agronegócio terão chances de ampliar sua participação naquele mercado. Caso as sanções se concretizem, o Brasil com certeza irá ajudar a completar o fornecimento de produtos que são importados desses países, especialmente os primários, afirma o superintendente da Câmara Brasil-Rússia, Gilmar

Menezes. Na opinião dele, os principais beneficiados serão as carnes congeladas de frango, porco e de boi, o que poderá representar aumento entre 15% e 20% da exportação atual. Dados da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) apontam que essa expansão já está ocorrendo: em março, o Brasil embarcou para a Rússia 11.620 toneladas de carne suína, um aumento de 28,08% ante março de 2013. No primeiro trimestre, a alta foi de 6,25%. Nesse período, Moscou liberou três frigoríficos até então embargados por questões sanitárias. (SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA, 2014)

Os investimentos bilaterais tiveram um mútuo e significativo incremento nos últimos cinco anos. As empresas brasileiras mais presentes têm sido a BRASIL FOODS, AB INBEV, JBS FRIBOI, METALFRIO, WEG, MARCOPOLLO, EMBRAER e ANDRADE GUTIERREZ. A ênfase está no ramo da alimentação, mas há iniciativas também nas áreas industrial e de serviços. Os investimentos brasileiros em 2011 foram de US\$ 44 milhões e, até o terceiro trimestre de 2012, chegaram a US\$ 9 milhões. Os investimentos russos no Brasil concentram-se, por enquanto, em siderurgia, metalurgia, petróleo e gás, alcançando US\$ 6,6 milhões no período 2007-2011, não havendo registro em 2012. As principais empresas russas presentes no Brasil são a GAZPROM (petróleo e gás), MECHEL (mineração e metalurgia), MIR STEEL UK (siderurgia), POWER MACHINES (turbinas e geradores), SEVERSTAL (siderurgia), SODRUGESTVO GROUP (soja) e TNK-BP (petróleo) [BRASIL, 2013 (a)].

No campo da defesa, Brasil e Rússia desenvolvem acordos e projetos em conjun-

to, alguns em execução, como: o acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica na área de nanotecnologia; a obtenção dos sistemas de defesa antiaérea russos de curto alcance (Igla) e médio alcance (Pantsir S1 — contrato de US\$ 1 bilhão); a obtenção de helicópteros de ataque MI-35 com nove das doze unidades já entregues; o intercâmbio entre estabelecimentos de ensino; e a cooperação nos campos cibernético e aeroespacial. Existe ainda, como possibilidade, o desenvolvimento conjunto de um caça de 5ª geração.

Em outubro de 2013, o ministro da Defesa da Rússia visitou o Brasil e destacou o interesse russo em ampliar a cooperação militar com nosso país. A Voz da Rússia divulgou que o ministro

propôs aos colegas brasileiros também a cooperação nas questões de criação conjunta de satélites e no desenvolvimento de um programa cósmico especial de comunicação e de sondagem da superfície terrestre (VOZ DA RÚSSIA, 2013).

Conclusões parciais

A análise das relações comerciais, dos investimentos bilaterais e da cooperação militar e científico-tecnológica entre o Brasil e os atores centrais da crise permite concluir sobre o peso das consequências se adotarmos uma posição favorável a um dos contendores ou se mantivermos uma neutralidade *ativa*, postura que não é sinônimo de omissão, como será explicado adiante.

Com a Ucrânia, o intercâmbio comercial é pequeno e já está em queda com a crise, sem maiores reflexos para a economia nacional. Não há dependência mútua; portanto,

havendo retaliação em face de qualquer posicionamento adotado pelo Brasil, outros parceiros, inclusive a própria Rússia, poderiam substituir a Ucrânia. Até o momento, não foram adotadas restrições ao Brasil por nenhum dos parceiros.

O Brasil não tem investido na Ucrânia, e os investimentos desta no Brasil são importantes, particularmente para ela, considerando as restrições que lhe venham a ser impostas pela Rússia.

Quanto ao Programa de Lançamento de Foguetes, além do atraso do cronograma, seu futuro ainda é incerto. A Ucrânia sofrerá pressões contrárias aos interesses do Brasil e difíceis de superar, haja vista o agravamento de suas carências de recursos, os prejuízos na própria crise contra a Rússia e a ampliação de sua dependência econômica à UE e aos EUA, com a associação àquela União. Os EUA opõem-se ativamente ao Programa, por temor de que haja transferência de tecnologia e pelo fracasso do acordo tentado com o Brasil para usar a Base de Alcântara com a mesma finalidade.

Portanto, eventuais retaliações da Ucrânia não terão graves consequências para o Brasil, em face do patamar de nossas relações nos campos econômico, científico-tecnológico e militar. Além disso, se a Rússia, seu maior importador e exportador, lhe fechar as portas, ela precisará de outros parceiros para suprir as necessidades afetadas.

Com a Rússia, as relações comerciais são mais profundas, e as sanções impostas àquela potência pela UE e os EUA abrem oportunidades de serem ampliadas, des-

de que as sanções não sejam aprovadas na ONU. O *superavit* do Brasil com a Rússia é o dobro do que temos com a Ucrânia. Um posicionamento contra a Rússia afetaria nosso relacionamento no BRICS, embora os componentes do bloco ainda não constituam e dificilmente chegarão a compor uma aliança ou mesmo um pacto político-econômico. O Brasil poderia sofrer algumas pressões, mas elas não teriam graves consequências, pois os componentes do bloco são mais competidores do que parceiros em áreas importantes das relações internacionais, sendo limitado o leque de possibilidades de ação conjunta em temas de maior significado global.

Ao contrário da Ucrânia, a Rússia tem sido o destino de importantes investimentos do Brasil, com tendência a serem ampliados e diversificados. A Rússia, por seu lado, também demonstra interesse em aumentar seus investimentos no Brasil, tendência que se deve concretizar caso sofra sanções dos aliados ocidentais.

Na área militar, os acordos e perspectivas de projetos conjuntos são importantes, mas não alcançaram uma profundidade tal que impeça sua paralisação momentânea ou mesmo suspensão.

Convém destacar que os EUA e a UE deverão pressionar o Brasil para adotar uma postura contra a Rússia. Em outras crises internacionais, o Brasil sofreu pressões dessa natureza e demonstrou poder resistir ao alinhamento a um ator ou atores de um dos lados do conflito. Nessas oportunidades, as pressões não resultaram em retaliações ao país, pois ele apresenta atrativos de investimentos e negócios que estão acima do re-

torno político de uma tomada de posição. Na realidade, o Brasil não tem poder extrarregional para desempenhar um papel significativo fora do seu entorno estratégico (América do Sul, África Atlântica, Atlântico Sul e Antártida) e da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Dessa forma, os EUA e a UE sabem que o nosso posicionamento não será decisivo para os seus propósitos no atual conflito.

Finalizando, as consequências de um posicionamento do Brasil nessa crise poderão afetar as relações comerciais, os investimentos e a cooperação militar tanto com a Ucrânia quanto com a Rússia. Os prejuízos ao Brasil seriam maiores com as perdas diante de retaliações desta última, porém não seriam de tal monta que devessem condicionar a decisão sobre a conduta a ser adotada pelo país. As perdas poderiam ser compensadas com a diversificação de parceiros que substituíssem a Rússia ou a Ucrânia nas áreas afetadas por retaliações. Assim, é a geopolítica tradicional,^{vi} contextualizada à crise, que deve pautar o posicionamento do Brasil.

A Geopolítica no Neoimperialismo e a crise

Até o final da Segunda Guerra Mundial, o imperialismo se caracterizava pela expansão das potências mediante a ocupação e anexação territorial e submissão política e econômica de regiões ou nações alvos. Grandes vazios de poder e países fracos conferiam significativa liberdade de ação e espaços para a expansão das potências sem entrarem em choque entre si em muitas situações. O contexto global era de

multipolaridade equilibrada e conflituosa entre os impérios europeus e, a partir do século XIX, os EUA e o Japão.

Hoje, há um neoimperialismo que prima pela projeção de poder político e econômico, respaldados pelo emprego da expressão militar, preponderantemente, de forma indireta. O propósito é controlar a exploração de recursos alheios e/ou manter presença em regiões de valor militar (geoestratégicas) por meio da dependência econômica, financeira e científico-tecnológica, culminando com a limitação da soberania de países alvos. Essa expansão pode se dar por meio de alianças ou acordos obtidos por convencimento, pressão, coação ou, em último caso, pela força das armas. A presença militar em regiões geoestratégicas permite estabelecer bases avançadas para dissuadir, ameaçar ou iniciar um conflito armado a partir de uma posição vantajosa. Isso é manobra estratégica militar; portanto, preparação prévia para um eventual conflito armado. Um exemplo desse propósito, relacionado com a crise ucraniana, é a pretensão dos EUA de estabelecerem um “Escudo de Mísseis” na Europa Oriental, após terem atraído para a OTAN a maioria dos países da antiga “Cortina de Ferro”. O pretexto, risível, para o mencionado escudo é a defesa da Europa ante um eventual ataque com mísseis pelo Irã. A Rússia sabe ser ela o alvo verdadeiro e, por isso, se opõe veementemente a tal iniciativa.

As potências que mais influem nas relações internacionais são, de um lado, os EUA e a UE, sob a liderança da França, Alemanha e Grã-Bretanha, aos quais se

soma o Japão; além desses estão Rússia, China e, como candidata, a Índia. Essas potências exercem poder regional, extrarregional e global; neste último caso, principalmente os EUA e, provavelmente, a China no futuro. Procuram manter esse *status*, o que exige um elevado consumo de recursos estratégicos e energia, disponibilidade de recursos financeiros e presença militar em áreas de valor geoestratégico. Isso implica projetar poder, física ou politicamente, em áreas regionais e globais e, ao mesmo tempo, limitar a presença de potências rivais ou a ascensão de novos competidores. Os países mais fracos, nas áreas de disputa, terminam por ter sua soberania limitada ou compartilhada e enfrentam óbices impostos ao seu desenvolvimento autônomo. A importância conferida a áreas

geoestratégicas de relevância apenas militar será bem caracterizada adiante, mas um exemplo evidente é o do Estreito de Gibraltar, sem nenhum valor econômico, mas de que a Grã-Bretanha não abre mão para a Espanha, por controlar a passagem entre o Atlântico e o Mediterrâneo.

A crise da Ucrânia deve ser analisada no contexto do conflito que sucedeu a Guerra Fria após o colapso da URSS e o consequente enfraquecimento político-militar da Rússia. O período tem dois momentos marcantes. O primeiro foi o *tsunami* da aliança ocidental — EUA/OTAN e UE —, que fez desabar a preeminência da Rússia na Europa Oriental e Países Bálticos e a abalou fortemente no Cáucaso e na Ásia Central. Foi a “era Yeltsin”. O segundo momento marca a reação promovida na “era Putin”, equili-

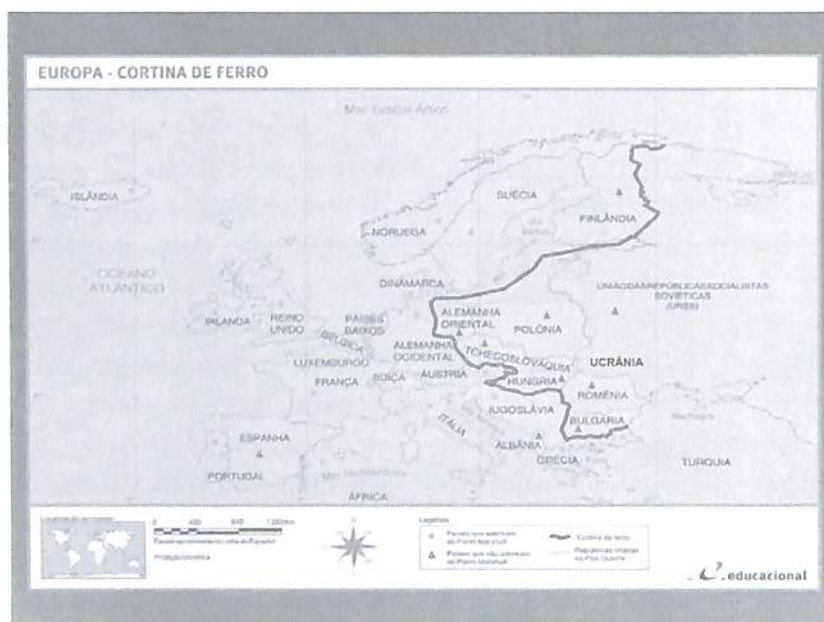


Figura 5 – Cortina de Ferro
Fonte: www.educacional.com.br

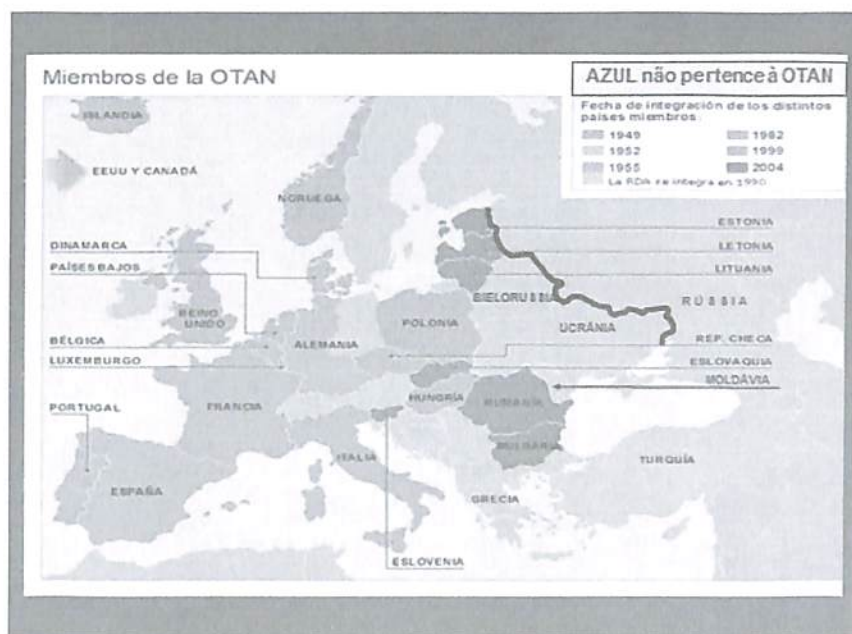


Figura 6 – Membros da OTAN (à esquerda da linha negra)

Fonte: iris.cnice.mec.es

brando o jogo no Cáucaso e na Ásia Central e tentando recuperar a preeminência russa em repúblicas da antiga URSS (Bielorrússia, Moldávia e Ucrânia), pois não conta mais com a “Cortina de Ferro” (Figura 5), nome do cordão de proteção na Europa Oriental, hoje ocupado pela OTAN (Figura 6).

Portanto, a crise é um desdobramento do perene conflito entre as potências globais e não uma novidade na geopolítica do poder. O que muda em determinados momentos é o grau de intensidade e a prioridade da aplicação das diferentes expressões — política, econômica, militar e psicossocial — por parte das principais potências e a presença eventual de atores em ascensão no contexto. Os conflitos do neoimperialismo não visam mais, *a priori*, à conquista de territórios, sua

ocupação permanente ou anexação. A reação das populações afetadas, empregando uma sofisticada guerra de quarta geração ou simplesmente a guerrilha e o terrorismo, tem cobrado um preço elevado, tornando pouco compensadora a ocupação prolongada de território alheio.

O objetivo político das potências ocidentais é colocar a Rússia numa situação de imobilidade estratégica diante da OTAN, na Europa, considerando que prevalecerá sua histórica rivalidade com a China e que a ameaça amarela nas fronteiras da Sibéria a tornará dependente do apoio ocidental para sua proteção. No momento, o efeito parece ter sido o inverso, pois a Rússia fechou um acordo de longo prazo com a China para a venda de petróleo e gás, a fim de diminuir sua dependência das compras

pela UE. Porém, há que se considerar que a economia na Sibéria está caindo sob controle chinês, a população russa na região gira em torno de apenas 10 milhões de habitantes, enquanto cresce a da China, e que a Sibéria será um celeiro de alimentos para bilhões de chineses altamente necessitados se for concretizado o aquecimento global.

Ao analisarmos o período do pós-Guerra Fria, constatamos uma extraordinária expansão da aliança ocidental, particularmente dos EUA, na Europa Oriental, Cáucaso, e Ásia Central, onde estavam praticamente ausentes quando ainda existia a URSS, bem como no Oriente Médio, onde já tinham preponderância. Portanto, os desdobramentos da crise da Ucrânia têm mostrado mais um avanço desses atores contra a Rússia, a qual teve alguns êxitos importantes, mas limitados (do tipo “ao menos isto”) na Crimeia e no leste da Ucrânia, este último ainda não definido em sua extensão.

Nessa crise não há anjos nem demônios

A importância da Ucrânia para a Rússia engloba aspectos políticos, econômicos, militares e psicossociais, neste caso por ser um dos berços da nação e do império russo, ao qual pertencia e continuou submetida durante a existência da URSS. Sua independência foi em 1991, embora tenha continuado sob forte influência russa.

No aspecto político, sem se julgar o mérito do processo usado e a clara ingerência dos EUA e da UE, o presidente

Yanukovich foi deposto por uma decisão interna e soberana da Ucrânia. À luz do Direito Internacional, a Rússia violou a soberania do país vizinho ao promover a anexação da Crimeia e estimular o movimento separatista nas regiões orientais, onde há uma grande população russa. Mas a questão não pode ser analisada com foco apenas no Direito Internacional. A crise mostrou mais uma vez que, se o interesse for importante ou vital, o mais forte imporá sua vontade na ausência de um poder ou aliança capaz de dissuadi-lo. Em suma, se tiver liberdade de ação para exercer o poder.

Ao longo da história, o núcleo político da Rússia tem sido invadido por vários povos e nações, pois a hidrografia e, principalmente, o relevo — a Oeste (entre os Cárpatos e o Mar Báltico), ao Sul (do Mar Negro para o Norte e o Leste) e entre o Mar Cáspio e os Montes Urais (passagem da Ásia) — não oferecem barreiras naturais de vulto, máxime diante da moderna tecnologia militar (Figura 7).

Desde os Países Bálticos, a OTAN já está a cerca de 900km de Moscou. Se a Ucrânia for incorporada à OTAN, essa aliança ficará apenas a cerca de 800km de Moscou, pelo Sul, e à mesma distância do Mar Cáspio. Diante de tão grave ameaça ao núcleo de poder russo e de bloqueio do vital suprimento de petróleo e gás do Cáucaso, o que faria Obama no lugar de Putin? (Figura 8)

Ainda lembrando a história, em 1961 os EUA apoiaram efetivamente a invasão da Baía dos Porcos em Cuba, para derrubar Fidel Castro. Houve violação de soberania. Fidel, com todo direito, buscou a proteção



Figura 7 – Relevo e Hidrografia

Fonte: sociales3eso.files.wordpress.com

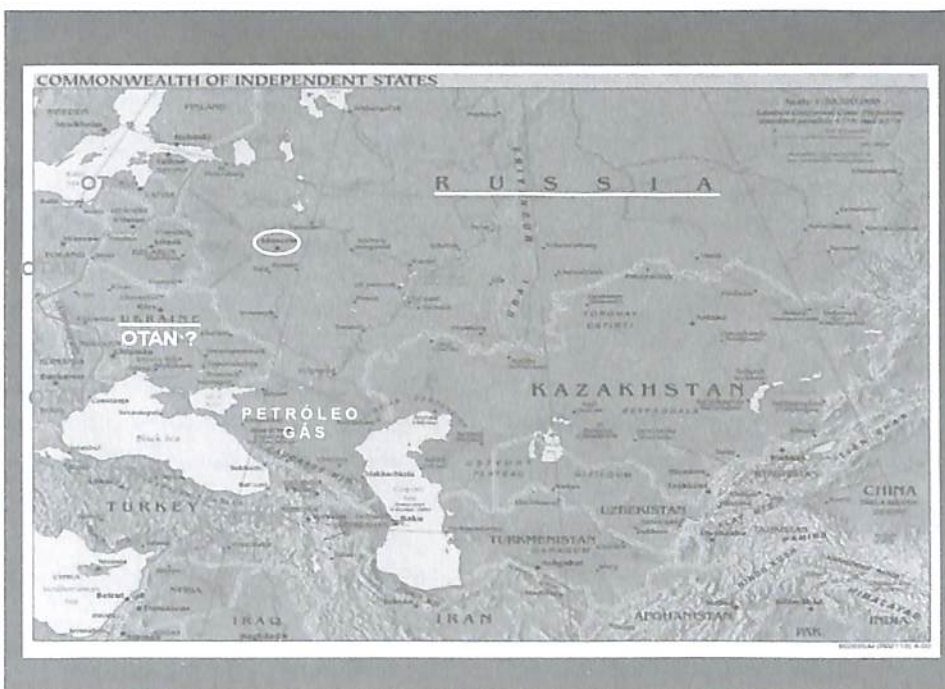


Figura 8 – Se a Ucrânia for Incorporada à OTAN

Fonte: www.lib.utexas.edu

da URSS, que a ofereceu em troca da instalação de mísseis com ogivas nucleares na ilha. Diante da ameaça direta ao seu território e da maior presença militar soviética em área de sua influência, os EUA reagiram com um ato de guerra — bloqueio naval de Cuba — com o nome fantasioso de “quarentena”, violando a soberania cubana mais uma vez. É evidente que não poderiam conviver com a ameaça daqueles mísseis! A URSS os retirou com a promessa dos EUA de jamais invadirem Cuba e de também retirarem seus mísseis da Turquia. Tinha plena consciência da mútua destruição consequente de um conflito nuclear, portanto, algo impensável. Por outro lado, sabia que um conflito convencional longe de seu centro de poder, em área marítima dominada pela armada mais poderosa do mundo seria derrota na certa.

Quanto à Ucrânia, os EUA também têm consciência do custo inaceitável de um conflito predominantemente terrestre e aéreo nas distantes estepes russas, próximo ao núcleo de poder do inimigo. A vitória seria algo incerto, e o resultado não seria compensador, além de enfraquecê-los diante da China, sua maior rival.

Nos dois casos, prevaleceram a segurança da potência ameaçada e o custo-benefício e não o Direito Internacional, inclusive o de soberania. Qual o respaldo moral para satanizar o líder russo? Como reagiria o Brasil se uma potência antagônica fizesse uso militar do território de um vizinho, podendo a partir dele causar danos irreparáveis ou invadir o nosso país?

A posição a adotar é matéria para artigo específico, embora um detalhe deva ser levado em alta conta desde já. No Brasil, desde 1991, governos sem visão estratégica

e reféns do peso eleitoral de formadores de opinião tomam decisões sob pressão internacional e criam condições objetivas para a limitação da soberania na Amazônia. A ingerência político-partidária na Política Externa enfraqueceu o Itamaraty como vanguarda da defesa nacional. Em algumas décadas, mantidas a segregação e desnacionalização da crescente população indígena brasileira, liderada por ONGs ligadas a cobiçosas potências globais, será pleiteada a criação de nações indígenas soberanas, podendo ser por meio de plebiscito, semelhante ao sucedido na Crimeia. Como de praxe, haverá a prévia satanização do Brasil, com apoio externo e interno, para dar embasamento moral à ingerência internacional.

Portanto, a posição do Brasil jamais poderá ser de apoio à Rússia na anexação da Crimeia, embora deva, também, reprová-lo expansionismo político-militar da OTAN, que ameaça a segurança russa e põe em risco a paz na região. Eis a neutralidade *ativa*! Coragem de tomar uma posição coerente com os interesses nacionais e a deixar clara para a comunidade global, nos aspectos que possam ser do conhecimento público, mantendo reserva no que for necessário. O alinhamento não pode ser com países fracos, potências ou alianças, mas sim com a própria Nação, sabendo combinar realismo, idealismo e pragmatismo com o devido equilíbrio. Só assim o Brasil será respeitado mundialmente.

Ensinaamentos da crise para a defesa do Brasil

Quando não há visão de futuro, decisões aparentemente boas para resolver pro-

blemas atuais podem ser, na realidade, erros estratégicos que darão origem a desastres ou, pelo menos, situações de extremo risco no porvir. Basta lembrar que foi Kruschew quem cedeu a Crimeia à Ucrânia em 1954. Do estudo dessa crise, podemos listar um rol de ensinamentos para a defesa do Brasil. Há quem possa considerá-los uma opinião visionária, pois muitos não entendem que o tempo estratégico não se conta por anos, mas por décadas. Existem ameaças potenciais ao Brasil perfeitamente perceptíveis aos que conhecem os ensinamentos históricos dos conflitos e como as potências globais atuam em suas disputas. Defesa não se improvisa, e a preparação para enfrentar desafios futuros deveria ter começado ontem. Com esse propósito, devem ser levados em alta conta os ensinamentos listados a seguir.

- A presença de uma grande população de etnia estrangeira em região pouco habitada por nacionais é um risco para a coesão de uma nação. A História é a mestra das lideranças e dos estadistas de visão. Os exemplos estão aí para ser considerados, não sendo isolado o caso da Ucrânia, cuja imensa população russa no Leste chega a ser majoritária na Crimeia e em Donetsk. Além desse exemplo, a perda do Acre pela Bolívia, a do Kosovo pela Sérvia, a do sul do Brasil pela Espanha para Portugal e outros tantos permitem concluir que: em um país onde determinada região rica seja um vazio de poder, sem população nacional, ocupada por população segregada e sob liderança alienígena, ligada a outras potências,

projeta-se um cenário de perda de soberania e integridade territorial a despeito do direito internacional. Este é o cenário desenhado na Amazônia, em Roraima, com potencial de expansão até o Amapá (calha norte do rio Amazonas).

- Um país precisa diversificar os parceiros e os itens de suas relações comerciais, a fim de não depender de potências globais ou de outros países, particularmente nos itens de maior relevância e complexidade tecnológica. Quanto menos autonomia, menor será a liberdade de ação, o que resulta em vulnerabilidade no jogo de poder das relações internacionais, mesmo nas negociações pacíficas. A cooperação militar entre o Brasil e as potências globais é necessária, pois autonomia total é inviável, ainda que deva ser buscada nos produtos de defesa de alto valor estratégico. Nenhum país chegará ao nível de potência mundial nem terá capacidade de dissuasão extrarregional sem ter indústria, pesquisa, inovação e desenvolvimento científico-tecnológico nacional e com grande autonomia, tanto no setor civil quanto no de defesa. As potências globais não querem a ascensão de novos rivais ao seu patamar de poder, portanto, impõem restrições ao desenvolvimento científico-tecnológico alheio e não irão repassar tecnologia de ponta para seus parceiros em acordos de cooperação militar.
- A cooperação militar entre um país e qualquer parceiro, particularmente

vizinho, deve ter como princípio evitar a dependência em termos de pesquisa, desenvolvimento e produção de equipamentos de maior valor militar. No tocante à produção dos que implicam *importação* de tecnologia, deve ser buscada a autonomia no mais curto prazo. A dependência da Rússia, ainda que parcial, do aparato industrial militar ucraniano é uma vulnerabilidade russa e, ao mesmo tempo, uma ameaça à Ucrânia, por ser vizinha daquela grande potência, que precisa garantir a provisão de produtos do mencionado aparato. A conclusão é a necessidade imperiosa de se ter uma indústria militar nacional de vulto.

- A existência de vizinhos cobiçosos e poderosos, a presença de potências antagonicas ou rivais em países vizinhos ou a aliança destes com tais potências são ameaças, particularmente quando houver um choque de interesses importantes ou vitais. O Brasil não tem vizinhos que o ameacem, mas a globalização trouxe potências como a China, a Rússia e a Índia para a América do Sul onde atores tradicionais como os EUA, UE e Japão já disputavam espaços conosco. Qual será a posição de nossos vizinhos em contenciosos entre o Brasil e tais potências? Será que serão atraídos por elas, haja vista terem poder militar, científico-tecnológico e industrial superiores ao nosso, algumas também com maior poder econômico? O Brasil deve ter especial atenção com Venezuela, Guiana e França, pois estão em nossa Faixa de Frontei-

ras mais exposta à ação de potências globais e da OTAN.^{xii}

- Todo país deve ser capaz de identificar ameaças concretas ou, se não existirem no presente, visualizar as ameaças potenciais no futuro. Assim diz a Política Nacional de Defesa quando define defesa nacional, mas a Estratégia Nacional de Defesa não as levantou. O Brasil deveria ter identificados: os interesses importantes ou vitais a defender; os atrativos que possui em recursos e riquezas; as regiões de relevância estratégico-militar; as potências que cobiçam esses recursos e tenham necessidade ou intenção de controlar essas áreas geoestratégicas; o poder nacional dessas potências, sua capacidade de empregá-lo contra o país e a liberdade de ação para fazê-lo; as áreas geográficas e outras dimensões do poder nacional onde a ameaça possa se concretizar; e as próprias vulnerabilidades para dissuadir ou agir contra o(s) oponente(s) potencial(ais). De posse desse conhecimento, o Brasil deveria desenvolver um Projeto Conjunto de Forças voltado para garantir a soberania, a integridade territorial e o patrimônio nacional. Tal projeto conjunto não existe.
- A disputa por recursos, espaços e poder entre potências é milenar e continuará pautando a relação internacional, seja em negociações pacíficas, seja em conflitos armados. Hoje, as disputas mais conflituosas não se dão na América do Sul, mas a globalização tornou o mundo pequeno, e a ten-

dência é sua expansão para o entorno brasileiro. Dessa forma, o país precisa estar preparado para fazer face a novos desafios e futuras ameaças, que vão exigir um elevado poder nacional, equilibrado em todas as expressões do poder, inclusive a militar. Para tanto, há que se reduzir o hiato significativo com as potências globais, algo só realizável se houver uma forte ruptura de tendências no tocante a investimentos em defesa, ciência e tecnologia e à necessária diversificação, fortalecimento e expansão da indústria nacional de valor estratégico.

Consideração Final

Desperta, Brasil! Já passou a hora de lembrar que: o direito da força prevalece sobre a força do direito nas relações internacionais (o direito é filho do poder); “entre outros males, estar desarmado significa ser desprezível” (Maquiavel); e “não se pode ser pacífico sem ser forte” (Barão do Rio Branco). Crises não surpreendem lideranças responsáveis e sociedades esclarecidas, pois são conscientes de que elas um dia virão e de que defesa não se improvisa. Infelizmente não é o caso do Brasil, único responsável pelo próprio futuro. 🌐

Referências

AGÊNCIA BRASIL. Exportações do Brasil para a Ucrânia caíram 60% em dois meses. **InfoMoney**, São Paulo, 7 mar. 2014. Disponível em: <<http://www.infomoney.com.br/mercados/noticia/3228059/exportacoes-brasil-para-ucrania-cairam-dois-meses>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Divisão de Inteligência Comercial. **Como exportar: Rússia**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2013(a). Disponível em: <<http://www.brasilglobalnet.gov.br/ARQUIVOS/Publicacoes/ComoExportar/CEXRussia.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Divisão de Inteligência Comercial. **Como exportar: Ucrânia**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2013(b). Disponível em: <<http://www.brasilglobalnet.gov.br/ARQUIVOS/Publicacoes/ComoExportar/CEXUcrania.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Divisão de Inteligência Comercial. **RÚSSIA: comércio exterior**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2014(a). Disponível em: <<http://www.brasilglobalnet.gov.br/ARQUIVOS/IndicadoresEconomicos/INDRussia.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Divisão de Inteligência Comercial. **UCRÂNIA: comércio exterior**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2014(b). Disponível em: <<http://www.brasilglobalnet.gov.br/ARQUIVOS/IndicadoresEconomicos/INDUcrania.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

IMIGRANTES. Ucrânia: Portugal como destino. Disponível em: <<http://imigrantes.no.sapo.pt/page2ucrania.html>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

MURMEL, Nicholle. Ucrânia: o indispensável complexo industrial militar para Moscou. **Defesa-Net**, Rio Grande do Sul, 27 jun. 2014. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/geopolitica/noticia/15809/Ucrania---O-Indispensavel-Complexo-Industrial-Militar-para-Moscou/>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

PAIVA, Luiz Eduardo Rocha. Direcionamento estratégico do Exército para a defesa e projeção de poder do Brasil na Panamazônia. **Revista do Centro de Estudos Estratégicos do Exército**, Brasília, jul. 2013. Disponível em: <www.eme.eb.mil.br/ceeex/revista>. Acesso em: 24 nov. 2014.

SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA. Crise da Rússia com EUA e UE poderá ser boa para as exportações brasileiras. 16 abr. 2014. Disponível em: <http://www.srb.org.br/noticias/article.php?article_id=7348 (SRB)>. Acesso em: 24 nov. 2014.

UCRÂNIA - Portugal Como Destino. Sítio na Internet. Disponível em: <http://imigrantes.no.sapo.pt/page2ucrania.html>. Acesso em 24 Nov 2014.

VOZ DA RÚSSIA (Rádio). Cooperação da Rússia com Brasil e Peru: material bélico e intercâmbio de tecnologias. 21 out. 2013. Disponível em: <http://portuguese.ruvr.ru/2013_10_21/cooperacao-da-russia-com-brasil-e-peru-material-belico-e-intercambio-de-tecnologias-2296/>. Acesso em: 24 nov. 2014.

ⁱ Este artigo foi elaborado para o Núcleo de Estudos Prospectivos do Centro de Estudos Estratégicos do Exército, que autorizou a publicação na Revista *A Defesa Nacional*.

ⁱⁱ Fonte Principal: **IMIGRANTES**. Ucrânia: Portugal como destino. Sítio na Internet.

ⁱⁱⁱ Fontes Principais: BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Divisão de Inteligência Comercial. **Como exportar**: Rússia. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2013; e BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Divisão de Inteligência Comercial. **RÚSSIA**: comércio Exterior. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2014.

^{iv} .Fonte principal: BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Divisão de Inteligência Comercial. **UCRÂNIA**: comércio exterior. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2014. (dados referentes ao período 2008 - 2013).

^v Fonte principal: BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Divisão de Inteligência Comercial. **RÚSSIA**: comércio exterior. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2014a. (dados referentes ao período 2008-2013).

^{vi} Geopolítica *tradicional* – foco no Estado, território (espaço geográfico) e poder (ênfase no militar). Geopolítica *contemporânea* – amplia o foco para novas dimensões como a econômica, a social, a ambiental e outras.

^{vii} Ver PAIVA, Luiz Eduardo Rocha. Direcionamento estratégico do Exército para a defesa e projeção de poder do Brasil na Panamazônia. **Revista do Centro de Estudos Estratégicos do Exército**. Brasília, jul. 2013. p. 10 a 25.

A 1ª Guerra Mundial, seus estereótipos, seus mitos

*Marcelo Oliveira Lopes Serrano**

Introdução

Há cem anos iniciava-se a Primeira Guerra Mundial (1ª GM). Foi um evento épico, impressionante pelo seu ineditismo — sua dimensão sem precedentes, a mobilização total dos recursos humanos das nações beligerantes, a máxima expansão do poder industrial como ferramenta de guerra, a postura ofensiva de ambos os contendores e as duas viradas espetaculares de expectativas entre o virtual derrotado e o suposto vitorioso no segundo mês da guerra e nos quatro últimos.

É importante lembrar e estudar a Grande Guerra,¹ em todas as suas vertentes: político-diplomática, militar, social e econômica. É grande o seu potencial de revelar conhecimentos e lições úteis, que não convém serem deixadas no esquecimento, principalmente pelos militares.

Este artigo, no entanto, não tem como escopo aprofundar o estudo sobre a guerra, conforme sugerido acima, mas simplesmente discorrer sobre os seus principais aspectos, a fim de proporcionar conhecimentos básicos sobre a guerra, particularmente para os oficiais do Exército Brasileiro.

O artigo aborda dois aspectos. No primeiro, é narrado o desenrolar da guerra — suas causas, os planejamentos militares iniciais e suas sucessivas fases: guerra de movimento, guerra de trincheiras e o retorno final à manobra e à guerra de movimento. Esta narração está focada principalmente na frente ocidental da guerra, com ênfase nas operações conduzidas pela França, que suportou o peso maior da guerra. No segundo aspecto, são apresentados argumentos que se contrapõem a alguns estereótipos e mitos comumente assumidos sobre a guerra.

Causas da guerra

A reunificação da Alemanha, em 1871, deu início ao encadeamento de eventos que, por fim, eclodiu na hecatombe da 1ª GM.

Unificada, a Alemanha transformou-se na maior potência da Europa, o que acabou por provocar a falência do sistema europeu de equilíbrio de poder. Estabelecido após as guerras napoleônicas, esse sistema permitia às potências europeias gerir conjuntamente as crises, evitando-se que sua escalada descontrolada acirrasse guerras entre as potências.

O novo poder alemão, apesar de incômodo aos olhos das demais potências euro-

* Coronel de Cavalaria R1. Tradutor da Biblioteca do Exército.

peias, não foi, no entanto, fator determinante para o desequilíbrio do sistema e para o desencadeamento da guerra (KISSINGER, 1999, p. 180).

Até então, nenhum país tinha sido forte o suficiente para dominar sozinho o continente. Esse fato permitia o realinhamento diplomático deles diante das crises, a fim de dar-lhes solução sem desestabilizar estruturalmente o sistema. À Inglaterra, particularmente, coube papel relevante na preservação do equilíbrio. Garantida por sua condição insular, sua política de “isolamento esplêndido” evitava alianças formais com qualquer outro país, o que possibilitava à Inglaterra dispor da liberdade de ação para inclinar-se para qualquer partido a fim de, com seu peso político, econômico e militar, reequilibrar o sistema. Mas a Alemanha unificada adquiriu a capacidade de domínio sobre a Europa (KISSINGER, 1999, p. 156).

Otto Von Bismarck, artífice do Império Alemão, reconheceu o fator desestabilizador da Alemanha. Tendo atingido seu objetivo com a criação do Império, Bismarck adotou, durante todo o tempo em que permaneceu como chanceler, uma política moderada em consonância com o equilíbrio de poder. Ele não ambicionava novas aquisições territoriais e, com exceção da França, irreconciliável em virtude da perda das províncias da Alsácia e da Lorena, não havia interesses conflitantes da Alemanha com nenhum outro país.

O século XIX foi marcado por crescente hostilidade entre a Inglaterra e a Rússia e entre esta e a Áustria-Hungria, dada a ambição destas duas últimas pelos despojos balcânicos do Império Otomano decadente.

A Inglaterra opunha-se obstinadamente à pretensão russa de expandir-se até os estreitos de Bósforo e Dardanelos, na suposição de que a Rússia controlaria o Mediterrâneo oriental e ameaçaria o domínio britânico no Egito. Interesses ingleses e russos chocavam-se também na Ásia Central. A crescente expansão russa nessa região era vista, aos olhos britânicos, como ameaça potencial à Índia².

Bismarck, a fim de garantir a segurança da Alemanha e lidando com todas essas hostilidades mútuas, empreendeu grande esforço diplomático para tecer uma rede de alianças e de acordos a fim de isolar a França e acomodar os interesses conflitantes de Rússia e Áustria, vinculando-as à Alemanha.

Enquanto permaneceu no poder, Bismarck obteve sucesso nesse equilibrismo diplomático. Ele estabeleceu, em 1879, uma aliança com a Áustria, comprometendo-se a defendê-la contra o expansionismo russo. Mas assegurou seu poder de veto sobre a política austríaca nos Bálcãs a fim de tranquilizar a Rússia. Convenceu também a Rússia a assinar um tratado de neutralidade mútua³. Esta aceitou inserir-se no esquema de Bismarck, já que via na Inglaterra o perigo maior. Em 1882, Bismarck persuadiu a Itália a unir-se a sua aliança com a Áustria.

Todo esse esforço de engenharia diplomática foi abandonado quando Guilherme II ascendeu ao trono alemão em 1888. Guilherme II demitiu Bismarck em 1890 e adotou a chamada *Weltpolitik* (política mundial) sem, no entanto, defini-la propriamente e sem relacioná-la com o interesse nacional alemão.⁴ A *Weltpolitik*, sem rumo e insensata, enterrou na prática o equilíbrio de poder, substituindo-o pela corrida armamentista,

gerada pelo medo do ameaçador e crescente poder militar alemão.

Guilherme II desejava garantir a segurança e a hegemonia alemãs, mas fazia-o aumentando o próprio poder e mostrando-o a toda a Europa, na suposição de que as demais potências europeias buscariam alinhar-se com a Alemanha por julgarem inconveniente, ou temerem, ficar contra ela. Os sucessores de Bismarck predispunham-se à força pura e simples.

Tentando a segurança absoluta do país, os líderes alemães ameaçaram todas as nações europeias com insegurança absoluta, causando coalizões automáticas de compensação. (KISSINGER, 1999, p. 183)

Também em 1890, Guilherme II recusou a proposta russa de renovar o Tratado de Resseguro — decisão que se revelou fatal, pois puxou o primeiro fio que viria, por fim, desfazer todo o tecido diplomático de Bismarck. Como resultado, a Áustria-Hungria, contando com a proteção alemã, aguçou seus interesses balcânicos, o que fatalmente inquietou a Rússia, que viu na França a única possibilidade de aliança a fim não ficar isolada.⁵

Para a França, estava claro que a Alemanha não abriria mão das províncias perdidas sem guerra. A Rússia, por sua vez, sabia que para garantir seus interesses balcânicos, precisava vencer a Áustria, o que a Alemanha não permitiria. E a Rússia, sozinha, não era páreo para o poder alemão. Um ano após a recusa alemã de renovar o Tratado de Resseguro, França e Rússia formalizaram uma aliança, por meio da qual se comprometeram a apoiar-se mutuamente caso atacadas pela Alemanha.

A Alemanha, por sua vez, buscou intensamente aliar-se com a Inglaterra, para afastá-la da França e da Rússia. Mas a diplomacia alemã, arrebatada e arrogante, insensível à tradicional política externa britânica, não aceitava menos do que uma aliança formal, que criasse compromisso mandatário entre os signatários. Mas uma aliança militar ilimitada era inaceitável para a Inglaterra. Esta só concordava com acordos militares limitados e contra perigos claramente definidos ou então com combinações diplomáticas do tipo *entente*, para colaborar em assuntos de interesse paralelo com outros países.⁶

As chances de aliar-se com a Inglaterra tornaram-se crescentemente mais difíceis a partir do Programa Naval alemão de 1900, que, aos poucos, transformou a Alemanha em real ameaça estratégica aos interesses ingleses.⁷

Em 1904, a França, considerada durante mais de cem anos pela Inglaterra como a maior ameaça ao equilíbrio europeu e com a qual quase foi à guerra em 1898, quando suas respectivas expansões coloniais se chocaram na África, chegou a um acordo de cooperação informal com a Inglaterra — o tipo de acordo recorrentemente recusado pela Alemanha. Embora a *Entente Cordiale* entre os dois países fosse um acordo sobre questões coloniais, ela criou laços morais de cooperação, que se expandiram para outras esferas e que acabaram por selar o alinhamento britânico junto à França e, posteriormente, à Rússia. Em uma década, a Alemanha viu a Rússia, antiga aliada, e a Inglaterra juntarem-se à França. “A Alemanha conseguiu o feito extraordinário de isolar-se e de

juntar três antigos inimigos em uma coalizão hostil voltada contra ela” (KISSINGER, 1999, p. 201 e 202).

Quando, em 28 de junho de 1914, o príncipe herdeiro do Império Austro-Húngaro foi assassinado em Sarajevo por um nacionalista sérvio, o palco já estava montado para o início do grande drama. Este, no entanto, ainda poderia ter sido evitado, ou suavizado, se imperativos militares não houvessem usurpado o primado da política na decisão de guerra.

Os planejamentos militares estratégicos comprimiram o tempo disponível para a tomada de decisões políticas. Os planos militares dependiam da rapidez de execução, realidade que se chocou com a natural lentidão das negociações diplomáticas, imprescindíveis diante de uma guerra iminente.

A tecnologia moderna fez com que a mobilização dos exércitos oponentes assumisse dinâmica própria, praticamente irrefreável.

O lado que demorasse a mobilizar perdia a vantagem das alianças e possibilitaria ao inimigo derrotar, um a um, cada adversário. [...] Quando alianças dessas se enfrentavam, a mobilização iniciada ficava irreversível, pois interrompê-la a meio caminho era pior do que não desencadeá-la. Se um lado parasse e outro prosseguisse, o primeiro ficava, a cada dia, em maior desvantagem. Ambos tentarem parar ao mesmo tempo seria tecnicamente tão difícil que quase certamente a mobilização estaria feita antes que os diplomatas acertassem a forma de interrompê-la. Esse procedimento de Juízo Final tirou o *casus belli* do controle político. (KISSINGER, 1999, p. 216)

Desde 1894, França e Rússia haviam acordado mobilizar ao mesmo tempo se qualquer país da coalizão adversária se mobilizasse por qualquer motivo. Do outro lado, o plano de guerra alemão, elaborado a partir de 1892 pelo chefe do Estado-Maior alemão, Alfred Von Schlieffen, previa atacar inicialmente a França, vencê-la rapidamente e voltar-se, posteriormente, contra a Rússia, de modo a obter vitória decisiva em ambas as frentes.

Em 28 de julho, a Áustria declarou guerra à Sérvia após ter-lhe expedido um ultimato dois dias antes. No mesmo dia, em defesa de sua aliada nos Bálcãs, o czar ordenou a mobilização parcial contra a Áustria e, dois dias depois, a mobilização geral contra Áustria e Alemanha. Em 1º de agosto, a Alemanha, por sua vez, declarou guerra à Rússia.⁸ Como resultado disso, Alemanha e França decretaram a mobilização geral nesse mesmo dia.

A Alemanha pôs-se na situação de ter de atacar primeiramente a França, a fim de fazer a guerra contra a Rússia. Após alegar violações de fronteira por parte da França, a Alemanha declarou-lhe guerra em três de agosto de 1914. No dia seguinte, a Inglaterra, ratificando sua lealdade à *entente*, declarou guerra à Alemanha. A Itália declarou sua neutralidade, já que não se via obrigada a apoiar suas aliadas em uma guerra ofensiva.⁹

Raymond Aron simplificou as coisas ao dizer que a Europa inteira lançou-se na guerra porque

a Áustria-Hungria queria acertar suas contas com a Sérvia, porque a Rússia não queria abandonar a Sérvia, porque a Alemanha não queria abandonar a Áustria-Hungria e, finalmente, porque a França não queria abandonar a Rússia”.¹⁰

Posteriormente, o Império Otomano e a Bulgária aderiram à guerra ao lado das potências centrais, ao passo que Romênia, Grécia, Portugal e Estados Unidos o fizeram ao lado dos aliados. Outros países declararam guerra aos Impérios centrais, mas tiveram participação irrelevante, o Brasil inclusive.

Os planos iniciais

1. Para Schlieffen, o sucesso alemão na guerra dependia de vencer rapidamente a França, enquanto a Rússia ainda estivesse se mobilizando. Tanto a França quanto a Alemanha necessitavam de duas semanas para completar suas mobilizações. As enormes distâncias e a precária rede ferroviária fariam com que a mobilização russa se arrastasse por seis semanas, conforme os cálculos alemães (TUCHMAN, 1998, p. 23).¹¹ Este era o prazo para derrotar a França.

Essa convicção levou-o a elaborar o famoso plano, conhecido pelo seu nome. A fortificada fronteira franco-alemã não favoreceria a vitória rápida. A solução encontrada por Schlieffen foi o envolvimento do flanco esquerdo do exército francês, por meio da violação da neutralidade da Bélgica. Schlieffen acreditava que a Bélgica protestaria, mas não lutaria (TUCHMAN, 1998, p.28), e que as amplas planícies e a rede de estradas favoreceriam o rápido avanço dos exércitos alemães diretamente ao “coração da França”. O amplo movimento de cerco, infletindo sobre a capital francesa, cairia na retaguarda do exército francês, que estaria, então, fortemente engajado na Alsácia e na Lorena em seu esforço para libertar essas províncias perdidas.

“Que o último homem à direita, esbarre no Canal com sua manga.” Com essa frase, Schlieffen destacava a necessidade de reforçar ao máximo a ala direita do seu exército a fim de ampliar ao máximo o movimento de cerco. Ele pleiteava um mínimo de forças para mobiliar a frente russa e rejeitava qualquer iniciativa no sentido de reforçar suas tropas na Alsácia e na Lorena. Para ele era essencial manter forças deliberadamente fracas nessa região, a fim de atrair os franceses.

No entanto, conforme os dados de planejamento da época,¹² o exército alemão não possuía efetivo suficiente para esse amplo ataque através da maior parte da Bélgica. A solução encontrada foi, segundo Barbara Tuchman, revolucionária. Ele decidiu-se pelo emprego de unidades da reserva na linha de frente. Segundo a doutrina vigente, as unidades de reservistas prestavam apenas como força de ocupação e serviços na retaguarda, por não possuírem a disciplina, o adestramento e o espírito de corpo das unidades da ativa. Com esta decisão inovadora, Schlieffen acrescentou vinte divisões às cinquenta que deveriam realizar o ataque (TUCHMAN, 1998, p. 30).

Schlieffen deixou a chefia do Estado-Maior em 1906. Seu substituto, Ludwig von Moltke, sobrinho do famoso vencedor da guerra franco-prussiana, era mais pessimista e não compartilhava da crença inabalável de seu antecessor e receava pela fraqueza das forças alemãs diante da França e da Rússia. Para aumentar a segurança, ele retirou forças da ala direita e alocou-as ao centro e à esquerda.

O fato de o Plano Schlieffen ter sido elaborado e adotado revela a primazia da vi-

são militar sobre a política na tomada de decisões pela Alemanha. Seguidor de Clausewitz no plano operacional e tático, Schlieffen, no entanto, desprezava a ideia do mestre prussiano de que a condução da guerra deve subordinar-se à política. Essa inversão de valores ficou evidenciada pela incompatibilidade entre os esforços político-diplomáticos da Alemanha e o seu planejamento militar.

Ao mesmo tempo em que buscava aliar-se com a Inglaterra, o que selaria a sua hegemonia sobre o continente ou, pelo menos, garantiria a neutralidade dela, a Alemanha elaborava planos militares que tornavam impraticáveis tais possibilidades, já que a violação da neutralidade belga era sabidamente *casus belli* para a Inglaterra.¹³

Tanto o *Kaiser* quanto o chanceler alemão curvaram-se submissamente ao argumento da necessidade militar.

2 . A violação da neutralidade belga não era surpresa para o exército francês; pelo contrário, era dada como certa. A única preocupação era assegurar que o exército alemão a violasse primeiro. No entanto, os planejadores militares franceses acreditavam que os alemães invadiriam apenas parcialmente a Bélgica, passando ao sul e a leste do rio Mosa. Baseava-se tal pensamento no mesmo problema enfrentado por Schlieffen. Pelos cálculos franceses, o exército alemão também não teria forças em número suficiente para expandir o ataque a oeste do Mosa. Julgavam que, se o fizessem, seria melhor para a França, já que enfraqueceriam muito seu centro e esquerda e permitiriam ser cortados ao meio, conforme declarou confiantemente o subchefe do Estado-Maior francês em 1913 (TUCHMAN, 1998, p. 33).

A França adotara, após a derrota de 1871, uma estratégia defensiva contra a Alemanha, enquanto seu exército se transformava a fim de corrigir as deficiências apresentadas na guerra.

A partir dos últimos anos do século XIX, com suas forças físicas e morais em franca recuperação, o pensamento das elites francesas reclamou o resgate do *élan* vital, a vontade que tudo conquista, que no meio militar, animado do mesmo espírito, foi ratificado pela adoção de uma doutrina eminentemente ofensiva, traduzida pela ideia de *offensive à outrance* — ofensiva a todo transe, levada ao extremo.

A despeito disso, em 1911, o general Michel, cuja função lhe daria o cargo de comandante em chefe em caso de guerra, propôs um plano defensivo que previa o grosso do esforço francês justamente ao longo da fronteira com a Bélgica. Ele previu acertadamente que, para dar a amplitude adequada à manobra preferencial dos alemães, o cerco, eles precisariam atacar através de toda a Bélgica. Ele também propôs duplicar o efetivo das tropas da linha de frente pela adição de um regimento de reservistas para cada regimento da ativa. Entretanto, seu plano teve repúdio quase que total, tanto por contrariar o dogma da incapacidade das unidades de reservistas para as ações de combate, quanto pela ausência de espírito ofensivo. Considerado indeciso por muitos dos seus pares, a rejeição ao plano do general Michel deu ao ministro da Guerra o motivo para exonerá-lo de seu cargo (TUCHMAN, 1998, p. 40, 41).¹⁴

Seu substituto, o general Joffre, em sintonia com a mentalidade dominante,

adotou a estratégia ofensiva. Em 1913, foram completados os planejamentos do Plano XVII.¹⁵ Eram previstas duas grandes ofensivas, uma à esquerda da região fortificada alemã de Metz-Thioville e outra à direita. O Plano XVII era mais um plano de concentração estratégica e de movimentação do que propriamente um plano detalhado de campanha, como o alemão. Estabelecia algumas direções táticas de atuação para cada um dos cinco exércitos, a fim de que fossem oportunamente adotadas as que melhor se adequassem às linhas de ação evidenciadas pelos alemães. Os ataques franceses incidiriam sobre o centro e o flanco esquerdo do exército alemão e dois terços da fronteira com a Bélgica ficavam desguarnecidos. De acordo com Joffre, o plano era “*a posteriori* e oportunista”, o importante era atacar.

Mas a estratégia francesa não era apenas ofensiva, em nível mais amplo, era uma estratégia de abertura de múltiplas frentes de combate contra a Alemanha, a fim de impedi-la de concentrar todo seu poder sobre apenas um adversário. Nesse sentido, os russos foram convencidos da necessidade de desencadear uma ofensiva simultânea à francesa.¹⁶

Joffre, enquanto elaborava seu Plano XVII, também pensou em atacar através do território belga, mesmo antes dos alemães, devido às vantagens operacionais dessa linha de ação. Mas essa possibilidade lhe foi negada duas vezes, por dois governos sucessivos (DOUGHTY, 2005, p. 21). Na França, o planejamento militar da guerra subordinou-se aos imperativos políticos.

A guerra de movimento

Ambos os planos falharam; o francês, logo a partir do seu desencadeamento, e o alemão, no desenrolar das operações.

A ofensiva dos cinco exércitos franceses foi detida de dois a quatro dias após chocar-se com o grosso do inimigo, na que ficou conhecida como a batalha das fronteiras.¹⁷ Nessa batalha, a fraqueza doutrinária da *offensive à outrance* revelou-se com toda a sua crueza para os franceses. Por mais que suas tropas tenham atacado com galhardia e coragem, quando os ataques, previstos para terminar em cargas de baioneta, chocaram-se contra o grosso do inimigo, bem protegido, nada puderam fazer diante do fogo das metralhadoras e da artilharia.

A inferioridade francesa em termos de artilharia pesada era muito grande — mais um efeito negativo da *offensive à outrance*. Para garantir a mobilidade que julgavam necessária às ações ofensivas, os franceses consideravam suficiente o apoio de fogo prestado pelos seus canhões 75mm. Para a maioria dos artilheiros franceses, a artilharia pesada, de baixa mobilidade na época da tração animal, apenas atrasaria o avanço das tropas em seu esforço ofensivo (TUCHMAN, 1998, p. 270); consideravam-na útil mais como artilharia de sítio, não de campanha. Desse modo, ao eclodir a guerra, a artilharia pesada do exército francês estava muito inferiorizada em relação à do alemão, que a tinha em muito maior número e com maior alcance e cadência de tiro que suas similares francesas (DOUGHTY, 2005, p. 29).¹⁸

Embora excelentes e de elevada cadência de tiro,¹⁹ os 75mm eram canhões;

sua trajetória de tiro tensa dificultava o tiro desenhado e o engajamento de alvos na contraencosta. Ao entrarem em posição de tiro, os 75mm ficavam expostos aos fogos de contrabateria alemães, o que dificultou muito, ou impediu o seu efetivo apoio de fogo aos ataques da infantaria. A despeito disso, muitas vezes, esses ataques foram imprudentemente desencadeados antes de a artilharia entrar em posição.

Ademais, em nenhuma de suas frentes de ataque, os franceses obtiveram a superioridade numérica que esperavam (TUCHMAN, 1998, p. 316).

O plano alemão começou a falhar quando os russos atacaram antes do esperado. A expectativa alemã de que os belgas apenas protestariam também não se concretizou. O exército belga deteve o ataque alemão por alguns dias, até que a artilharia de sítio alemã²⁰ fosse trazida à frente e desmantelasse as fortalezas de Liège e Namur. Apesar de o retardo imposto ao avanço alemão não ter sido significativo, a resistência belga privou a ala direita alemã de dois corpos de exército, deixados atrás para sitiá-lo o exército belga em Antuérpia e para controlar Bruxelas e o resto do país.

A Batalha das Fronteiras se desenrolou de 20 a 24 de agosto. Derrotada a ofensiva francesa, a ala direita alemã, composta pelos I, II e III exércitos, forçou o recuo da ala esquerda aliada, composta pela Força Expedicionária Britânica (BEF)²¹ e pelos 5º e 4º exércitos franceses.

Joffre, retirando tropas de sua ala direita, formou um exército adicional, o 6º, que foi deslocado para o flanco esquerdo da BEF e com o qual esperava retomar a ofensi-

va. Joffre planejou deter os alemães no corte do rio Somme, a fim de assegurar a concentração do 6º Ex e contra-atacar em seguida. Esta manobra foi inviabilizada porque o comandante da BEF, que não era subordinado a Joffre, alegando o desgaste sofrido por suas tropas na batalha das fronteiras, recusou-se a resistir e retirou suas forças do Somme, deixando exposto o flanco do 5º Ex.

Joffre não teve outra opção além de retrainir toda a sua ala esquerda até o rio Aisne, onde tentou novamente a mesma manobra. Novamente, o comandante da BEF inviabilizou a manobra ao recusar resistir ao lado do 5º Ex e prosseguir no seu retraimento.²²

Joffre planejou outro retraimento, dessa vez até o rio Sena, onde tentaria executar a manobra já duas vezes inviabilizada. Nesse retraimento em direção ao sudoeste, o flanco esquerdo do exército aliado passou a leste de Paris, que ficou descoberta. A fim de proteger a capital, Joffre passou, em 31 de agosto, o 6º Ex ao comando do general Gallieni, o governador militar de Paris.

Moltke, por seu turno, mais uma vez alterou o plano inicial de campanha, ao não resistir à impetuosidade dos comandantes dos dois exércitos do flanco esquerdo, previstos por Schlieffen para permanecer na defensiva, e autorizá-los a atacar. Com essa alteração, Moltke praticamente abriu mão da possibilidade de reforçar o flanco direito com tropas retiradas desses dois exércitos. Apesar de enfraquecida pelos contínuos reforços à ala esquerda, a ala direita francesa conteve esse ataque até a batalha do Marne.

Com a vitória parcial do 1º exército russo em Gumbinnen em 19 de agosto, mais dois corpos de exército foram retirados da

ala direita e enviados em reforço ao exército alemão na frente russa. Estes corpos não chegaram a tempo de participar da batalha de Tannenberg, 27 a 29 de agosto, na qual os alemães aniquilaram o 2º exército russo, e fatalmente faltaram aos alemães na batalha do Marne.

Von Kluck, o comandante do I exército, o mais à direita da ala direita alemã, cometeu a modificação decisiva para o fracasso do plano germânico. Ele resolveu, em 30 de agosto, encurtar o movimento de cerco e passar ao norte de Paris, a fim de acelerar a perseguição aos aliados, particularmente a BEF e o 5º exército, que lhe faziam frente, e que ele acreditava estarem definitivamente batidos e em franca fuga. Ao ultrapassar Paris e deixar apenas um corpo de exército frente à capital, seu flanco ficou exposto ao 6º exército francês. Tanto Gallieni quanto Joffre perceberam imediatamente a oportunidade e não a perderam. Mais tropas foram transferidas para o flanco esquerdo e, em seis de setembro, o exército francês passou à contraofensiva em toda a sua frente.

Ao voltar-se contra o 6º exército para evitar ser flanqueado, Kluck abriu uma brecha de 32 quilômetros entre o seu exército e o de Von Bülow. Por ironia do destino, a brecha abriu-se principalmente diante da BEF, cujo comandante fora tão pouco colaborativo com seu aliado, que lutava encarniçadamente para salvar seu país. A BEF avançou lentamente pela brecha e atravessou o rio Marne; o 5º exército, na sua direita, também avançou, lutando contra o flanco direito do exército de Bülow para alargar a brecha. O exército alemão, a fim de evitar uma derrota decisiva, iniciou o recuo de todo o seu flanco

direito até cerca de noventa quilômetros a nordeste de Paris, quando, por fim, a frente foi estabilizada.

A *offensive à outrance* custou caro aos franceses, mas, se o espírito ofensivo não estivesse entranhado na alma do exército, teria ele tido a energia e a força moral para retomar impetuosamente a ofensiva, após estar exaurido por doze dias de constantes combates, de recuar cerca de 140 quilômetros e ter estado à beira da derrota?

O êxito obtido deveu-se muito à atuação de Joffre. Ele se manteve sempre perfeitamente calmo e lúcido, mesmo nos momentos mais difíceis, e exerceu o controle absoluto das operações. Sua enérgica liderança foi fator crítico para a vitória. Nas primeiras cinco semanas da guerra, ele exonerou, por desempenho insuficiente ou por falta de agressividade, dois comandantes de exército, dez comandantes de corpo de exército e trinta e oito comandantes de divisão, ou seja, praticamente a metade do total.

Outros homens, na maioria melhores do que os que foram afastados (inclusive três futuros marechais – Foch, Pétain e Franchet d'Esperey), foram promovidos em seus lugares. (...) o Exército ficou melhor. (TUCHMAN, 1998, p. 484 e 485)²³

Para os franceses, cujo país fora salvo da derrota na undécima hora, a batalha ficou logo conhecida como o “milagre do Marne”. Para Henri Bergman, o filósofo do *élan* vital, “Joana d’Arc venceu a batalha do Marne” (TUCHMAN, 1998, p. 505).

A opinião do inimigo é isenta. Moltke escreveu à esposa durante a batalha: “o *élan* francês, justamente quando está prestes a

extinguir-se, volta a arder poderosamente”. Kluck comentou posteriormente sobre a razão da derrota no Marne:

a razão que transcende todas as outras é a capacidade extraordinária e peculiar do soldado francês de recuperar-se rapidamente. Os homens se deixam matar onde estão, isso é algo conhecido e levado em conta em todos os planos de batalha. Mas uma coisa com a qual nunca contamos é que homens que bateram em retirada durante dez dias, dormindo no chão e meio mortos de cansaço, fossem capazes de pegar em armas e atacar quando soam os clarins. É uma possibilidade jamais estudada em nossa academia de guerra. (TUCHMAN, 1998, p. 506)

A partir da estabilização da frente, começou o que ficou conhecido como a corrida para o mar, quando cada lado estendeu continuamente sua frente a fim de tentar flanquear o inimigo. Essa fase durou até meados de novembro, quando uma longa linha de trincheiras estendeu-se por quase oitocentos quilômetros, do Canal da Mancha até a fronteira com a Suíça.

É interessante observar que o sistema alemão de dar ampla iniciativa para os comandantes tomarem suas decisões, por estarem mais próximos da ação e conhecerem melhor a situação tática, revelou-se fatal no Marne. Moltke estava cético quanto ao fato de o exército francês já estar realmente derrotado. Os poucos prisioneiros de guerra feitos após quase duas semanas de combates o convenceram de que o exército francês executava uma retirada coordenada. Seu Estado-Maior foi informado da transferência de tropas para o flanco esquerdo francês nas vésperas da batalha do Marne. Moltke

deu ordem a Kluck de retardar o seu avanço e adotar um dispositivo escalonado a fim de proteger o flanco do exército de Bülow contra qualquer ação vinda da região de Paris (TUCHMAN, 1998, p. 457-463). Kluck, confiando mais em sua própria avaliação, não cumpriu a ordem e prosseguiu avançando. Quando percebeu seu erro, já era tarde demais. Nesse caso, o sistema francês de estrito controle das operações nas mãos de Joffre foi muito mais eficaz.

A guerra de trincheiras

Após a estabilização da frente ocidental, os beligerantes, contrariamente a suas expectativas iniciais, convenceram-se de estarem diante de uma guerra longa e desgastante. Toda expectativa e todos os planos feitos antes da guerra levaram em conta um conflito curto, de alguns meses no máximo.

Em virtude disso, não houve a preocupação prévia de planejar a mobilização industrial. Os beligerantes viram-se então pesadamente envolvidos numa guerra de atrito sem que seus parques industriais fossem capazes de atender imediatamente às necessidades cada vez maiores da guerra. Tal deficiência foi particularmente sensível para França.²⁴

A situação francesa viu-se ainda mais agravada pela ocupação da província mineral de Briey, a leste de Verdun. Em consequência, a França perdeu, pelo resto da guerra, 83% da sua produção de minério de ferro e 60% da produção de aço (DOUGHTY, 2005, p. 35).

Em virtude da mobilização de pessoal, o efetivo de 1,5 milhão de operários em agosto de 1914 caiu para 524 mil em dezem-

bro do mesmo ano. Diante da necessidade de aumentar a produção industrial, cerca de 500 mil operários foram, até dezembro de 1915, dispensados do serviço militar para retornarem às fábricas.²⁵

As necessidades mais prementes da França eram aumentar enormemente a produção de munição de artilharia e eliminar sua deficiência em artilharia pesada.²⁶ A indústria francesa teve também de ajustar-se a outras demandas da guerra de trincheiras, principalmente em termos de metralhadoras, cuja produção mensal cresceu de 54 em setembro de 1914 para 1.199 um ano depois. Em suas batalhas iniciais, o exército francês ressentiu-se da ausência de arame farpado, granadas de mão, morteiros de trincheira e, até mesmo, prosaicos alicates para cortar arame. A tudo isso teve de responder o esforço industrial francês (DOUGHTY, 2005, p. 115-119).

Quanto às operações, o exército francês retomou logo a seguir as operações ofensivas. Entre dezembro de 1914 e outubro de 1915, Joffre desencadeou cinco grandes ofensivas, que resultaram em avanços muito reduzidos, poucos resultados objetivos e enorme número de baixas.

Os alemães, por sua vez, após malograrem em sua tentativa de derrotar rápida e decisivamente a França, passaram a adotar uma postura defensiva na frente ocidental, embora conduzissem ações ofensivas pontuais e contra-ataques, ocasiões em que empregaram gases asfixiantes pela primeira vez. Eles deslocaram forças para a frente oriental a fim de aumentar a pressão sobre a Rússia, transferindo para esta frente seu esforço principal. Em dois de maio de 1915, uma

ofensiva conjunta alemã e austríaca rompeu as linhas russas, empurrando-as 300 quilômetros para trás após três meses de combates e expulsando os russos da Polônia, então território russo.

Este avanço austro-alemão é incomparável com o máximo de quatro quilômetros alcançados pelas ofensivas francesas do mesmo ano. Mas esta comparação é indevida. Por sua enorme extensão, a frente oriental nunca se imobilizou inteiramente em uma guerra de trincheiras como a frente ocidental. Esta realidade impediu qualquer flexibilidade de manobra, provocou uma guerra de atrito extremamente custosa em termos materiais e de vidas humanas e inviabilizou a guerra de movimento por mais de três anos na frente ocidental.

A vitória no Marne compensara, aos olhos da população e do governo francês, o fracasso completo do Plano XVII de Joffre. Mas, após as primeiras e frustrantes ofensivas de 1915, o papel de Joffre foi novamente contestado. Convocado a prestar esclarecimentos ao Conselho de Ministros, Joffre expôs sua opinião de que a guerra tinha de ser vista sob um ponto de vista mais amplo, ditado pela necessidade estratégica de lutar contra a Alemanha em múltiplas frentes.

As ofensivas não tinham sido inúteis e insensatos ataques frontais, segundo ele, mas, ações fundamentais para evitar ao máximo a transferência de mais forças alemãs para a frente oriental e impedir a concentração de um poder militar capaz de derrotar decisivamente os russos, o que, em seguida, condenaria a França a sorte semelhante.²⁷ Joffre considerava essencial a ação simultânea de franceses, russos, sérvios e italianos:

Com todos estes ataques simultâneos, cada um ajuda o outro; não se busca tanto uma ruptura, mas a pressão de todos ao mesmo tempo e assim aumentar a possibilidade de um ou outro obter sucesso. (DOUGHTY, 2005, p. 153).

Joffre manteve-se no cargo e dedicou-se a reorganizar e reequipar suas tropas, recompor os estoques de munição e planejar a próxima ofensiva, a ser desencadeada em 1916 na região do Somme. Mas estava claro na mente de todos a necessidade de se buscarem alternativas operacionais e táticas para o prosseguimento da guerra.

Os alemães transferiram novamente o seu esforço principal para a frente francesa e executaram a ofensiva que levou a guerra de atrito a sua expressão paroxísmica. Von Falkenhayn, o novo chefe do estado-maior, planejou uma operação que não visava propriamente à conquista de nenhum ponto capital do terreno, nem mesmo priorizava o rompimento do dispositivo inimigo, como havia sido a intenção das ofensivas francesas em 1915, mas simplesmente fazer o exército francês sangrar até a morte. Com isso, acreditava forçar a França a solicitar a paz. Escolheu a região de Verdun para atacar incessantemente, por saber que a França a defenderia a todo custo.²⁸

O ataque alemão a Verdun iniciou-se em 21 de fevereiro de 1916 com uma esmagadora preparação de artilharia. O 2º exército francês, sobre o qual incidiu o ataque, e que dispunha de oito divisões, foi logo reforçado e passou, em março, a vinte e, posteriormente, a vinte e quatro divisões. Em junho, a pressão alemã atingiu o ápice. A planejada ofensiva aliada no Somme tor-

nara-se imprescindível para aliviar a pressão sobre Verdun. Além disso, fiel à estratégia da múltipla frente, Joffre instou os russos a passarem à ofensiva, a fim de atrair forças alemãs e colaborar no alívio da pressão na frente ocidental.

Em junho, os russos desencadearam sua ofensiva contra os austríacos. Na frente ocidental, a ofensiva anglo-francesa no Somme começou em julho e estendeu-se até novembro. Na frente oriental, entre junho e agosto, o grupo de exércitos russos sob o comando do general Brusilov obteve grande vitória sobre os austríacos, fazendo-os retroceder, em uma frente de mais de trezentos quilômetros, cerca de cem quilômetros em grande parte dessa frente. A dificuldade de coordenação de esforços que continuou a haver entre franceses e ingleses durante a batalha do Somme, os russos tinham-na entre si mesmos, já que o general Brusilov não contou com o apoio de nenhum dos outros grupos de exércitos russos para manter o ímpeto de sua ofensiva. A ofensiva no Somme, por sua vez, obteve poucos ganhos ao custo de enormes baixas. No entanto, ambas as ofensivas serviram para atrair ou fixar forças alemãs e, com isso, aliviar a pressão sobre Verdun.

Em agosto, os franceses passaram à contraofensiva em Verdun e, em meados de dezembro, quando a batalha se encerrou, haviam, praticamente, retornado às posições que mantinham em fevereiro.²⁹

O custo humano das batalhas de Verdun e do Somme foi altíssimo,³⁰ apesar de ter sido, no que concerne aos franceses, menor do que o sofrido tanto nas campanhas de 1914, quanto nas de 1915. Os alemães

não conseguiram fazer o exército francês sangrar mais do que eles próprios sangraram. A eficiente estratégia aliada de múltiplas frentes impediu que eles continuassem a concentrar um poder esmagador contra Verdun, e as inovações táticas introduzidas pelos generais Pétain e Nivelle, comandante do grupo de exércitos do centro e do 2º exército francês respectivamente, permitiram-lhes poupar vidas quando a ofensiva foi retomada (DOUGHTY, 2005, p. 261).

Embora possam ser consideradas vitórias aliadas, as grandes batalhas do Somme e de Verdun³¹ não alteraram a situação estratégica, que continuou imobilizada na frente ocidental e que retornou à estabilização na oriental.

O ano de 1916 caracterizou-se também pela única tentativa da marinha alemã de romper o bloqueio naval imposto à Alemanha. A batalha naval da Jutlândia travou-se em 31 de maio e 1º de junho — apesar de as perdas inglesas terem sido significativamente maiores, em termos estratégicos, a vitória foi britânica, já que, após a batalha, a marinha alemã retornou aos seus portos e não mais desafiou o poderio naval inglês. Os alemães passaram então a privilegiar a guerra submarina, que foi intensificada com o objetivo de estrangular o comércio e o fluxo de matérias primas para os aliados, o que acabou por provocar, em abril do ano seguinte, a entrada dos Estados Unidos na guerra.

O general Nivelle, nomeado para o lugar de Joffre em dezembro de 1916, planejou a próxima grande ofensiva aliada, a ser desencadeada em meados de abril de 1917. Estimulado pelos bons resultados que obte-

ve em sua contraofensiva em Verdun, Nivelle estava certo de poder repeti-los em nível mais amplo, de modo a lhe permitir romper as defesas alemãs, obter uma vitória decisiva e, ao mesmo tempo, sofrer poucas baixas em relação às ofensivas anteriores. Esta confiança, Nivelle a transmitiu enfaticamente ao governo e ao exército.

Embora no nível tático sua ofensiva tenha forçado as linhas alemãs a recuarem mais do que nas operações anteriores,³² as expectativas estratégicas de romper as linhas alemãs e obter vitória decisiva fracassaram, e o número de baixas foi muito maior do que o estimado. A quebra da expectativa de vitória e o elevado número de baixas impactaram fortemente o moral do exército francês, que já vinha apresentando sinais preocupantes desde o fim do ano anterior.³³ No princípio de maio, unidades francesas recusaram-se a atacar. Outras unidades fizeram o mesmo e, logo, o motim se espalhou, afetando cinquenta e quatro divisões (DOUGHTY, 2005, p. 361). Em 16 de maio, a ofensiva foi cancelada, Nivelle, exonerado, e Pétain nomeado para seu lugar.

Conhecido desde antes da guerra pela sua descrença na *offensive à outrance*, Pétain era um general cauteloso; alguns o julgavam mesmo pessimista, que percebia a necessidade de preservar as tropas.³⁴ Pétain, ao mesmo tempo em que introduziu muitas melhorias no bem-estar da tropa, tratou com firmeza os amotinados. Entre mais de quinhentas condenações à morte, cinquenta e cinco foram executadas. Em alguns meses, a gravíssima crise³⁵ estava superada, e o exército, revitalizado pelas melhorias obtidas e adestrado segundo novos métodos de com-

bate, estava novamente apto para retomar a ofensiva (DOUGHTY, 2005, p. 364-368).

Pétain, no entanto, não optou de imediato por grandes ofensivas como as anteriores. Adotou uma postura de ofensiva limitada (FRANÇA, 1917a) e empreendeu uma série de ataques pontuais e isolados entre agosto e dezembro, a fim de consolidar a recuperação moral do exército e melhorar suas posições no terreno.

Pétain também deu início a um intenso programa de rearmamento, a fim de assegurar a superioridade material do exército francês, que lhe permitisse maior eficácia com menos perdas humanas. Priorizou a produção de aviões, artilharia pesada, carros de combate e agentes químicos. A superioridade aérea alemã nas operações anteriores prejudicava seriamente a eficiência da artilharia francesa, por restringir a ação dos seus observadores aéreos. Por ação de Pétain, deu-se início à produção de 2.870 aviões modernos de todos os tipos, mais do que o dobro dos aviões disponíveis em janeiro de 1917; no que tange a artilharia, ele deu prioridade para a produção de obuseiros de 155mm, mais eficazes contra posições entrancheiradas, em detrimento dos canhões de 75mm; por compreender a importância do apoio dos carros de combate para a infantaria, atribuiu especial ênfase ao aumento da produção deles e triplicou a quantidade já encomendada à indústria, estabelecendo-a em 3.500; e, para complementar o programa de artilharia, encomendou enormes quantidades de granadas químicas e fumígenas, para neutralizar o inimigo com agentes químicos e encobrir a progressão da infantaria e dos carros com grandes nuvens de fu-

maça (DOUGHTY, 2005, p. 369-370).

As grandes ofensivas, porém, não estavam descartadas; Pétain apenas considerava conveniente adiá-las, a fim de dar tempo para a recuperação material do exército e, conforme dizia, “esperar os americanos e os carros de combate”.³⁶

O ano de 1917 foi também marcado pela retirada da Rússia da guerra. Em janeiro, o adido militar francês informou que a situação política na Rússia era absolutamente alarmante (DOUGHTY, 2005, p. 339). No início de março, rebeliões eclodiram em Petrogrado, e motins espalharam-se pelo exército. Em 12 de março, os russos estabeleceram um governo provisório, e, três dias depois, o Czar Nicolau II abdicou em favor de seu irmão, que, logo após, abdicou em favor do governo provisório. Embora o novo governo tenha decidido pela continuidade da guerra, o exército russo praticamente viu seu poder de combate esfumaçar-se devido à calamitosa situação socioeconômica do país e à onda de indisciplina e de deserções em massa que progressivamente sofreu. Com a revolução comunista de outubro vitoriosa, o governo bolchevista retirou a Rússia da guerra e selou a paz com a Alemanha por meio do Tratado de Brest-Litovsk, assinado em 3 de março de 1918.

Outro evento importante foi a nomeação de Georges Clemenceau para a cargo de primeiro-ministro francês em novembro de 1917, após a queda de três governos neste mesmo ano. Clemenceau avocou a si também o cargo de ministro da Guerra. A França estava esgotada fisicamente por quatro anos de guerra e em vias de abalar-se moralmente por uma campanha pacifista que

tendia a fortalecer-se. Com extrema energia e determinação,³⁷ Clemenceau aglutinou as forças do país, reacendeu seu ânimo, reprimiu severamente os líderes derrotistas e deu o respaldo político para que o exército francês empreendesse o esforço final para, juntamente com seus aliados, selar a vitória.

O retorno ao movimento e a vitória

No final de 1917, com a saída da Rússia da guerra, ficou evidente para os aliados que a Alemanha desencadearia uma grande ofensiva na França na primavera de 1918, valendo-se do reforço de tropas antes empregadas no Leste.

Diante deste quadro, os aliados criaram, em novembro de 1917, o Conselho Supremo de Guerra, do qual participavam os líderes políticos e seus representantes militares. O Conselho tinha como objetivo melhorar a coordenação estratégica e operacional, mas o progresso foi lento neste sentido. Na segunda reunião do Conselho, em 1º de dezembro, os representantes militares propuseram a adoção de um “bem coordenado plano de defesa”, que englobasse toda a frente, do Canal da Mancha até o Adriático. Na realidade, inexistia tal coordenação, mesmo entre franceses e ingleses. Pelos próximos três meses, eles pouco mais fizeram além de coordenar o emprego de suas reservas (DOUGHTY, 2005, p. 407).

Os eventos seguintes foram marcados pelas diferentes personalidades e convicções dos principais generais aliados, particularmente, Pétain, comandante do exército francês, e Foch, chefe do Estado-Maior francês.³⁸ A Pétain, cauteloso e pessimista, opunha-

-se Foch, ousado e otimista. Foch pleiteava a constituição de uma grande reserva aliada e o planejamento prévio de uma ampla contraofensiva. Para Foch, o único modo de deter uma poderosa ofensiva era por meio do lançamento de outra poderosa ofensiva (DOUGHTY, 2005, p. 410).³⁹ Pétain discordava fortemente, por julgar que a França não possuía efetivo suficiente para isso.⁴⁰

Conforme suas novas instruções táticas (FRANÇA, 1917b), Pétain determinou o abandono da concentração do poder de combate nas primeiras linhas de defesa, o que, segundo ele, apenas causava o aumento inútil das baixas. Planejou a condução da defesa em profundidade, deixando-se centros de resistência à frente, a fim de desorganizar o assalto inimigo, separar sua infantaria da artilharia e facilitar os contra-ataques.⁴¹ Desse modo, pôde também organizar uma poderosa reserva de 39 divisões de infantaria e duas de cavalaria. Por meio dessas reservas, Pétain esperava conduzir uma defesa ativa e impedir os alemães de romperem suas linhas de defesa. Pétain e Haig também coordenaram previa e detalhadamente o emprego de suas reservas⁴² em apoio mútuo. Em janeiro de 1918, o exército francês tinha sob sua responsabilidade 530km de uma frente total de 754km (DOUGHTY, 2005, p. 428).

A ofensiva alemã da primavera, planejada e comandada pelo general Erich von Ludendorff,⁴³ compôs-se de cinco grandes ataques sucessivos, dos quais os mais perigosos foram o primeiro e o terceiro, que chegaram perigosamente perto de romper as linhas aliadas.

Desencadeado em 21 de março, o primeiro ataque incidiu sobre os ingleses na

região do Somme, numa frente de mais de setenta quilômetros, cujo principal objetivo era Amiens, com a intenção de introduzir uma cunha entre os dois aliados e separá-los definitivamente. Estendido até 5 de abril, o ataque obteve grande sucesso inicial, forçando os ingleses a recuarem desde o primeiro dia. Fortemente pressionados, eles solicitaram imediato apoio aos franceses, conforme os planejamentos prévios. A ligação entre os dois exércitos aliados chegou a ser interrompida, deixando-os perigosamente perto de serem obrigados a lutar duas batalhas distintas, uma britânica pelos portos do Canal e uma francesa em defesa de Paris. A necessidade de conter o avanço foi tão urgente nos primeiros dias do ataque que as unidades francesas da reserva foram enviadas diretamente ao combate logo após desembarcarem dos trens e caminhões, antes de se reconstituírem em grandes unidades e grandes comandos, antes mesmo de contarem com sua artilharia. Em 26 de março, dezesseis divisões francesas da reserva já estavam engajadas na batalha e mais de vinte, a caminho. No dia 30, quando o avanço alemão foi detido, após forçar um recuo de quase setenta quilômetros das linhas aliadas, a frente francesa tinha aumentado 92km, mas a ligação entre franceses e ingleses fora preservada.

Durante esse ataque, Pershing concordou em reforçar os exércitos franceses e ingleses, em diferentes setores da linha de frente, com as primeiras quatro divisões norte-americanas, a fim de liberar divisões aliadas⁴⁴ para a batalha.

Um fato de vital importância, motivado pelo grande risco que se estava correndo,

foi a adoção da unidade de comando. Clemenceau obteve dos aliados, na Conferência de Doullens, em 25 de março, a nomeação de Foch⁴⁵ para coordenar as ações dos aliados na frente ocidental. Em três de abril, na conferência de Beauvais, Foch tornou-se responsável pela direção estratégica das operações militares aliadas,⁴⁶ o que significou, pela primeira vez na guerra, a unidade de comando entre os exércitos aliados. Munido de sua nova autoridade, Foch empreendeu intensa atividade para coordenar a contenção dos próximos e esperados ataques alemães, ao mesmo tempo em que efetuava os planejamentos e preparativos necessários para a retomada da ofensiva tão logo possível.

O segundo ataque foi novamente dirigido contra os ingleses⁴⁷ na região de Flandres ao Norte. Estendeu-se de 9 a 30 de abril e avançou cerca de 10 km. Novamente, embora em bem menor número, tropas francesas foram enviadas em reforço aos ingleses.⁴⁸

Após sofrerem estes dois ataques, franceses e ingleses pressionaram os norte-americanos para aumentarem sua participação nos combates, apesar de ainda estarem em nível rudimentar de adestramento (NEIBERG, 2003, p. 67). Pershing rejeitava firmemente a ideia aliada de amalgamação, ou seja, a integração de unidades norte-americanas em divisões francesas e inglesas, a fim de compensar as pesadas perdas sofridas e ao mesmo tempo acelerar a preparação destas unidades. Ele aceitava plenamente submeter-se à direção estratégica de Foch, desde que o exército norte-americano fosse empregado em conjunto, sob o comando dele e em uma frente própria.⁴⁹ Esta firme

posição de Pershing, compreensível, aliás, retardou significativamente a participação mais efetiva dos EUA na guerra. Quando o fizeram, em meados de setembro, a maré da guerra já tinha mudado em favor dos aliados.

O terceiro ataque alemão ocorreu ao longo da crista de elevações por onde corria a estrada chamada “caminho das damas” (*chemin des dames*), a oeste da cidade de Reims, o mesmo local da ofensiva do general Nivelle no ano anterior. A inteligência aliada não esperava o ataque nesta área, mas sim a renovação da tentativa de separar os exércitos aliados na região de Amiens. O 6º exército francês, ocupando uma frente de cerca de 90km, defendia o caminho das damas com onze divisões e mais quatro em reserva; destas, quatro eram inglesas, sendo uma na reserva.⁵⁰

Em 27 de maio, após uma preparação de 4.000 peças de artilharia, os alemães atacaram com um total de 42 divisões ao longo de uma frente de 50km, defendida por seis divisões, entre as quais as três inglesas. A divisão francesa no centro do dispositivo, atacada por cinco divisões inimigas foi aniquilada; sua vizinha inglesa, atacada por quatro divisões, sofreu enormes baixas. No final do dia, os alemães haviam avançado dezesseis quilômetros e haviam aberto uma brecha de doze quilômetros nas linhas aliadas (DOUGHTY, 2005, p. 450-451).⁵¹ Em 1º de junho, o avanço alemão atingiu cinquenta e cinco quilômetros. Novamente houve o desesperado esforço aliado de lançar isoladamente unidades em combate a fim de deter o avanço. Nesse dia, Pétain descreveu a situação a Foch:

[...] desde 27 de maio, a batalha já absorveu trinta e sete divisões, sendo cinco britânicas. Dezesete destas divisões estão completamente exaustas; destas, duas ou três não poderão mais ser reconstituídas. Quatro divisões foram engajadas ontem, mais cinco estão chegando e deverão estar engajadas entre 31 de maio e 1º de junho. (DOUGHTY, 2005, p. 452)

Diante da situação, considerada a mais perigosa de toda a guerra,⁵² Foch liberou sua reserva geral, os 5º e 10º exércitos franceses, que se encontravam na região de Amiens, atrás da frente inglesa. Em 28 de maio, Pershing também concordou em liberar mais duas divisões norte-americanas para guarnecerem as pontes sobre o rio Marne. Em 1º de junho, estas divisões e mais quatro divisões francesas recém-chegadas apresentaram forte defesa no corte deste rio (DOUGHTY, 2005, p. 455). No dia 6, o avanço alemão estava detido, após ter chegado a sessenta quilômetros de Paris.

Os alemães ainda desencadearam outros dois ataques, mas sem os mesmos resultados, devido a os aliados terem detectado os locais de ataque e posicionado prévia e adequadamente suas reservas. O último ataque, entre 15 e 17 de julho, foi realizado concomitantemente com os preparativos finais da contraofensiva aliada — outra batalha, desta vez com resultados decisivos, estava para ser travada no Marne.

Em julho de 1918, a situação tornara-se favorável aos aliados. No nível estratégico, França, Inglaterra, Bélgica, Itália e Estados Unidos passaram a atuar conjuntamente, sob a firme coordenação de Foch;⁵³ no nível operacional, a ligação essencial entre franceses e ingleses em torno de Amiens

fora preservada, indicando que, a despeito de seus ganhos, o avanço alemão poderia ser detido e, no nível tático, os aliados haviam desenvolvido modos efetivos de se oporem às táticas alemãs (NEIBERG, 2003, p. 73). Além disso, a superioridade material passara para os aliados.⁵⁴ Foch percebeu então a oportunidade de desencadear a sua tão esperada contraofensiva.

A contraofensiva caracterizou-se por uma sequência ininterrupta de vários ataques em locais bem selecionados, um desencadeando-se imediatamente após o fim do outro, de modo a não dar tempo para a recomposição das forças alemãs e para a eficiente manobra de suas reservas. Abalada a consistência da defesa alemã por esta série constante de ataques, seguiu-se uma ofensiva geral de todos os exércitos aliados, que, por fim, pôs a Alemanha de joelhos.

Em 18 de julho, deu-se o início do primeiro golpe da contraofensiva, realizado, por cinco exércitos franceses⁵⁵ contra o saliente produzido pelos terceiro e quinto ataques alemães na região do Marne. Atacados imediatamente após seu último ataque ter sido detido, os alemães foram inteiramente surpreendidos. O 10º exército, responsável pela ação principal, atacou sem preparação prévia de artilharia. Contando com o apoio de mais de trezentos carros de combate e precedido por uma densa barragem rolante de fogos, obteve extraordinário êxito no primeiro dia. O ataque prosseguiu até três de agosto, quando o saliente foi eliminado. O fracasso da ofensiva da primavera e o êxito da contraofensiva aliada no Marne deram início à desintegração do exército alemão, que começou a dar

mostras de indisciplina e queda do moral (DOUGHTY, 2005, p. 470-474).

O segundo golpe, planejado e preparado enquanto a contraofensiva no Marne estava ocorrendo, foi desfechado em oito de agosto contra o saliente na região de Amiens, obtido pelo primeiro ataque alemão. Foi um esforço anglo-francês empreendido principalmente por dois exércitos, o 4º britânico e o 1º francês, cuja ação principal coube aos britânicos. A fim de assegurar a unidade de comando, Foch colocou o 1º exército francês sob o comando de Haig. Os ingleses, apoiados por mais de quatrocentos carros de combate, também atacaram sem preparação prévia de artilharia e avançaram rapidamente, cobertos por uma barragem rolante de fogos. Os franceses, contando com menos carros de combate, também obtiveram sucesso. No final do mês, quando a contraofensiva se deteve, o avanço aliado tinha sido grande ao longo de toda a frente do ataque, as perdas alemãs tinham sido muito pesadas, e a insubordinação e a indisciplina crescentes começaram a corroer o poder combativo dos soldados alemães, embora a maioria deles ainda tenha lutado bravamente (DOUGHTY, 2005, p. 478).

Ludendorff, em suas memórias, chamou o dia oito de agosto de “dia negro” do exército alemão. Em uma conferência com o *Kaiser*, em 14 de agosto, ele admitiu: “nós chegamos ao limite da nossa resistência” (DOUGHTY, 2005, p. 478). O *Kaiser* determinou então ao seu ministro de Assuntos Estrangeiros avaliar a possibilidade diplomática de uma paz negociada com os aliados.

Foch, por seu lado, resolveu ampliar a batalha e manter constante pressão sobre o

inimigo, a fim de impedi-lo de recuperar o equilíbrio, romper o contato ou contra-atacar, antes que o golpe final fosse aplicado. Foch engajou na batalha os exércitos ingleses e franceses, vizinhos, respectivamente ao Norte e ao Sul, dos dois já empenhados na batalha, e lançou, em seguida, o exército belga, apoiado por divisões inglesas, em direção à fronteira daquele país. Aproveitando-se da curvatura natural da frente, abriu uma nova grande direção de ataque, atribuindo uma frente própria para o exército dos EUA.⁵⁶ Desse modo, desencadeou, em 26 de setembro, a sua ofensiva geral com três grandes ataques convergentes, conduzidos, ao Norte, por ingleses com apoio francês, ao centro, por franceses, e, ao Sul, por norte-americanos e franceses. Pétain empregou inicialmente, nessa nova frente de ataque, o 1º exército dos EUA e o 4º exército francês.⁵⁷

Em 28 de setembro, após exitosa ofensiva aliada nos Bálcãs, conduzida por forças francesas, inglesas, sérvias e gregas, a Bulgária solicitou o armistício.⁵⁸ Nesse mesmo dia, o Alto-Comando alemão concluiu que, tanto estratégica quanto operacionalmente, as condições tinham pendido irreversivelmente para os aliados. No dia 30, o Chanceler renunciou. Na noite de três para quatro de outubro, o novo chefe do governo propôs ao presidente Wilson, por intermédio do governo suíço, um armistício imediato. Alguns dias depois, Wilson respondeu, para grande alívio dos franceses,⁵⁹ que cabia aos conselheiros militares dos governos aliados o estabelecimento das condições para um armistício. Ao mesmo tempo, a Áustria também solicitou o armistício (DOUGHTY, 2005, p. 491).

No entanto, a ofensiva prosseguiu com êxito na França ao longo de outubro,⁶⁰ apesar dos retardos provocados pela destruição sistemática feita pelas tropas alemãs em retirada e pelas dificuldades enfrentadas pelos norte-americanos em sua ofensiva.⁶¹ Em fins de outubro, a última linha de defesa alemã em território francês estava rompida nas três direções principais da ofensiva de Foch, o que provocou um recuo geral das linhas alemãs. No dia 25 de outubro, o Kaiser aceitou o pedido de demissão de Ludendorff. Em três de novembro, os italianos, após terem retomado a ofensiva, aceitaram, em nome dos aliados, o pedido de armistício da Áustria.

O impulso final na frente ocidental começou em 1º de novembro. Neste, as tropas norte-americanas finalmente se destacaram, obtendo rápidos avanços. Em sete de novembro, uma delegação alemã reuniu-se com Foch para tratar do armistício. Após a reunião, Foch informou aos comandantes aliados que, como o inimigo encontrava-se desorganizado e cedia em toda a frente, era urgente acelerar os esforços, a fim de tornar decisivos os resultados obtidos (DOUGHTY, 2005, p. 507).

No dia 11 de novembro às 5h10min, dois dias após a renúncia do Kaiser, o armistício foi assinado. Às 11h as hostilidades cessaram. Uma nova ofensiva francesa, com mais de vinte divisões, preparada por Pétain para ser desencadeada em 14 de novembro na Lorena, tornou-se desnecessária (DOUGHTY, 2005, p. 501).

Diante da reclamação da delegação alemã com a dureza das condições impostas,⁶² particularmente a continuação do bloqueio, Foch replicou asperamente:

Lembro aos senhores que este é um armistício militar; ele não encerra a guerra, mas serve para evitar que sua nação possa prosseguir nela. Os senhores devem também recordar a resposta dada a nós por Bismarck em 1871, quando fizemos pedido similar [por leniência] ao que os senhores fazem agora. Bismarck disse, na ocasião, "Krieg ist Krieg" e eu digo aos senhores "La guerre est la guerre". (NEIBERG, 2003, p. 85)

Durante as negociações de paz, Foch, defensor intransigente da extensão da fronteira francesa até o Reno, divergiu fortemente de Clemenceau, responsável pelo complexo e delicado jogo diplomático de equilibrar os interesses da França com os de seus aliados e de estabelecer o condicionamento futuro das relações internacionais. Neste tópico, o máximo obtido foi a desmilitarização da Renânia, remilitarizada em 1936, no primeiro passo de Hitler em direção à II Guerra Mundial.⁶³

Assinado em 28 de junho de 1919, o Tratado de Versalhes formalizou finalmente a paz entre as potências aliadas e a Alemanha.

Estereótipos e mitos

A 1ª Guerra Mundial é negligenciada nos estudos de história em nossas escolas militares. Não percebemos, nela, manobras brilhantes, planejadas e conduzidas por generais que passaram à história justamente por as terem planejado e conduzido. Vemo-la como uma guerra marcada pela carente imaginação tática dos ataques frontais. Em vista disso, e também da maior proximidade temporal dos exemplos operacionais e táticos

da II Guerra Mundial, não percebemos em que o estudo de suas operações e de suas circunstâncias possa contribuir para a formação profissional de nossos futuros oficiais.

Por outro lado, no meio civil, de modo geral, prevalece a interpretação, também estereotipada, de que a Grande Guerra não passou de uma guerra estúpida, na qual generais insensíveis à vida de seus soldados os enviavam, aos milhares, para a morte em inúteis e insensatos ataques contra bem guarnecidas trincheiras inimigas.

Há, sem dúvida, razões para explicar essas duas tendências, mas essas razões são frutos de apreciação sumária ou idealista dos fatos e, portanto, incapazes de interpretá-los integralmente na complexidade de suas circunstâncias — é o que se pretende comprovar com a argumentação a seguir.

Mesmo se admitindo a falta de imaginação tática e o morticínio dos ataques frontais, não se pode escapar da pergunta: qual seria a alternativa?

Certamente havia a alternativa política da busca negociada da paz. Mas essa possibilidade não foi cogitada por nenhuma das potências aliadas, que estavam comprometidas, desde o início da guerra, em não fazerem a paz em separado com a Alemanha. Particularmente para a França, essa negociação era inaceitável, dada a ocupação de importantes partes de seu território pelo inimigo. Uma paz negociada abriria caminho para a hegemonia alemã na Europa, o que era inaceitável para a Inglaterra; era também inaceitável para a Rússia, que veria a Áustria dominante nos Bálcãs.

De modo geral, uma eventual negociação da paz apenas postergaria o problema.

já que os conflitos geopolíticos que levaram à guerra não seriam resolvidos. A explicação concisa e caricatural de Raymond Aron é válida para a causa imediata da guerra, mas é evidente que, se não houvesse enormes tensões e choques de interesses por detrás dela, a guerra não teria assumido a dimensão que assumiu.

Havia também a alternativa social, particularmente nos países democráticos, da pressão popular pelo fim da guerra, o que forçaria os políticos a negociarem a paz. Na França, na Inglaterra e na Itália, a despeito dos enormes sacrifícios impostos à população, essa pressão não ocorreu, ou não prevaleceu. Na Alemanha, só aconteceu em novembro de 1918, quando a derrota já estava definida. No caso da Rússia, não houve propriamente uma pressão pelo fim da guerra, mas principalmente uma revolução contra o regime, cujas sementes preexistiam à própria guerra.

Na realidade, os povos mantiveram estoicamente seu apoio ao esforço de guerra. As famílias francesas não deixaram de enviar seus filhos ao exército. Na França, o percentual de recusa ao serviço militar declinou de 2,59% em 1915, para 1,08% em 1916 e para 0,88% em 1918 (DOUGHTY, 2005, p. 510). A uma proposta de mediação da paz pelo Papa Bento XV, em agosto de 1917, o padre Sertillanges, expressou, assim, a opinião do clero francês: “Santo Padre, nós não podemos, por enquanto, atender seus apelos de paz (...) nós não podemos crer em uma paz de conciliação” (LA GRANDE..., 2008). Um sentimento subjacente à aceitação de tantos sacrifícios e ao perseverante apoio das populações ao esforço de guerra talvez

tenha sido captado por Clemenceau, quando afirmou que “cabe aos vivos terminar o magnífico trabalho dos mortos” (NEIBERG, 2003, p. 68).

Não houve alternativa para os exércitos, senão o prosseguimento da luta. Mas como prosseguir, se não havia solução militar para ela? A opção pela defensiva por parte dos aliados permitiria à Alemanha a capacidade ofensiva de concentrar suas forças e eliminar sucessivamente seus adversários. Além disso, a defensiva não se constituía em solução para a França, por aceitar a ocupação inimiga de seu território.

Era então indispensável atacar, mas nenhuma escola de estado-maior preparara os generais e oficiais para travar o tipo de guerra com o qual se defrontaram. O problema militar posto diante dos generais era muito mais difícil do que o enfrentado em guerras anteriores ou posteriores. Todos procederam então por tentativa e erro, e os aspectos morais prevaleceram sobre os técnicos e os materiais.

Fala-se muito dos generais de *chateaux*, que comandavam a batalha da retaguarda, no conforto de seus quartéis-generais. Isso é em parte verdadeiro, mas houve a preocupação de evitar ao máximo essa prática e de fazer com que o comando fosse realizado o mais à frente possível.⁶⁴ Mas, a partir de certo nível de comando, certamente de corpo de exército para cima, a adequada coordenação das ações ficava impossibilitada fora dos quartéis-generais, uma vez que dependia essencialmente de ligações fixas, por telefone.

Convém igualmente relativizar o suposto desprezo dos generais pela vida dos

soldados — vejam-se as preocupações de Pétain. Importa lembrar que se vivia sob o regime de mobilização geral; dos ataques planejados e conduzidos por generais “insensíveis”, participavam também seus filhos, parentes e amigos. Foch perdeu o filho e o genro em combate, Castelnau e Von Kluck, os filhos. Se essa perda atingiu três dos mais destacados generais da guerra, o que não dizer da multidão dos generais desconhecidos? A necessidade de atacar, certamente, contribuiu para essa “insensibilidade”.

É inteiramente improvável que toda uma geração de generais, que se envolveu na guerra, tenha sido incompetente, insensível ou carente de imaginação. Alguns certamente o foram, mas essa é a realidade de todas as guerras em todas as épocas. Generais, oficiais e a tropa simplesmente tiveram de defrontar-se com a desafiadora realidade dos versos do poeta espanhol Antonio Machado — *“caminante, no hay camino, se hace camino al andar”*.

O drama da guerra de trincheira demorou três anos para ser superado. O movimento e a manobra voltaram à guerra, a partir de março de 1918, em virtude da conjunção de três fatores: alteração da situação estratégica, constante aperfeiçoamento tático e inovação tecnológica.

O aperfeiçoamento tático deu-se logo a partir do início da guerra⁶⁵ e foi perseguido com igual tenacidade tanto pelos aliados quanto pelos alemães. Resultou principalmente da experiência das unidades submetidas à terrível realidade dos combates, consistindo-se, inicialmente, num processo de baixo para cima. No entanto só puderam concretizar-se efe-

tivamente devido à sua vertente de cima para baixo. Em ambos os lados, o comando foi hábil e pertinaz em acatar as boas ideias, das mais diversas origens, inclusive do inimigo, organizá-las adequadamente e transformá-las em doutrina, difundindo-as a todo o exército, de modo a evitar o efeito caótico da proliferação descoordenada de experiências, e estabelecendo eficientes estruturas de instrução (GOYA; LUPFER, 1981). Foi, no entanto, com Pétain de um lado e Ludendorff de outro, que este processo atingiu sua máxima eficiência.

Outra característica da inovação tática foi o seu desenvolvimento quase que paralelo em ambos os lados, já que qualquer aperfeiçoamento bem sucedido era rapidamente copiado pelo inimigo. Não houve, em geral, grandes disparidades táticas entre os contendores, particularmente entre alemães e franceses. Suas formas de emprego tático poderiam variar nos detalhes, mas os princípios eram os mesmos. Como exemplos do paralelismo na evolução doutrinária, podem-se citar: a defesa elástica em profundidade, desenvolvida pelos alemães e adotada pelos franceses, as diversas formas de emprego da aviação, o uso de gases, a barragem rolante de artilharia, o abandono das formações rígidas no ataque,⁶⁶ a evolução do armamento da infantaria⁶⁷ e a realização do fogo e movimento nas pequenas frações pela adoção dos grupos de combate (SHUNK, 2010; FRANÇA, 1918a) etc.

O impasse militar foi quebrado pela ofensiva alemã da primavera. Em dois grandes ataques, o dispositivo aliado foi empurrado para além de suas linhas en-

trincheiradas, e o combate voltou ao terreno aberto.

Costuma-se creditar esse relativo sucesso à eficiência dos batalhões de assalto alemães e suas táticas de infiltração. O sucesso, entretanto, foi temporário e insuficiente, porque o objetivo da ofensiva de romper as linhas aliadas não foi atingido. Limitar-lhe a dimensão, chamando-o de sucesso tático é escamotear o fato de que o verdadeiro sucesso tático foi da defesa e, logo em seguida, da contraofensiva, que eliminou qualquer ganho obtido e impôs a derrota. Na realidade, alardeia-se um fracasso, o que é, no mínimo, estranho.⁶⁸

Convém também salientar que o fato de se buscar a infiltração nas linhas inimigas não significa necessariamente que sempre se terá sucesso nisso, ou que isso seja sempre possível. Em 15 de julho de 1918, o 4º exército francês, tendo organizado sua defesa em profundidade, conforme as instruções de Pétain, conteve o ataque de três exércitos alemães em sua zona de defesa (GOYA; JOHN'S MILITARY HISTORY). Em um ataque anterior, em quatro de abril do mesmo ano, os alemães não utilizaram táticas de infiltração e atacaram em formações densas (DOUGHTY, 2005, p. 440).

Ademais, não se pode atribuir o retorno do movimento apenas às táticas de infiltração. O sucesso na batalha se deve à sinergia dos esforços de todos os níveis táticos e do nível operacional, não resulta apenas de ações táticas, muito menos de ações dos níveis inferiores da tática.⁶⁹

Ludendorff, com certeza, estava bem convencido dessa realidade. Suas instruções para a Ofensiva da Primavera, "O Ataque na

Guerra de Posição", enfatizam essencialmente essa sinergia, da qual os batalhões de assalto são apenas uma parte. Em vista disso, não se pode ter certeza de que a atuação dessas tropas, por si só, tenha sido preponderante para o retorno do movimento.

Há ainda que se considerar o efeito estratégico da defecção russa. Ao transferirem, para a frente ocidental, grande número de divisões antes empregadas contra a Rússia,⁷⁰ os alemães obtiveram a concentração de forças que lhes fora continuamente negada pela estratégia francesa de múltipla frente. O que então foi mais preponderante para o rompimento das trincheiras, as táticas de infiltração ou o peso da superioridade numérica? O relativo êxito da infiltração não teria sido proporcionado pela superioridade numérica, já que os alemães contaram em suas ações principais com uma superioridade de quatro e mesmo de cinco para um? Afinal, batalhões de assalto foram empregados em outras ofensivas antes, desde Verdun, e não conseguiram romper o cinturão de entrenchementos. Esta questão merece estudo mais aprofundado, mas, de qualquer modo, ela empalidece um pouco o tão propalado papel dos batalhões de assalto.

Por outro lado, as táticas de infiltração⁷¹ seguiram o mesmo processo de desenvolvimento paralelo.

Em 1915, valendo-se da experiência obtida nas ofensivas de abril do mesmo ano, o capitão André Laffargue escreveu o *Estudo sobre o Ataque no Período Atual da Guerra*.⁷² Neste opúsculo, ele se pergunta: "para realizar um assalto, o que é necessário?" E responde: "tropas de assalto, mas nem todas as tropas se prestam como tropas de assalto",

por carecerem de adestramento especial que desenvolvesse as habilidades e a agressividade necessárias. O estudo de Laffargue foi publicado pelo Comando francês e difundido ao exército (LUPFER, 1981).

De modo geral, ele defendia que o ataque fosse realizado por três linhas sucessivas, cada uma delas organizada em profundidade. A primeira linha deveria avançar o quanto pudesse. Diante dos centros de resistência ela seria detida, mas poderia avançar mais nos intervalos entre os principais centros de resistência, o que permitiria a identificação desses pontos mais vulneráveis. A segunda linha penetraria nestes intervalos, fixaria os flancos dos centros de resistência e os ultrapassaria. As unidades da segunda linha, organizadas de maneira mais flexível e dispersa do que as da primeira,⁷³ deveriam atacar as pequenas resistências ou, encontrando espaços vazios, deveriam lançar-se neles resolutamente e avançar sempre, sem intimidar-se com pontos de resistência ao seu lado. A terceira linha, as reservas, avançaria a seguir para terminar a redução dos centros de resistência e expandir a penetração. Laffargue advogava também a utilização de fuzis-metralhadores, morteiros e canhões leves em apoio às unidades, particularmente, as da segunda linha.

Os alemães capturaram uma cópia do trabalho de Laffargue em 1916. Impressionados com a combinação prática de surpresa, poder de fogo e manobra, as ideias de Laffargue tiveram imediato uso como manual tático para a infantaria alemã (LUPFER, 1981).⁷⁴

Os batalhões de assalto alemães possuíam elevado nível de adestramento no emprego das técnicas de infiltração por suas fra-

ções e grupos de combate, que atuavam de forma dispersa e independente. No entanto a própria especialização destes batalhões reduziu o seu número, devido à impossibilidade de generalizar tal tipo de adestramento. Das 192 divisões disponíveis para a ofensiva da primavera, apenas 56 eram designadas como divisões de ataque, por contarem com batalhões de assalto e terem um melhor adestramento para o ataque. As demais divisões, de segunda classe, eram designadas divisões de trincheira (LUPFER, 1981).

Em função disso, a doutrina alemã enfatizava que os batalhões de assalto e as demais unidades das divisões de ataque mantivessem a impulsão até o esgotamento de suas capacidades, se necessário (LUDENDORFF, 1918; LUPFER, 1981). Contrariamente, a doutrina francesa, por não depender de tal especialização, podia prever a condução do ataque pelo esforço sucessivo de vários escalões (FRANÇA, 1917a), o que ajudava na preservação do poder de combate das unidades e permitia que as baixas se repartissem mais equilibradamente. Essa dependência alemã foi crucial, pois, quando a contraofensiva aliada foi lançada em julho de 1918, as melhores divisões alemãs e suas tropas mais aptas para o combate encontravam-se muito rarefeitas pelo grande número de baixas, extremamente desgastadas ou inutilizadas (FASSBENDER) pelo enorme, mas inútil, esforço de tentar romper as linhas aliadas.

Os aliados, por sua vez, particularmente os franceses, que já tinham abandonado a prática do ataque profundo, no qual se exercia pressão na mesma direção de ataque por meio da constante renovação do esforço, aprenderam, na batalha do Somme,

que a nova tática de ofensivas limitadas, desencadeadas em sequência e em locais distintos, não atingia o objetivo de desestabilizar o inimigo, pois o espaço de tempo entre as ofensivas era suficiente para permitir que o inimigo reorganizasse suas forças e relocasse suas reservas (GOYA). Para que a nova tática fosse eficaz, era imprescindível reduzir ao máximo o tempo entre as ofensivas.

No esforço empreendido, a partir do segundo semestre de 1917, para reequipar e reorganizar o exército francês, Pétain passou a utilizar caminhões para o transporte das unidades de infantaria e de artilharia. Esta motorização permitiu a agilidade necessária no deslocamento das tropas, a rápida movimentação das reservas para conter a ofensiva inimiga, mas principalmente para que as ações da contraofensiva se realizassem ininterruptamente. Os alemães, dependentes do lento deslocamento de sua artilharia, não puderam se contrapor a elas adequadamente (GOYA; LUPFER, 1981).

Finalmente, o emprego em massa dos carros de combate na contraofensiva foi fator decisivo para o sucesso aliado. A importância e o papel dos carros estão bem claros nas Instruções de Pétain (FRANÇA, 1918b). Os alemães, que não acreditaram no potencial dos carros, influenciados pelo medíocre desempenho deles em 1916 e 1917, não tinham capacidade similar. Significativamente, não há menção a carros de combate nas instruções de Ludendorff.⁷³

O efeito dos carros de combate sobre as tropas alemãs repercutiu tão intensamente na opinião pública alemã, que a questão foi levada ao parlamento (Reichtag) em 18 de outubro de 1918. O ministro da Guerra

teve de responder a duras questões que lhe foram dirigidas e severas críticas foram endereçadas ao Alto-Comando por não ter percebido a importância dos carros. O general von Wrisberg, falando em nome do ministro, reconheceu que, no ataque de oitooooo de agosto, a vitória aliada deveu-se ao emprego em massa dos carros. Ele acrescentou que a tropa possuía meios para fazer face aos carros, mas que “a defesa contra carros é mais uma questão de nervos do que material”. Outro general, Scheush, afirmou que a superioridade presente do inimigo deve-se principalmente ao seu emprego de carros de combate. (DUTIL, 1919, p. 251-254).

Na realidade, as unidades de infantaria apoiadas maciçamente por carros de combate foram um meio de infiltração e de ataque muito mais eficaz do que as tropas de assalto alemãs. No entanto, os que acreditam no mito da superioridade bélica dos alemães preferem exaltar estas últimas.

Não é incomum a opinião de que os Estados Unidos, ao entrarem na guerra, salvaram a França, do mesmo modo que a salvaram em 1944. De modo algum se deve negar a importância da atuação norte-americana nos últimos cinquenta dias da guerra; mas deve-se, sim, dar-lhe a devida dimensão.

Na realidade, o que salvou a França foi a cegueira estratégica da Alemanha, que rompeu a aliança com a Rússia e inviabilizou a com a Inglaterra. Foi também sua eficaz percepção estratégica, que rapidamente aproveitou-se disso e atraiu ambas para o seu lado. A Rússia salvou a França em agosto de 1914 e em 1916. A Inglaterra, aliada recalcitrante, mas fiel, também a salvou ao lutar, do primeiro ao último dia da guerra.

ombro a ombro com os franceses, elevando seus efetivos, em menos de dois anos, de cinquenta mil a cerca de um milhão de soldados. A França foi salva igualmente pelo bloqueio naval à Alemanha, que debilitou a economia alemã e permitiu à produção industrial aliada, a partir do final de 1917, superar largamente a germânica. Salvou a França também a desastrosa decisão estratégica alemã de conduzir a guerra submarina “à outrance”, que trouxe os EUA à guerra.

Mas o que salvou principalmente a França foi o inaudito esforço de seu povo⁷⁶ e de seu exército, a elevada capacidade e determinação de suas lideranças política e militar (que lhe faltariam em 1940), sua eficiente conduta estratégica da guerra, sua habilidade em incorporar inovações táticas e técnicas à sua forma de luta, sua incrível capacidade de expandir sua produção industrial bélica, a maior entre todos os beligerantes,⁷⁷ e a solidez dos vínculos entre seu governo, seu povo e seu exército, instituições que exemplificam a tríade das tendências que Clausewitz afirmou caracterizarem a guerra.

A parcela de “salvação” a ser creditada aos EUA fica bastante diluída neste enorme esforço conjunto, que a própria França, majoritariamente, organizou e conduziu. Se não se considerar sua verdadeira dimensão, ela não passa de mais um mito.

Conclusão

A 1ª GM foi um dos eventos capitais do século XX e marcou-o fortemente. Suas principais consequências são bem conhecidas: a eliminação e o desmembramento dos Impérios alemão, austro-húngaro,

otomano e russo; o surgimento de novos atores internacionais em função desse desmembramento; a ascensão dos Estados Unidos como potência mundial; o estabelecimento de um sistema internacional de segurança coletiva, por meio da Liga das Nações; na esfera social, o estímulo à liberação feminina, devido ao extensivo trabalho das mulheres nas fábricas etc.

A 1ª GM lançou também as sementes da segunda, pela consequente e gigantesca crise econômica e financeira da Alemanha de Weimar na década de vinte e pelo sentimento de humilhação do povo alemão, que permitiram a Hitler assumir o poder em 1933. A revolução comunista de outubro de 1917 e a posterior criação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas resultaram da guerra, portanto as raízes ideológicas da Guerra Fria nela se encontram. Durante a guerra, os ingleses concordaram em ceder um território na Palestina aos judeus,⁷⁸ fato que deu início, após a guerra, à intensa imigração judaica para a região, gênese do conflito árabe-israelense.

A Grande Guerra caracterizou-se por inúmeras inovações táticas e técnicas. Com exceção do porta-aviões, dos foguetes e da bomba atômica, a 2ª GM foi travada com os armamentos e meios desenvolvidos ou empregados inicialmente durante a primeira: carros de combate, submarinos, aviões, telefone, rádio, caminhões, morteiros, lança-chamas, fuzil-metralhador, granadas de mão etc. A experiência do comando único, arduamente obtida durante a guerra, com certeza serviu como exemplo para a excelência do comando aliado durante a 2ª GM.

Indiretamente, a guerra exerceu também grande influência no Exército Brasileiro. A Missão Francesa, contratada logo após o seu final, incrementou o profissionalismo e modernizou os meios de combate do nosso Exército, em conformidade com os últimos avanços táticos e técnicos obtidos nos campos de batalha europeus. O capitão José Pessoa, que lutara junto ao Exército francês, propugnou com êxito pela adoção dos carros de combate pelo EB. A Lei do Serviço

Militar Obrigatório, de 1908, finalmente entrou em vigor em 1916 devido à pressão da guerra, e o desenvolvimento, pelo Exército, das fábricas de armas, munições e explosivos, ganhou o necessário impulso para a sua concretização ao longo dos anos 1930.

Por tudo isso, a 1ª GM não deve ser esquecida em nossas escolas militares. O centenário do seu início pode servir de estímulo para estudos que revelem seus aspectos úteis para a atualidade. ☺

Referências

COHEN, Eliot A. **Comando supremo: soldados, estadistas e liderança em tempo de guerra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2004.

DOUGHTY, Robert A. **Pyrrhic Victory: French strategy and operations in the Great War**. Londres: Belknap Press of Harvard University Press, 2005.

DUTIL, Les Chars d'Assault: leur création et leur rôle pendant la guerre 1915-1918. Paris : Berger-Levrault, 1919. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5492336q.r=Les+Chars+de+combat.langPT>>. Acesso em: 11 mar. 2014.

FASSBENDER, Michael. **Storm troops and infiltration tactics in the German Army in World War I**. Disponível em: <http://www.humanities360.com/index.php/storm-troops-and-infiltration-tactics-in-the-german-army-in-world-war-i-560/>. Acesso em: 11 mar. 2014.

FRANÇA. Armée. Grand quartier général. **Instruction sur les actions offensives de grandes unités dans la bataille**. Paris: Imprimerie Nationale, 1917. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k65561749.r=Instruction+sur+les+actions+Defensives+de+Grandes+Unit%C3%A9s+dans+la+Bataille.langPT>. Acesso em: 11 mar. 2014.

_____. Armée. Grand quartier général. **Instruction sur les actions défensives de grandes unités dans la bataille**. Paris: Imprimerie Nationale, 1917. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k65645676.r=Instruction+sur+les+actions+defensives+de+grandes+unites+dans+la+bataille.langPT>>. Acesso em: 11 mar. 2014.

_____. Armée. Grand quartier général. **Instruction sur le combat offensif des petites unités**. Paris: Imprimerie Nationale, 1918. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6551906p.r=Instruction+sur+le+combat+offensive+des+petites+unites.langPT>>. Acesso em: 11 mar. 2014.

_____. Armée. Grand quartier général. **Instruction sur l'Emploi des chars d'Assault**. Paris: Imprimerie Nationale, 1918. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6564557t.r=les+chars+de+combat.langPT>. Acesso em: 11 mar. 2014.

GOYA, Michel. **Le processus d'évolution tactique de l'armée française pendant la Grande Guerre**. [S.l., 20--]. Disponível em: <http://www.penseemiliterre.fr/le-processus-d-evolution-tactique-de-l-armee-francaise-pendant-la-grande-guerre_1012459.html>. Acesso em: 11 mar. 2014.

JOHN'S MILITARY HISTORY. **Stormtrooper tactics of World War I**. Disponível em: <<http://www.johnsmilitaryhistory.com/stormtrooper.html>>. Acesso em: 11 mar. 2014.

KISSINGER, Henry. **A diplomacia das grandes potências**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1999.

LAFFARGUE, André. **The attack in trench warfare: impressions and reflections of a company commander**. Washington: United States Infantry Association, 1916. Disponível em: <<https://ia700309.us.archive.org/27/items/attackintrenchwa00laff/attackintrenchwa00laff.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2014.

LA GRANDE guerre: 1918-2008. **Le Figaro**, nov. 2008. Edição especial.

LUPFER, Timothy T. **The dynamics of doctrine: the changes in german tactical doctrine during the First World War**. Fort Leavenworth: Combat Studies Institute, 1981. Disponível em: <<http://usacac.army.mil/cac2/cgsc/carl/download/csipubs/lupfer.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2014.

LUDENDORFF, Erich von. **The attack in position warfare**. [1918]. Disponível em: <<http://cgsc.contentdm.oclc.org/cdm/ref/collection/p4013coll7/id/828>>. Acesso em: 12 mar. 2014.

NEIBERG, Michael S. **Foch: Supreme Allied Commander in the Great War**. Washington: Brassey's, 2003.

SHUNK, Dave. Army capstone concept & the genesis of german world war one assault squad & infiltration tactics. **Small Wars Journal**, Stafford, Va., Aug. 2010. Disponível em: <<http://smallwarsjournal.com/jrnl/art/army-capstone-concept-the-genesis-of-german-ww-itactics>>. Acesso em: 12 mar. 2014.

TUCHMAN, Barbara Wertheim. **Canhões de agosto**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

¹ Grande Guerra era como a Primeira Guerra Mundial era chamada antes da eclosão da Segunda Guerra Mundial.

² A Índia britânica incluía o Paquistão e Bangladesh e ambicionava controlar o Afeganistão.

³ Tratado de Resseguro, segundo o qual Alemanha e Rússia manteriam a neutralidade caso uma delas se envolvesse em guerra com um terceiro país. A neutralidade não se aplicava se a Alemanha atacasse a França ou se a Rússia atacasse a Áustria-Hungria.

⁴ Conforme Kissinger (1999, p. 181-182), "os líderes alemães, após Bismarck, combinaram truculência com hesitação, atirando seu país primeiro para o isolamento, em seguida para a guerra [...] atrás dos *slogans*, estava o vazio intelectual; a linguagem truculenta mascarava o vácuo interno; *slogans* imponentes ocultavam a timidez e a falta de qualquer senso de direção".

⁵ Este foi um dos maiores erros da política alemã pós-Bismarck, pois, ainda segundo Kissinger, "uma vez a Alemanha comprometida ao lado da Áustria, a França e a Rússia passaram, de fato, a precisar uma da

outra, (...) pois nenhuma alcançaria seus objetivos estratégicos sem, primeiramente, derrotar ou enfraquecer a Alemanha”.

⁶ Sob o ponto de vista britânico, em uma *entente*, a Inglaterra cooperaria com o seu parceiro quando julgasse conveniente cooperar (KISSINGER, 1999, p. 194).

⁷ Nada ameaçava mais a Inglaterra do que a tentativa de disputar-lhe o domínio dos mares, principalmente por um país que já possuía o exército mais poderoso da Europa. E foi o que a Alemanha fez ao decidir-se pela construção de uma grande marinha de guerra oceânica.

⁸ “Isso se passou sem nenhuma conversa política séria entre São Petersburgo e Berlim acerca da essência da crise, e na ausência de qualquer disputa real entre a Alemanha e a Rússia” (KISSINGER, 1999, p. 230).

⁹ Em 1915, invertendo suas opções político-diplomáticas, a Itália aderiu à aliança franco-russo-britânica e declarou guerra às potências centrais.

¹⁰ Citado em LA GRANDE Guerre, 1918-2008. Le Figaro, nov. 2008. Edição especial.

¹¹ Um soldado russo deveria ser transportado, em média, 1.100 Km, o quádruplo de um alemão, e a rede ferroviária russa era dez vezes menos densa do que a alemã (TUCHMAN, 1998, p. 68).

¹² Em termos de densidade de homens por metro de frente. O I exército alemão, de Von Kluck, o mais à direita do dispositivo alemão, contava com a maior densidade, 18.000 homens para cada 1.600 metros de frente (TUCHMAN, 1998, p. 293).

¹³ A Bélgica, como país independente e neutro, foi obra da política externa da Inglaterra, que não permitiria o controle do grande porto de Antuérpia por nenhuma potência continental.

¹⁴ O general Michel foi a seguir nomeado governador militar de Paris, função na qual se revelou realmente indeciso e inativo quando a guerra eclodiu. Foi substituído pelo general Gallieni, que teve papel de destaque nos eventos que se seguiram.

¹⁵ A partir de 1871, os planos de guerra franceses passaram a ser numerados. O plano XVII foi o décimo-sétimo plano elaborado desde aquele ano.

¹⁶ A despeito das inerentes dificuldades da mobilização russa, eles se comprometeram a empregar dois exércitos nessa ofensiva, mesmo com sua mobilização em andamento, o que foi devidamente cumprido.

¹⁷ A maior batalha da guerra em termos de efetivos empregados simultaneamente e número de baixas sofridas em determinado tempo de combate (TUCHMAN, p. 335).

¹⁸ Um corpo de exército francês possuía 120 canhões 75mm, enquanto um alemão dispunha de 108 canhões 77mm, 36 de 105mm e 16 de 150mm (DOUGHTY, 2005, p. 32)

¹⁹ Os primeiros a adotar sistema hidráulico de recuo e utilizar munição encartuchada.

²⁰ Obuseiros Krupp 419mm, conhecido como Grande Bertha, e Skoda 305mm.

²¹ Quatro, posteriormente cinco, divisões de infantaria e uma de cavalaria. Dos países beligerantes, a Inglaterra era o único que não possuía serviço militar obrigatório ao romper as hostilidades. O país só adotou a conscrição em janeiro de 1916.

Utilizou-se a sigla em inglês a fim de diferenciá-la da nossa FEB.

²² Barbara Tuchman, em seu excelente livro *Canhões de Agosto*, traça um perfil nada enaltecido de sir John French o comandante da BEF. Houve ocasião em que, a fim de acelerar a retirada, ele deu ordens para que os transportes jogassem fora toda a munição e equipamentos desnecessários e carregassem mais homens (TUCHMAN, 1998, p. 427). Quanto às tropas britânicas, elas combateram bem nas oportunidades que tiveram.

²³ Os exonerados foram enviados para a 12ª Região Militar, na retaguarda, cuja sede era a cidade de Limoges, o que gerou um neologismo na língua francesa, o verbo “*limoger*” — exonerar sumariamente, pôr em desgraça.

²⁴ Neste aspecto, a França encontrava-se em clara desvantagem em comparação com a Alemanha. Esta dispunha de maior poder demográfico, 68 milhões de pessoas contra 39 milhões, e um poder industrial

muito maior. Em 1913, a França produziu 41 milhões de toneladas de carvão, enquanto a Alemanha produziu 191 milhões. No mesmo ano, França produziu 5 milhões de toneladas de aço, ao passo que sua inimiga, 17 milhões de toneladas (DOUGHTY, 2005, p. 114).

²⁵ O efetivo de operários só se reaproximou do original em janeiro de 1917 e, mesmo assim, graças ao trabalho feminino e de trabalhadores recrutados nas colônias.

²⁶ Em dezembro de 1914, estimava-se em 2 mil a necessidade diária de munição de artilharia pesada, enquanto a produção não passou de 300. Avalia-se o esforço de mobilização da indústria francesa por estes números relativos à produção diária de munição de 75mm: outubro de 1914, 13.600; novembro 1914, 22.000; janeiro de 1915, 42.000. Em agosto de 1916, a produção diária atingiu 210.000 granadas de todos os calibres, sendo 153.000 de 75, 80 e 90mm e 57.500 de artilharia pesada (DOUGHTY, 2005, p. 116-119).

²⁷ Embora as condições sociopolíticas que ditaram a estratégia fossem diferentes, é interessante observar que, em 1939, a estratégia eminentemente defensiva da França, que permitiu à Alemanha nazista concentrar todo seu poder para esmagar a sua aliada Polônia, condenou-a a sofrer sorte semelhante em seguida, como bem se sabe.

²⁸ Falkenhayn considerou necessário produzir e manter uma relação de baixas de 5/2 em favor dos alemães para atingir seu objetivo (Le Figaro – edição especial, *La Grande Guerre, 1918-2008*).

²⁹ Pétain introduziu o sistema de rodízio entre as divisões que combatiam em Verdun, a fim de poupá-las. Desse modo, mais de 80% das divisões francesas participaram da batalha.

³⁰ Baixas: Exército francês – Verdun: 377.231; Somme: 202.567; Exército inglês: 419.654 (DOUGHTY, 2005, p. 309). Os alemães também sofreram enormes baixas, o que os levou a desenvolver a tática da defesa em profundidade, que reduzia o número de forças nas primeiras linhas (LUPFER, 1981).

³¹ Para os franceses, a batalha de Verdun foi uma grande vitória, além de possuir o profundo valor simbólico de representar o espírito de luta e de sacrifício do soldado francês.

³² Foi a primeira ofensiva em que os carros de combate, tanto franceses como ingleses, participaram em número significativo, mas não o suficiente para produzirem resultados importantes.

³³ Censores militares, encarregados de ler a correspondência dos soldados, foram os primeiros a informar a queda no moral, expressada no desânimo e na descrença transmitidos a seus familiares e amigos (DOUGHTY, 2005, p. 363).

³⁴ Pétain, sensatamente, costumava dizer que “o fogo mata”.

³⁵ Em quatro de junho, havia apenas duas divisões confiáveis entre os alemães e Paris (LA GRANDE..., 2008). Os motins poderiam ter tido resultados muito sérios se os alemães tivessem abandonado a estratégia defensiva, que voltaram a empregar na frente ocidental em 1917. A Inglaterra, ao continuar o esforço ofensivo ao longo do ano, ajudou a acobertar os motins e cooperar com o reerguimento do exército francês.

³⁶ Esperava-se o desembarque de tropas norte-americanas, em grande número, a partir do início de 1918. Após fracassarem inicialmente ao serem empregados em combate, os carros já haviam sofrido aperfeiçoamentos mecânicos e na blindagem, sua técnica de emprego também havia sido aprimorada, e milhares deles estavam sendo produzidos tanto na França, quanto na Inglaterra.

³⁷ “Nem considerações pessoais, nem paixões políticas nos afastarão do nosso dever (...) basta de campanhas pacifistas, basta de intrigas alemãs. Nem traição, nem meia traição. Guerra, nada mais do que guerra” (Clemenceau, citado por Doughty, 2005, p. 402). Clemenceau visitava frequentemente as trincheiras, estimulava os soldados, conferenciava e exigia dos generais e assumiu com mão de ferro a condução política da guerra (COHEN, 2004).

³⁸ O limite entre suas atribuições não era claro, além de não haver relação de subordinação entre eles (DOUGHTY, 2005, p. 407).

³⁹ Entre os generais aliados de mais alto posto (França: Ferdinand Foch e Philippe Pétain; Inglaterra: sir Douglas Haig; EUA: John J. Pershing.), Foch era o único a acreditar que a ofensiva poderia ser retomada ainda em 1918. Os fatos confirmaram seu otimismo.

⁴⁰ A França já estava sofrendo os efeitos de sua fraqueza demográfica. Estudos indicavam que o efetivo de novas classes de conscritos a ser incorporado, entre outubro de 1917 e outubro de 1918, seria de 750.000 homens, ao passo que as necessidades elevavam-se a 1.078.000, o que significaria a necessidade de dissolução de mais de vinte divisões (DOUGHTY, 2005, p. 406).

⁴¹ Pétain aceitava perder terreno, baseado nos seguintes argumentos: o melhor meio de obter a vitória é economizar forças inicialmente; se colocarmos todo mundo nas primeiras linhas, perderemos todos; não é possível manobrar se todos defenderem na primeira linha; não temos suficiente infantaria para defender nas primeiras posições; é preciso manobrar e fazer o terreno trabalhar a nosso favor. Essas novas instruções, na realidade, assemelhavam-se muito com táticas alemãs (DOUGHTY, 2005, p. 426-427).

⁴² Haig dispunha de oito divisões em reserva (DOUGHTY, 2005), número proporcionalmente bem menor do que as 41 francesas, provável indicação de ênfase na defesa nas primeiras linhas.

⁴³ Von Hindenburg era o novo chefe do Estado-Maior; Ludendorff, apesar de ser o segundo na escala hierárquica, era quem realmente comandava o exército.

⁴⁴ Tecnicamente, os EUA era um país associado, não aliado; não estava comprometido, como os aliados, a não fazer a paz em separado.

⁴⁵ Clemenceau pensou inicialmente em nomear Pétain, mas este, ao opinar ao *Tigre* que “os alemães derrotarão os ingleses em terreno aberto e depois nos derrotarão”, chocou Clemenceau pelo extremo pessimismo. Clemenceau, por outro lado, inclinou-se para a indomável confiança de Foch. Indagado sobre seus planos, Foch respondeu: “Meu plano não é complicado. Lutarei sem parar. Lutarei diante de Amiens. Lutarei em Amiens. Lutarei atrás de Amiens. Lutarei todo o tempo e, de tanto bater, acabarei abalando o boche” (NEIBERG, 2003, p. 63). Clemenceau, após a guerra, comentou: “Eu preteri o homem plenamente racional que era Pétain, e escolhi este louco que era Foch. Foi o louco que nos tirou de lá” (LA GRANDE..., 2008).

⁴⁶ Esta fórmula para designar as funções de Foch foi a maneira encontrada para contornar a esperada recusa do Parlamento inglês de aceitar a subordinação do exército inglês a um comandante em chefe francês (DOUGHTY, 2005, p. 441). A situação de Foch era espinhosa, já que era instado a liderar sem, no entanto, ter autoridade formal para realmente comandar (NEIBERG, 2003, p. 70).

⁴⁷ Integrava o exército inglês, nesta região, um corpo de exército português, que foi severamente castigado neste ataque.

⁴⁸ O fato de essas duas ofensivas alemãs terem sido detidas em um esforço conjunto não reduziu os ressentimentos entre ingleses e franceses. Os ingleses receberam o peso maior das duas ofensivas e acusavam os franceses de não os terem auxiliado suficientemente; os franceses queixavam-se de que os ingleses recuavam muito facilmente. Muito provavelmente, ambos estavam errados. Os ingleses desconsideravam o fato de a frente francesa ter-se estendido 92km na medida em que suas reservas foram empregadas na contenção do primeiro ataque e que este acréscimo de frente equivalia a 2/3 de toda a frente inglesa em 30 Abr. Os franceses, por seu lado, desconsideravam o fato de os ingleses terem sofrido mais do que o dobro de suas baixas nos dois ataques (DOUGHTY, 2005, p. 444-445).

⁴⁹ Segundo Doughty, em maio, o efetivo norte-americano na França chegava a 430.000 (chegaria a cerca de um milhão no fim do ano), embora somente quatro divisões estivessem ocupando posições na linha de frente.

⁵⁰ Estas divisões inglesas, muito desgastadas durante os ataques anteriores, substituíram divisões francesas em uma frente supostamente calma, a fim de se reconstituírem (DOUGHTY, 2005, p. 450).

⁵¹ O comandante do 6º Exército, general Duchêne, se recusou a cumprir as instruções de Pétain com respeito à defesa em profundidade. Advertido por seu comandante de grupo de exército e pelo próprio Pétain, Duchêne não mudou de posição (DOUGHTY, 2005, p. 449). Após a batalha, Duchêne foi sumariamente exonerado do comando por Clemenceau devido às consequências de sua desobediência.

⁵² Pétain recomendou a Clemenceau retirar o governo de Paris, como ocorrera em 1914; em contraste, Foch se opôs firmemente, afirmando que “Paris não tem nada a ver com isso (...) é onde estamos agora que o inimigo tem que ser detido” (NEIBERG, 2003, p. 63). Foch descreveu assim sua confiança: “o vendaval

bate em todos os lados da casa, as telhas são arrancadas, as paredes se abalam, mas os alicerces aguentam e aguentarão. Isso é tudo o que importa” (DOUGHTY, 2005, p. 455). O governo permaneceu em Paris.

⁵³ No entanto, essa coordenação efetiva não eliminou inteiramente todas as dissensões entre Foch e os comandantes aliados, particularmente Pétain. Foch discordava da eficiência da defesa em profundidade, por achar que ela facilitava as táticas de infiltração do inimigo. Pétain, melhor tático, creditava o sucesso na contenção das ofensivas alemãs, com baixas relativamente pequenas, a esta forma de defesa, e recusou-se a modificar suas diretrizes táticas (DOUGHTY, 2005, p. 460).

⁵⁴ A respeito de sua situação nas vésperas do quinto ataque alemão, Pétain escreveu: “o mês de descanso que se seguiu à batalha de Matz [o quarto ataque] nos possibilitou treinar e descansar nossas reservas (...) materialmente, nossa superioridade tornou-se inegável; dispomos de suficiente artilharia e de munições; contamos com nossos carros de combate pesados e, especialmente, com nossos carros leves contra um inimigo que não dispõe de meios similares; nossa aviação, incontestavelmente, domina a inimiga” (DOUGHTY, 2005, p. 466).

⁵⁵ Apoiavam estes exércitos algumas divisões norte-americanas, inglesas e italianas.

⁵⁶ O 1º exército dos EUA ocupou uma frente entre os dois grupos de exército franceses empenhados na contraofensiva e o grupo de exército francês que ocupava a longa, mas relativamente calma, frente que se estendia até a Suíça.

⁵⁷ O 1º exército norte-americano esteve inicialmente subordinado a Pétain. Somente por meio do seu desmembramento com a criação do 2º exército, em 13 de outubro, Pershing foi alçado ao nível de Pétain e de Haig.

⁵⁸ A derrota búlgara provocou grandes dificuldades às potências centrais. Isolou-as do petróleo romeno e interrompeu a ligação com o Império Otomano. Além disso, constantemente pressionada na frente ocidental, a Alemanha não estava em condições de apoiar a Áustria, ameaçada seriamente na frente italiana, em caso de ofensiva aliada a partir dos Bálcãs a cavaleiro do Danúbio (DOUGHTY, 2005, p. 491).

⁵⁹ Para os franceses era inadmissível um armistício enquanto grande parte de seu território estivesse ocupada pelo inimigo.

⁶⁰ Foch criticou a velocidade do avanço das tropas francesas, mas Pétain, fiel à sua doutrina tática, continuou com seus avanços metódicos e cuidadosamente preparados (DOUGHTY, 2005, p. 498).

⁶¹ O ataque norte-americano paralisou-se no terceiro dia. Embora a capacidade de combate do soldado dos EUA tenha sido reconhecida desde o início, a inexperiência de seus estados-maiores revelou-se quando planejaram e conduziram pela primeira vez uma operação de grande complexidade. Seu despreparo provocou, além da descoordenação entre suas unidades, um enorme engarrafamento nas estradas em sua zona de ação, que impediu, durante muitos dias, o abastecimento e a movimentação de tropas, além de interromperem a ofensiva, que só foi retomada após a reestruturação das forças dos EUA em meados de outubro (DOUGHTY, 2005, p. 493-495). O biógrafo de Pershing destacou que “se a guerra tivesse terminado em 31 de outubro e não onze dias depois, a reputação pós-guerra do general norte-americano teria ficado bastante diminuída” (COHEN, 2004, p. 103).

⁶² Não houve negociação, as condições foram impostas na primeira reunião por Foch, que já as tinha discutido com os governos aliados. As condições foram: evacuação, em 15 dias, sem destruir equipamentos civis e militares, da Bélgica, da França, incluindo Alsácia e Lorena, e de Luxemburgo; a criação de três cabeças de ponte aliadas sobre o rio Reno; entrega como garantia de 5.000 peças de artilharia, 30.000 metralhadoras, 5.000 locomotivas, 150.000 vagões ferroviários e 150 submarinos e ainda a continuidade do bloqueio naval até a conclusão do tratado de paz (NEIBERG, 2003, p. 81-83).

⁶³ São atribuídas a Foch as seguintes ideias proféticas publicadas em jornal durante as negociações: “Tendo chegado ao Reno, devemos lá permanecer (...) democracias como a nossa, nunca agressivas, necessitam de poderosa barreira física (...) os setenta milhões de alemães serão sempre uma ameaça para nós (...) o que nos salvou no começo da guerra? A Rússia. Bem, de que lado estará a Rússia no futuro? (...) da próxima vez, lembrem-se, os alemães não cometerão erros. Eles irromperão pelo norte da França e ocuparão os portos do Canal, como base de operações contra a Inglaterra”. Em outras ocasiões, Foch disse: “Um dia seremos convocados a depor diante de um tribunal. A França não compreenderá como a vitória de seus exércitos transformou-se

em fraqueza nacional”, e também “isso não é paz, é um armistício de vinte anos” (NEIBERG, 2003, p. 97-101).

⁶⁴ Dos treze comandantes de divisão franceses mortos nos primeiros quinze meses da Guerra, quatro morreram em combate e três foram feridos (DOUGHTY, 2005, p. 122).

⁶⁵ Um comandante de divisão francês escreveu, em 26 de agosto de 1914, após um ataque desastroso: “recomeçaremos, mas desta vez, mais prudentemente, mais lentamente. A lição foi boa (...) avançaremos por lanços, sob a proteção da artilharia e depois de fazer os reconhecimento necessários”. Joffre, por sua vez, comentou que foi vitorioso no Marne, em grande parte, “porque nossos exércitos, em setembro, não eram mais aqueles dos primeiros dias da guerra” (GOYA).

⁶⁶ Um oficial belga descreveu o modo como os alemães atacaram em agosto de 1914: “eles não tentavam espalhar-se, mas vinham, fileira após fileira, quase ombro a ombro, até que os derrubávamos...” (TUCHMAN, p. 201).

⁶⁷ Dotada apenas de pistolas, fuzis, baionetas e metralhadoras no começo da guerra, a infantaria, em ambos os lados, a partir de 1915/1916, passou a dispor também de: metralhadoras leves, fuzis-metralhadores, granadas de mão e de bocal, lança-chamas, morteiros e canhões leves.

⁶⁸ Guardadas as devidas proporções, é como enaltecer o sucesso de Napoleão, por ter chegado até Moscou em 1812, esquecendo-se de sua posterior e catastrófica retirada.

⁶⁹ Tratando-se de sucesso na guerra, acrescenta-se o caráter fundamental do nível estratégico.

⁷⁰ O número de divisões transferidas varia segundo os autores. Os dados apresentados por Doughty indicam que a inteligência francesa teria identificado 42 divisões. Conforme o John's Military History, seriam 58 e mais de 3.000 peças de artilharia. Ludendorff, preocupado em manter a ocupação dos territórios conquistados no Leste, transferiu apenas cerca da metade das divisões que atuavam contra a Rússia (John's Military History).

⁷¹ Esta designação é posterior aos fatos, nenhum dos lados designou essa tática como infiltração.

⁷² Publicado em 1916 na França, foi traduzido e publicado também em inglês, com o título *The Attack in Trench Warfare*. O fato de a censura militar ter autorizado a publicação, certamente indica que seu conteúdo já tinha vazado, o que corrobora a informação de sua captura pelo inimigo no mesmo ano.

⁷³ Laffargue, ainda sob a influência doutrinária do início da guerra, defendia que as unidades da primeira linha mantivessem o alinhamento e a formação densa.

⁷⁴ Os alemães já vinham testando técnicas e armas para impulsionar o ataque desde 1915, como o uso de granadas de mão por pequenos grupos de soldados empregados como ponta de lança, do lança-chamas para neutralizar trincheiras, da variedade do armamento à disposição dos grupos de combate etc. De modo geral, essas ações se restringiam ao nível tático das pequenas frações (JOHN'S MILITARY HISTORY; SHUNK, 2010).

⁷⁵ Os alemães produziram um pequeno número de carros e empregaram alguns carros ingleses capturados, mas com efeito desprezível na luta (LUPFER). Este foi talvez o único aspecto em que não houve paralelismo na inovação tática.

⁷⁶ A França mobilizou a maior percentagem da população e sofreu as maiores baixas. Entre mil cidadãos, a França mobilizou 168 e perdeu 34; a Alemanha, 154/30; a Inglaterra, 125/16 (DOUGHTY, 2005, p. 511).

⁷⁷ A França produziu 52.000 aviões, ao passo que Alemanha e Inglaterra produziram respectivamente 48.000 e 43.000. A França forneceu armas e munições a todos os aliados, inclusive aos EUA. Das armas utilizadas pelo exército norte-americano, a França forneceu 3.532 das 4.194 peças de artilharia, 227 dos 289 carros de combate e 4.874 dos 6.364 aviões (DOUGHTY, 2005, p. 505 e 511).

⁷⁸ Por meio da Declaração Balfour (ministro das Relações Exteriores britânico), posteriormente incorporada na Tratado Sèvres, que estabeleceu a paz com o Império Otomano.

PROFORÇA

Transformação militar ou euforia tecnicista?

Fernando Augusto Valentini da Silva*

Introdução

O atual governo brasileiro vem divulgando medidas adotadas no intuito de estruturar e implementar uma nova política de defesa, por meio de documentos e legislações voltadas para o assunto, dando continuidade à iniciativa do governo anterior de elaboração da Estratégia Nacional de Defesa (END), documento datado de 2008, de autoria do Ministério da Defesa (MD) e da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE).

No contexto da formulação da nova política, foram elaborados o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), a Política Nacional de Defesa (PND) e a END vigente¹.

No âmbito do Exército Brasileiro (EB), a mudança pretendida na política de defesa foi consubstanciada por meio da Estratégia Braço Forte (EBF), do Manual de Transformação do Exército, e de um Projeto de Força batizado PROFORÇA (BRASIL, 2010).

É relevante mencionar que o fenômeno de mudanças no campo militar vem ocorrendo em larga incidência desde o início do século corrente, com distintos graus de amplitude e em países e instituições militares das mais variadas realidades políticas,

estratégicas e culturais (FARRELL; TERRIFF, 2002, p. 3), visando, em maior ou menor escala, a acompanhar a chamada *revolução em assuntos militares* atualmente em curso. Nesse aspecto, o PROFORÇA planejado e almejado pelo EB não se trata de uma ocorrência dissonante da tendência mundial, mas antes se pode afirmar que o Exército está em acordo com a tendência vigente na maioria de suas instituições congêneres.

Da análise dos documentos elaborados pelo EB afetos à transformação, é possível vislumbrar a expressiva quantidade de recursos pretendida pelo projeto, em sua ampla maioria voltados para a aquisição de equipamentos militares para recompletamento ou dotação de unidades. Outros aspectos inerentes a uma transformação — como reconfiguração da distribuição espacial de unidades, mudanças doutrinárias, ou até mesmo fatores de cunho mais prático, como medidas concretas para o aumento de eficiência da Força em termos logísticos e administrativos — são tratados, porém sem receber a mesma atenção que a aquisição de material. Seria o PROFORÇA um verdadeiro Projeto de Força, ou apenas um ensejo para justificar a compra de equipamentos de última geração?

* Major de Cavalaria. Conteúdo extraído e adaptado da dissertação apresentada pelo autor como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Ciências Militares (ECEME/2013). <valentini3c@yahoo.com.br>.

O presente trabalho científico tem o escopo de analisar o Projeto de Força do Exército, destacando sua ênfase em inovação tecnológica e aquisição de material de emprego militar (MEM) de última geração, concluindo sobre a amplitude e natureza da mudança almejada.

Desenvolvimento

a. Fontes e fatores de transformação e mudança militar

1) Adaptação, mudança e transformação militar

Uma mudança militar envolve alterações estruturais em distintos aspectos ou profundidades, como destinação, organização ou até mesmo da própria natureza das Forças Armadas, acarretando modificações no campo doutrinário, nas capacidades materiais, na gestão de pessoal, ou — mais provavelmente — uma mescla de tais fatores em diferentes níveis, possibilitando um sem-fim de combinações possíveis.

Rynning (2002, p. 3-7) partiu do paradigma neorrealista clássico (NCR, do inglês *neoclassical realism*) para classificar mudanças militares. Segundo a escola de pensamento do NCR, alterações no poder relativo de um Estado moldam sua política, e por consequência sua doutrina militar. Em outros termos, a dinâmica postulada pelo paradigma do NCR é que o poder relativo nacional é uma variável independente; fatores afetos ao ator em questão — como normas culturais, por exemplo — são variáveis intervenientes; e a doutrina militar é

uma variável dependente.

Para formular sua teoria, Rynning (2002, p. 5) considerou os três tipos de doutrina militar formulados por Posen (1984, p.14): ofensiva, defensiva e dissuasória. Doutrinas ofensivas visam à destruição das Forças Armadas inimigas, desarmando o oponente; doutrinas defensivas têm por objetivo negar ao adversário o objetivo almejado pelo mesmo; e doutrinas dissuasórias buscam a retaliação do agressor, tornando uma eventual agressão demasiado custosa (POSEN, 1984).

Aplicando as definições de Posen com a dinâmica de relações entre variáveis proposta pela escola do NCR, Rynning rotulou como mudanças de *primeira ordem* (tradução livre de *first-order change*) as modificações de um tipo para outro de doutrina, ao passo que as mudanças de menor monta, que implicavam não um desejo de mudança, mas antes de melhoria do quadro de trabalho doutrinário (RYNNING, 2002, p. 6), foram denominadas mudanças de *segunda ordem* (tradução livre de *second-order change*). A Figura 1 exemplifica dois tipos de mudança de acordo com o modelo apresentado por Rynning.

Um outro modelo de definição e mensuração de mudança militar foi traçado por

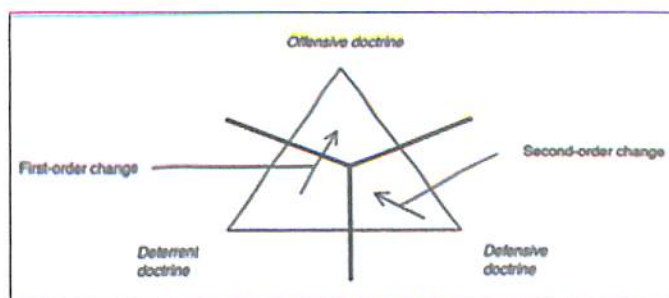


Figura 1 – Tipos de mudança segundo Rynning (*military doctrine and change*)

Fonte: RYNNING, 2002, p.6

García Covarrubias (2007). Ao descrever os processos de reformulação das Forças Armadas em curso na América Latina, García Covarrubias destaca a relevância da distinção entre processo de mudança e transformação, estipulando para o caso latino-americano três tipos distintos de mudança militar: adaptação, modernização e transformação. Para García Covarrubias (2007), a adaptação se restringe a adequar a estrutura já existente, sem mudança nas tarefas previstas; a modernização consiste no aprimoramento de capacidades para o melhor cumprimento da missão, ainda sem mudança de tarefas previstas; e transformação se trata do desenvolvimento de novas capacidades para o cumprimento de novas missões e/ou funções. A abrangência de cada tipo de mudança é demonstrada no diagrama constante da **Figura 2**.

Do exposto no diagrama, constata-se que uma *transformação* é a concretização de uma mudança de profundas repercussões (GARCÍA COVARRUBIAS, 2007), com alcance nos níveis técnico (tanto nas capacidades materiais quanto na doutrina), tático (no

concernente à doutrina), estratégico e político.

Com base em uma confrontação dos modelos de Rynning e García Covarrubias, foi elaborada a **Tabela 1**. As três colunas verticais à direita (cinza claro) contêm as variáveis de García Covarrubias, em razão de as mesmas serem mais abrangentes que as variáveis propostas por Rynning. Por exemplo, uma mudança de doutrina, i.e., uma adoção de doutrina defensiva para uma doutrina dissuasória, dificilmente poderia ocorrer sem alterações significativas nas capacidades materiais e definitivamente não ocorreria sem a mudança taxativa de missões (doutrina). Na coluna à esquerda, estão os níveis de mudança propostos por Rynning (em cinza escuro) e por García Covarrubias (em branco). Dessa forma, a **Tabela 1** representa as dimensões de cada tipo de mudança proposto por cada um dos autores.

As *mudanças de primeira ordem* definitivamente implicam alterações nas missões precípua, mercê da modificação da doutrina adotada; é razoável admitir que, para o cumprimento de novas missões,

far-se-á necessária a devida modificação nas capacidades materiais, ou ao menos melhorias, a fim de que se tornem adequados às novas missões; por fim, é provável que a estruturação das Forças Armadas deva ser alvo de modificações, ou ao menos de adequações para as novas missões impostas.

No caso das *mudanças de segunda ordem*, não ocorrem mu-

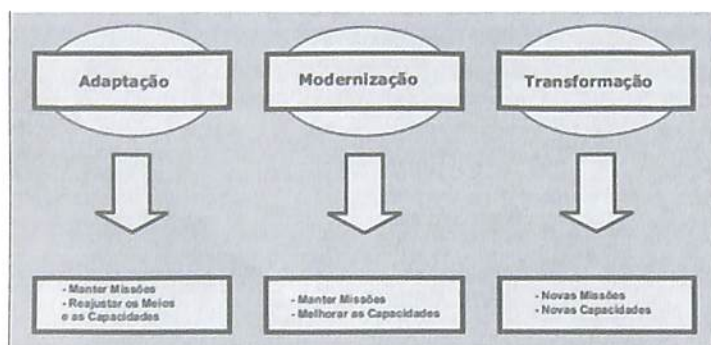


Figura 2 – Diagrama da mudança militar

Fonte: GARCÍA COVARRUBIAS, 2007

	Mudança de missões e capacidades (doutrina)	Mudança de capacidade material	Reformulação /adequação estrutura existente
Mudança de 1ª ordem	√	√	√
Mudança de 2ª ordem	x	√	√
Adaptação	x	x	√
Modernização	x	√	√
Transformação	√	√	√

Legenda: "√" – implica mudanças; "x" – não implica mudanças

Tabela 1 – Tipos de mudança militar

Fonte: o autor, baseado em García Covarrubias e Rynning

danças de doutrina adotada, portanto não há que se falar em mudança de missões. No entanto, a combinação de poder de fogo e manobra dentro de um quadro doutrinário (RYNNING, 2002, p.6) implica a ampliação de capacidades materiais, podendo ser necessária uma reformulação ou adequação da estrutura existente.

A *adaptação* de García Covarrubias é restrita à adequação da estrutura existente, não abrangendo quaisquer mudanças na doutrina adotada, ou mesmo nas capacidades materiais.

Já a *modernização* tem um escopo mais amplo, podendo abranger a reformulação da estrutura e, certamente abrangendo a mudança de capacidade material.

A *transformação* envolve tanto mudanças nas missões quando nas capacidades materiais, possivelmente provocando também reformulação profunda da estrutura existente.

Da análise dos modelos propostos por Rynning e García Covarrubias e da **Tabela 1**, infere-se que a adoção de tipos de mudança profundos como *mudança de primeira ordem* e

transformação têm repercussões estruturais e de capacidades nas Forças Armadas dos países que adotam tal grau de mudança.

2) Fontes da mudança militar

O primeiro autor a examinar as fontes de mudanças em instituições militares foi Barry Posen, na obra *The Sources of Military Doctrine* (POSEN, 1984 apud FARRELL; TERRIFF, 2002, p. 3-4). Na publicação mencionada, Posen traça possíveis causas de adoção e mudança de paradigmas doutrinários, estipulando relações de causa e efeito para a adoção ou mudança de tipos de doutrina, dentre as quais a situação de um estado no panorama internacional (por exemplo, estados geograficamente cercados por adversários), a percepção de ameaças por parte de autoridades estatais, e derrotas recentes no campo militar (POSEN, 1984, p. 34-80).

Farrell e Terriff ampliaram o debate para outros fatores além da doutrina, em razão da ausência de tradição doutrinária² em algumas instituições militares (FARRELL; TERRIFF, 2002, p. 4-5); da diversidade de significados de doutrina nas diversas Forças

Armadas existentes; do fato de que mudanças doutrinárias, *per se*, mantêm inalteradas as estruturas de trabalho das organizações militares (ROSEN apud FARRELL; TERRIFF, 2002, p. 4-5); e do fato de que mudanças doutrinárias podem advir de razões políticas, estratégicas ou operacionais.

A despeito de tais objeções à doutrina como foco da mudança, Farrell e Terriff não a descartam, antes preferem encontrar definições mais amplas para mudanças militares substanciais, arrolando três principais origens para modificações militares: normas culturais; política e estratégia; e inovação tecnológica (FARRELL; TERRIFF, 2002). As origens serão abordadas a seguir.

a) Normas culturais

Segundo Farrell e Terriff (2002, p. 7), normas culturais são crenças comuns sobre o mundo social e natural que define os atores, suas situações e possibilidades de ação. Normas são intersubjetivas, posto se tratarem de crenças baseadas e refletidas em práticas sociais. Os autores sintetizam o conceito de normas culturais citando Katzenstein — organizador da obra *The Culture of National Security* —, explicando que tais normas dão sentido às ações possíveis, já que as instituições militares tomam as normas culturais como referência de quem elas são e como devem agir em dadas situações (KATZENSTEIN, 1996, p. 24).

Farrell e Terriff enunciam três fatores determinantes para a formação das normas culturais: a cultura militar, choques externos e imitação (FARRELL; TERRIFF, 2002, p. 7-10).

A respeito da cultura, Farrell e Terriff (2002, p. 7) mencionam como normas culturais geram padrões de conduta persistentes ao serem internalizadas nas regras e rotinas de instituições militares. Uma vez institucionalizadas, tais normas ou adquirem força de dogma³, ou são reforçadas por poderosas sanções. Por esse motivo, segundo os autores, a cultura fornece uma excelente explicação para o porquê de instituições militares se aterem persistentemente a determinados *modus operandi* incongruentes com circunstâncias estratégicas e operacionais. Nesse caso, explicam Farrell e Terriff (2002), a realidade muda de maneira mais rápida do que os atores conseguem perceber.

O sistema estruturado pela cultura local pode vir a ser alterado por choques externos suficientemente intensos para minar a legitimidade das normas vigentes (FARRELL; TERRIFF, 2002, p. 8). Dois exemplos claros de mudanças de normas culturais advindas de profundo choque externo são as adoções de culturas estratégicas antimilitaristas pela Alemanha Ocidental e Japão, países que reorientaram suas posturas de segurança nacional após a fragorosa derrota sofrida pelos países na Segunda Guerra Mundial (BERGER, 1996, p. 261).

Nesse sentido, Farrell e Terriff destacam que um choque externo pode desencadear um longo processo de mudança cultural planejada — como foi o caso de Alemanha e Japão no pós-Segunda Guerra (FARRELL; TERRIFF, 2002, p. 8-9), ou o choque ser o impulsionador de uma mudança cultural que resulte em uma campanha vitoriosa —, como a mudança doutrinária conduzida pela Marinha norte-americana após

o ataque japonês a Pearl Harbor (LEGRO, 1995, p. 80-93 apud FARRELL; TERRIFF, 2002, p. 9).

Ao enunciar a imitação como fator que molda as normas culturais, Farrell e Terriff afirmam que pouca atenção tem sido dada à imitação, em parte porque a maioria dos estudos sobre cultura militar tem sido focada em instituições militares de países desenvolvidos, e — segundo Farrell e Terriff — a imitação tem impacto mais significativo em Forças Armadas de países em desenvolvimento (FARRELL; TERRIFF, 2002), as quais, em norma, buscam imitar as instituições congêneres de países desenvolvidos.

Para Farrell e Terriff, normas culturais moldam e são moldadas por imitação militar, quer por crenças afetas a percepções e aspirações por legitimidade (GOLDMAN, 2002, p. 44), quer pela tentativa do imitador de se identificar com o imitado (FARRELL, 2002, p. 69-86).

b) Política e estratégia

Para Posen, o sentimento de insegurança — seja pela percepção de alteração no equilíbrio de forças no cenário internacional, seja pela perspectiva de sofrimento de derrota militar — percebido pelas autoridades civis de um estado tem o poder de gerar pressões políticas (intervenção civil) por mudanças militares (POSEN, 1984, p. 59-75). No mesmo sentido, Farrell e Terriff asseveram que uma nova ameaça à segurança nacional é a fonte mais óbvia de mudança militar (FARRELL; TERRIFF, 2002, p. 10).

No entanto, Rosen e Zisk argumentam que mudanças militares significativas não necessariamente tenham de ser ocasio-

nadas por fracassos em campanhas militares ou por pressão de autoridades civis; antes, fatores estratégicos, como novas estratégias de adversários, podem ser fontes geradoras de processos internos nas próprias instituições militares (apud FARRELL; TERRIFF, 2002, p. 10).

Farrell e Terriff (2002, p. 11) mencionam que autores como Posen, Rosen, Zisk e Avant ressaltam a forma que as circunstâncias políticas condicionam as respostas doutrinárias ao desenvolvimento estratégico gerador da mudança militar. Exemplificando, a adoção de uma doutrina militar ofensiva e inovadora foi amplamente devida à interferência pessoal de Hitler; em última análise, a ascensão de Hitler ao poder e o estabelecimento do estado totalitário nazista moldaram todos os desdobramentos estratégicos e as mudanças militares decorrentes na *Wehrmacht* (POSEN, 1984, p. 179-219).

Sobre política e estratégia como fontes de mudança militar, cabe concluir com a assertiva de Mathers (MATHERS, 2002, p. 161-180), de que tanto imperativos estratégicos quanto intervenção civil são necessários para a consecução de mudanças militares.⁴

c) Inovação tecnológica

Ao abordar a inovação tecnológica como fonte de mudança militar, faz-se mister abordar dois aspectos geralmente tomados como verdadeiros: o determinismo tecnológico — no caso, aplicado à inovação militar — e a percepção de que instituições militares são resistentes a mudanças.

O ritmo de inovação tecnológica vivenciado pela humanidade ao longo das últimas décadas vem experimentando um

aumento de intensidade e amplitude, com repercussão nos avanços alcançados no fabrico e emprego de MEM. Todavia, nem sempre a evolução tecnológica serviu como fomento ou foi induzida pelas necessidades militares, fato que pode ser parcialmente identificado pela lentidão percebida na evolução dos MEM e da arte da guerra até meados do século XIX (BRODIE, B.; BRODIE, F., 1971, p. 8).

Deveras, Brodie, B. e Brodie, F. (1971, p. 14-17) descrevem a estagnação da inovação de MEM, exemplificando como o “fogo grego” — mistura incendiária à base de enxofre, salitre, petróleo e cal — foi usado por bizantinos no século VII d.C. e, meio milênio depois, por muçulmanos contra os cruzados francos; ou a visível semelhança entre lanceiros babilônios retratados em 2.550 a.C. e hoplitas gregos ou legionários romanos de três mil anos após. Para Brodie, B. e Brodie, F. (1971, p. 8), a lentidão no avanço tecnológico-militar não pode ser atribuída exclusivamente à velocidade do desenvolvimento científico dos povos, antes devendo-se considerar também outros motivos, dentre os quais o desinteresse de cientistas por questões que não fossem puramente afetas à ciência.

Considerando-se os avanços tecnológicos empregados para fins militares nos últimos 150 anos, constata-se saltos de grandes proporções, como no caso dos vasos de guerra, que partiram de couraçados com propulsão a vapor para porta-aviões impulsionados por reatores nucleares, dotados de complexos sistemas de monitoramento, análise e engajamento de alvos, e embarcando aeronaves igualmente avançadas e letais, com tecnologia *stealth*. Por essa ótica,

seria tentador avaliar que a tecnologia segue uma trajetória *natural*, ou, em outros termos, que a evolução tecnológica segue uma lógica *darwiniana* de sucessão, em que artefatos obsoletos são substituídos por outros artefatos mais eficazes e evoluídos. No entanto, trata-se de uma avaliação falseável, questionada por autores que postulam que o desenvolvimento tecnológico não segue parâmetros naturais ou lineares (HEILBRONER, 1994, p. 67-78).

No concernente à resistência de instituições militares a mudanças, Buhl afirma que dirigentes militares são avessos a novas tecnologias consideradas como sem aplicação para a instituição militar, ou que constituam ameaça à rotina organizacional ou à estrutura institucional (BUHL, 1974, p. 703-727). Um exemplo clássico de tal resistência pode ser visualizado no seio do Alto-Comando da *Wehrmacht*, a respeito da efetividade da doutrina de blindados. No prelúdio da Segunda Guerra Mundial, a arma de Blindados enfrentou acirradas disputas por recursos, missões e prestígio com as armas-base tradicionais (Infantaria e Cavalaria), além do descrédito e a desconfiança sobre suas capacidades, sendo poucos aqueles que conseguiram à época vislumbrar suas potencialidades (GUDERIAN, 1957, p. 15-71).

Em que pese o questionamento sobre o determinismo tecnológico, e o traço de resistência de instituições militares a mudanças, é forçoso apontar a avidez de militares por novas tecnologias (FARRELL; TERRIFF, 2002, p. 14), não sendo raras as ocasiões em que os requisitos operacionais básicos impostos pelos militares aos projetistas ultrapassem as capacidades tecnológicas existentes (BROWN, 1992, p. 307-316), ou mesmo

que razões como interesses ou até mesmo ética freassem a aplicação de recursos tecnológicos ao avanço de MEM (BRODIE, B; BRODIE, F., 1971, p. 9-12).

O histórico dos avanços em tecnologia demonstra que há incontáveis maneiras de se desenvolver um artefato, e os parâmetros de escolha não seguem um processo de seleção natural, em que os projetos mais deficientes são descartados; antes, existem fatores sociais intervenientes afetos a projetos distintos, atuando na mobilização de recursos e construção de consensos para sua adoção e preferência (FARRELL; TERRIFF, 2002, p. 13).

Farrell e Terriff atestam que, ao longo desse processo, fatores sociais sobre o projeto eleito sobrepõem aspectos como a eficiência do mesmo, permitindo inferir que novas tecnologias militares são construções sociais. Um exemplo do forte viés social do desenvolvimento de novas tecnologias militares pode ser extraído da Segunda Guerra Mundial. Por ocasião da Operação Barbarossa, os primeiros contatos das forças alemãs com os carros de combate (CC) soviéticos T-34 e KV foram suficientes para demonstrar a clara superioridade dos CC russos, particularmente do T-34 sobre qualquer carro alemão daquela fase da campanha (ESTADOS UNIDOS. Army, 1987, p. 70-101). Os relatórios enviados geraram uma demanda urgente por um CC alemão capaz de derrotar os formidáveis oponentes soviéticos (MACKSEY, 1974, p. 76), sendo que diversos oficiais alemães aventaram a hipótese de copiar o T-34, em razão de sua impressionante combinação de poder de fogo, mobilidade, proteção blindada, rusticidade e simplicidade de fabrica-

ção, bem como para atender às urgências de demanda da frente oriental; mas o orgulho nacional alemão não o permitiria (FOSS, 1991, p. 27). A resposta da máquina de guerra nazista foi o *Panzerkampfwagen* (PzKpfw) V *Panther*, que, em vários aspectos, foi inspirado pelo T-34, CC que os projetistas alemães se recusaram a copiar de forma deliberada.

Em que pese a discussão acerca do determinismo tecnológico e da resistência militar a mudanças, é fato que a inovação tecnológica produz mudanças militares. O problema é quando a mudança militar é subordinada à inovação tecnológica, e não decorrência natural da mesma. Esse será o assunto abordado no próximo item.

b. Revolução em assuntos militares: Inovação militar ou empolgação tecnicista?

A análise e observação da estrutura organizacional da ampla maioria das Forças Armadas do mundo permite inferir que o padrão ocidental de instituições militares da atualidade é o modelo, determinando uma notável semelhança entre instituições militares de distintos países, mesmo a despeito de expressivas diferenças econômicas e culturais (FARRELL, 2002, p. 69).

Segundo Farrell (2002, p. 72), os traços essenciais do modelo militar ocidental são: seu caráter permanente; a padronização de unidades, equipamento e treinamento; e sua estruturação em função de tecnologias militares prevalentes. Os dois últimos itens são particularmente correlatos à doutrina militar. Farrell (2002, p. 73) atesta que o modelo ocidental em tela é uma imitação do modelo holandês do século XVII e que, embora o

Exército Holandês da época tenha sido pouco empregado — e nesses casos, sem êxitos brilhantes —, o modelo batavo foi adotado pela Suécia, cujas tropas obtiveram grandes sucessos militares. Tal sucesso produziu um fenômeno denominado isomorfismo institucional, de associação do modelo em questão com sucesso militar. O isomorfismo do modelo holandês resistiu aos séculos, sendo sua concepção, ainda na atualidade, a base do formato de organização militar da maioria dos Estados (FARRELL, 2002, p. 73).

Considerando-se os EUA como a única superpotência atual, é compreensível a influência de suas instituições militares no isomorfismo institucional. Com efeito, o modelo norte-americano de Forças Armadas é a referência para instituições militares como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) (TERRIFF, 2002, p. 91-102). Considerando-se ainda que as Forças Armadas dos EUA se encontram na crista de uma revolução em assuntos militares (*revolution in military affairs – RMA*) (OWENS, 2002, p. 205), é natural que a discussão e busca por uma RMA seja prática comum nas instituições militares pelo mundo (BLANK, 1997, p. 62), não sendo diferente no Brasil.

O conceito de revolução em assuntos militares (*revolution in military affairs – RMA*) teve início na Rússia soviética nos primeiros anos da década de 1980, quando o chefe do Estado-Maior soviético, marechal Nikolai Ogarkov, escreveu sobre uma “revolução técnico-militar” em curso, particularmente nos exércitos ocidentais, que ampliaria as capacidades do armamento convencional (CHAPMAN, 2003, p. 2).

Determinar a natureza da RMA de

maneira completa não é tarefa simples, não obstante a aceitação geral de sua existência. De fato, existe uma grande discussão acerca não só da natureza da RMA, mas também de sua extensão, implicações e utilidade para os diversos tipos de conflito (BLANK, 1997, p. 61-62). No entanto, Blank (1997) observa que existe uma tendência recorrente a analisar a Operação *Desert Storm* como o marco de um paradigma tecnológico para o combate do futuro, no qual tecnologias da informação (TI), largo emprego de meios eletrônicos para gerenciamento e controle de fogo e sistemas aeroespaciais teriam caráter decisivo no campo de batalha, estabelecendo uma nova dimensão para tal campo. As raízes de tal *paradigma tecnológico* serão apresentadas em seguida.

Uma explicação remota para o paradigma tecnológico remonta à expressiva aceleração do desenvolvimento tecnológico experimentado pelos meios de emprego militar a partir de meados do século XIX, antes do quê, vigorou uma notada lentidão na evolução dos meios de guerra (BRODIE, B.; BRODIE, F. 1971, p. 8).

No período histórico assinalado, em especial após o fim da Guerra Civil americana, os EUA caminhavam a largos passos para se tornarem a nação que lideraria o Ocidente por meio século e que atualmente paira de forma hegemônica como a única superpotência da atualidade. Morris descreve a trajetória da ascensão norte-americana no século XIX, destacando que a engenhosidade americana, o gosto por engenhos mecânicos e pela inovação tecnológica e a necessidade de mecanização decorrente da escassez de mão de obra

funcionaram como poderosos indutores da formação da *supereconomia* americana (MORRIS, 2006, p. 43-165).

Para Friedman, esses traços da cultura americana também se evidenciaram na aplicação de tecnologia para obter um meio de combater sem depender da massa de homens e armas, notadamente após o desmontamento dos EUA como grande potência mundial no pós-Segunda Guerra Mundial (FRIEDMAN, 2009, p. 31-32).

A História Militar registra sucessos militares inquestionavelmente obtidos por inovações tecnológicas, como o advento dos carros de combate no fim da Primeira Guerra Mundial e no início da Segunda Guerra Mundial, o emprego do radar de comprimento de onda decimétrica contra a frota submarina da *Kriegsmarine* e as bombas atômicas (VAN CREVELD, 1991, p. 227-229). Entretanto, ocorre que a predileção pela mecanização torceu a percepção americana, fomentando uma excessiva valorização da tecnologia. Ao invés de encarar a mecanização como um meio a serviço do homem para diversos fins, dentre os quais a guerra, a cultura militar americana alimentou a distorcida visão de que as guerras vindouras seriam contendas entre máquinas mobilizadas, mantidas e servidas por homens (VAN CREVELD, 1991, p. 225).

A crença no determinismo da tecnologia em campanhas militares se encontrava em franca ascensão nos anos 1960 e 1970. Nesse sentido, é digno de menção um discurso do general William Westmoreland perante o Congresso norte-americano em 1970, no que se mostrou uma acurada previsão dos adventos tecnológicos desenvol-

vidos nos decênios vindouros (ESTADOS UNIDOS, 1970):

On the battlefield of the future, enemy forces will be located, tracked and targeted almost instantaneously through the use of data links, computer assisted intelligence evaluation, and automated fire control. . . I am confident the American people expect this country to take full advantage of its technology — to welcome and applaud the developments that will replace wherever possible the man with the machine.⁵

O enfoque predominantemente tecnicista encontrou a extensão máxima na atuação de Robert Strange McNamara como secretário de Defesa dos EUA (MURRAY, 2011, p. 65). No transcurso do conflito no Vietnã, a Secretaria de Defesa dos EUA e as forças militares americanas tentaram mensurar os progressos na campanha militar por parâmetros essencialmente numéricos, como números de surtidas, baixas inimigas, aquisições, armamento apreendido e número de prisioneiros de guerra. Segundo Murray (2011), uma *arrogância mecanicista*⁶ havia dominado os propósitos e funções militares americanas, com o resultado já conhecido da guerra.

Murray (2011, p. 66-67) descreve como a derrota no Vietnã contribuiu para a reformulação do pensamento militar americano. Oficiais do Exército e Corpo de Fuzileiros Navais veteranos da campanha atuaram ativamente na reformulação de conceitos, manuais de campanha e, particularmente, na repulsa a qualquer enfoque mecanicista ou de mensuração de poder de fogo, não repudiando o emprego da tecnologia, mas posicionando-a corretamente como uma ferramenta a serviço do fator humano, esse sim

o ponto central da guerra.

Esse esforço foi coroado de sucesso quando, em 1991, após a anexação do Kuwait pelas tropas de Saddam Hussein, o mundo assistiu à vitória fulminante da coalizão liderada pelos EUA sobre as forças iraquianas naquele país invadido. A eficiência das forças norte-americanas contra o ponderável aparato bélico iraquiano, antes de ser testemunho da inépcia iraquiana, evidenciou o extraordinário poderio militar americano, potencializado pela *expertise* de seus profissionais (VISACRO, 2009, p. 26). De fato, a rapidez e intensidade sem precedentes com que as forças iraquianas foram derrotadas impressionaram observadores militares de todo o mundo, fazendo com que os oficiais do Exército Popular da China Liang e Xiangsui afirmassem que “uma guerra mudou o mundo” (QIAO; WANG, 1999, p. 1).

Nas palavras do então presidente George Bush, “o espectro do Vietnã havia sido para sempre enterrado nas areias do deserto da península Arábica” (apud MURRAY, p. 68). Porém, teria o sucesso redentor da *Desert Storm* a capacidade de toldar novamente a percepção dos militares americanos e trazer novamente à tona a *arrogância mecanicista*?

Um efeito indesejado da vitória é seu poder embriagante. Ao tentar explicar a derrota japonesa na Segunda Guerra Mundial, o contra-almirante Hara cunhou uma expressão simples, expressiva e precisa: “mal da vitória” (HUMBLE, 1975, p. 59). Com essa frase, o almirante japonês atestou que as inebriantes vitórias iniciais provocaram um excesso de confiança deletério para a campanha naval nipônica.

No caso americano pós-Guerra do

Golfo, uma espécie de “mal da vitória” reviveu a *arrogância mecanicista* em diversos oficiais. Murray (1991, p. 69) menciona a volta ao paradigma de McNamara, a crença de que superioridade tecnológica americana seria suficiente para garantir sucessos similares ao verificado no Iraque em 1991, de vitórias rápidas, fáceis e com poucas baixas. Nesse sentido, é digno de nota o conteúdo do relatório da décima-quarta conferência estratégica anual (XIV Annual Strategy Conference) do *US Army College* sobre a “nova” forma americana de combater (ARMY WAR COLLEGE, 2003, p. 2):

[...] Moreover, most of America's small wars have been successes, and recognizing that fact as the norm for future wars is more productive than the irrational mania surrounding the Vietnam War experience. The United States will not be fighting peers, it will be fighting “indians.” Thus, the past as prologue to the future is what Americans should expect.⁷

Observando a influência da retórica mecanicista nos estudos de segurança e defesa, Gray observa que uma ponderável parcela da comunidade de defesa confunde a história estratégica com a história das máquinas, reduzindo os estudos sobre guerras futuras a esforços para prever o impacto de armas e equipamentos de apoio (GRAY, 2006, p. 126). Criticando esse viés mecanicista, Gray interpreta que, para Clausewitz, a tecnologia não possui relevância primária, concluindo que o debate sobre RMA adquiriu erroneamente o enfoque em uma guerra baseada na informação (GRAY, 2006).

Blank aponta na mesma direção, asseverando que a tecnologia *per se* não pode

garantir a vitória. A mera aquisição de plataformas de alta tecnologia agregada não garantirá a eficiência das mesmas, salvo se tais plataformas forem empregadas por forças capazes de usá-las, supri-las e comandá-las (BLANK, 1997, p. 62).

Em resumo, o planejamento, operacionalização e execução de uma RMA deve buscar manter o contato com o real e exequível, não esquecendo que a inovação tecnológica aplicada para fins militares não é um fim em si, mas um valioso meio a serviço do elemento humano, esse sim o valor central de qualquer instituição militar.

c. A transformação do Exército Brasileiro

1) Antecedentes

A Estratégia Braço Forte (EBF) foi colocada em vigor pela Portaria do Comandante do Exército nº 687, de 22 de setembro de 2009. À luz da END e da EBF, o Estado-Maior do Exército EME elaborou dois documentos: o Manual de Transformação do Exército (BRASIL, 2010), e o Projeto de Força do Exército Brasileiro, denominado PROFORÇA (BRASIL, 2011).

Ainda que a EBF tenha sido o primeiro dos documentos elaborados, o presente trabalho analisará primeiro o Manual de Transformação do Exército e o PROFORÇA e, por fim, a EBF, em razão da estruturação dos documentos, bem como para a utilização de conceitos contidos no Manual para a análise do EBF.

2) O Manual de Transformação do Exército

A transformação pretendida pelo

Exército e o PROFORÇA nasceram da percepção de que as atuais capacidades do EB se encontram dissociadas da atual estrutura político-estratégica do Brasil (BRASIL, 2010). Dessa forma, o Manual de Transformação do Exército pretende “...dar partida ao Processo de Transformação do Exército” (BRASIL, 2010, p. 3).

O documento avalia o Brasil como uma potência em ascensão, questionando a compatibilidade entre as capacidades atuais do Exército e sua dimensão política. Segue com a abordagem de definições de García Covarrubias para “adaptação, modernização e transformação” (já mencionadas no artigo em tela), asseverando que o atual cenário vivido pelo Exército demandaria uma transformação. Passa então a explicar o porquê de transformar o Exército, mencionando dificuldades de mobilização de meios (exemplificando com os casos do contingente extra no Haiti e na Força Expedicionária Brasileira), e alerta para o baixo grau de engajamento legislativo e no âmbito da sociedade brasileira para o tema defesa, apontando para o risco de o Exército entrar em um processo autofágico para se manter.

No capítulo cujo título é *Como transformar o Exército*, são descritos os entraves enfrentados para a consecução do planejamento, devido a fatores críticos decorrentes de deficiências estruturais (doutrina, recursos humanos e gestão). Para atuar nesses fatores críticos, o Manual arrolou vetores de Transformação (VT), compreendendo

...os estudos, os diagnósticos, as concepções, os planejamentos, os processos, as ferramentas, os recursos humanos, as capacitações e os meios necessários.

Os VT propostos são: **doutrina; preparo e emprego; educação e cultura; gestão de recursos humanos; gestão corrente e estratégica; ciência e tecnologia (C&T) e modernização do material; e logística.** Os vetores serão abordados adiante na análise da EBF.

O Manual encerra com o destaque para os três pressupostos básicos como condicionantes da transformação: a valorização do serviço militar obrigatório; a valorização da Estratégia da Presença; e a preservação dos valores e tradições do Exército. Ou, em outras palavras, a transformação pretendida não poderá alterar os valores e tradições do Exército, a conscrição e a presença nacional.

3) O PROFORÇA

O PROFORÇA foi instituído por meio da Portaria do Comandante do Exército nº 001-Reservada, de 27 de fevereiro de 2012. Sua classificação sigilosa impediu sua análise integral, sendo possível estudar seu extrato, documento que servirá de base ao presente estudo.

O PROFORÇA reforça a percepção do Manual de Transformação do Exército da ascensão brasileira no panorama internacional, e da necessidade de redimensionamento da expressão militar do Poder nacional em face de tal realidade.

Traçando marcos temporais — 2015, 2022 e 2031 — para a evolução da instituição, o PROFORÇA apresenta a nova articulação e estruturação da Força Terrestre, bem como diretrizes para a concepção estratégica do Exército Brasileiro, para cada um dos Vetores de Transformação (VT), para a futura Organização Básica do Exército (OBE); as novas

capacidades, discriminadas para cada uma das missões do Exército Brasileiro; e as orientações para a integração ao Sistema de Planejamento Estratégico do Exército (SIPLEx).

O PROFORÇA aborda a evolução dos conflitos armados, apontando para a necessidade de o Exército migrar do que chama *era industrial* para a *era do conhecimento*, apontando traços cardeais das Forças Terrestres em tal *era*, como “consciência situacional”, “obtenção de superioridade em informações de combate”, “racionalização das estruturas operacionais e de apoio”, “intensificação de uso de artefatos não tripulados”, e, destacadamente, “preparo com base em capacidades”, apontado como “uma quebra de paradigma”, capaz de propiciar flexibilidade e adaptabilidade às “incertezas” dos combates futuros.

O PROFORÇA reitera o compromisso do Exército Brasileiro com seus valores centrais, ao mesmo tempo em que diagnostica a necessidade de recuperação das capacidades degradadas. Em outros termos, evidencia a demanda por aperfeiçoamento, sem perder sua identidade e valores basilares, com a frase-síntese: “O EXÉRCITO DE SEMPRE, UMA NOVA FORÇA”.

Das diretrizes para a concepção estratégica descritas no documento, é possível constatar que não houve alterações significativas na Força, salvo a inclusão da defesa cibernética em atendimento à diretriz prevista na END. Todas as demais são atribuições constitucionais já vigorantes. A atual organização da Força Terrestre em Forças de Atuação Estratégica (FAE), Forças de Fronteira (FFron) e Forças de Emprego Geral (FEGe) foi mantida, e a brigada permaneceu como módulo básico de emprego da Força Terrestre.

O PROFORÇA conclui, arrolando as novas capacidades desejadas para a Força Terrestre, sendo essas capacidades ensejadas pelas diretrizes enunciadas no projeto. A **Figura 3** resume as capacidades levantadas.

Verifica-se que as capacidades são expostas de forma genérica, não necessariamente significando uma capacidade em si, antes aparentando ser objetivos a serem atingidos. Por exemplo, não é fácil inferir que tipos de capacidades “MAIOR ÊNFASE NA DIMENSÃO HUMANA” ou “FLUXO ORÇAMENTÁRIO” possam significar.

4) A Estratégia Braço Forte (EBF)

Em razão de seu conteúdo e complexidade, a EBF será o documento analisado em maior profundidade no presente estudo.

A EBF foi elaborada com base na própria END, nas formulações do Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEX) e nas diretrizes de planejamento estipuladas pelo Comando e Estado-Maior da Força. O resultado foram dois planos, quatro programas e 824 projetos distribuídos por 129 ações estratégicas (BRASIL, 2010).

A EBF foi fundamentada pela concepção estratégica baseada em dois pressupostos: dissuasão e preparo com base no desenvolvimento de capacidades,

considerando que as referidas capacidades permitam atender ao trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença.

O documento elenca o combate convencional como missão precípua do EB, devendo, no entanto, buscar a estruturação e adestramento visando às capacidades de fazer face à “...imprevisibilidade dos conflitos modernos” (BRASIL, 2010), bem como “...projetar força, interna e externamente”, a fim de atender a compromissos internacionais, interesses nacionais, capacidade de antecipação e contar com “...elevado nível de prontidão operacional”.

Nos parâmetros gerais de planejamento, foram elencados como critérios a distribuição espacial do Exército, sendo ratificada a atual distribuição das unidades e grandes unidades pelo território nacional; os planos de equipamento e articulação⁸, com priorização do primeiro sobre o último; e os efetivos, com a previsão de manutenção

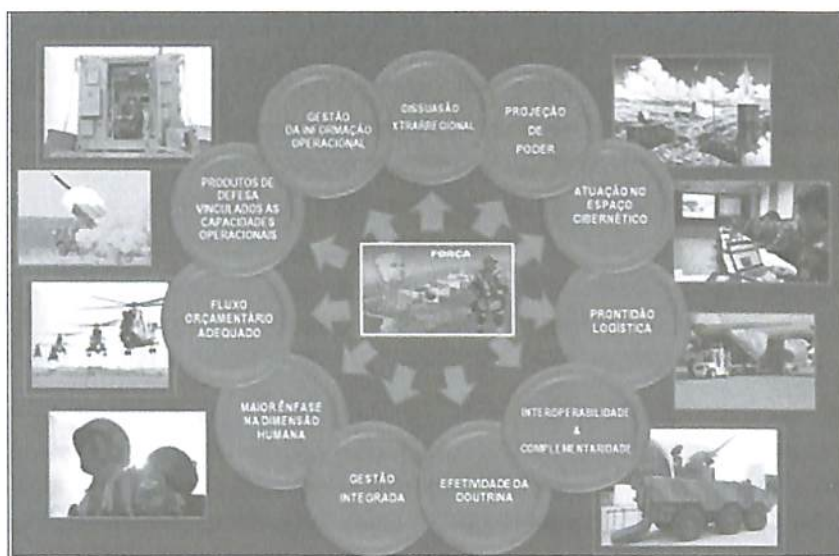


Figura 3 – Novas capacidades do Exército Brasileiro

Fonte: PROFORÇA (extrato). BRASIL, 2010

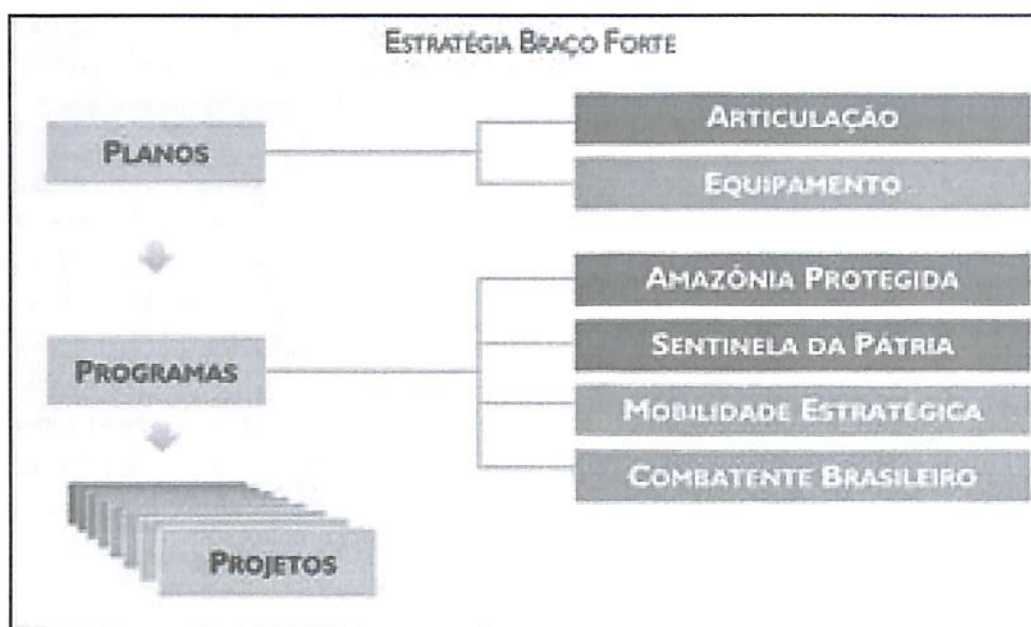


Figura 4 – Estratégia Braço Forte

Fonte: BRASIL. Estratégia Braço Forte. 2009, p.11

dos atuais efetivos da Força (BRASIL, 2010, p. 8-10).

Os Planos de Articulação e de Equipamento podem ser sucintamente vislumbrados na **Figura 4**.

O Plano de Articulação encampa os programas **AMAZÔNIA PROTEGIDA** e **SENTINELA DA PÁTRIA**, voltados para o arco fronteiriço na região amazônica e demais fronteiras, enquanto o Plano de Equipamento abrange os programas **MOBILIDADE ESTRATÉGICA** e **COMBATENTE BRASILEIRO** (COBRA), cujos objetivos são, respectivamente, atender às necessidades de reposição e completamento de MEM em conformidade com os quadros de dotação de material (QDM) e dos quadros de dotação de material previsto (QDMP)⁹ existentes e futuros.

Os projetos previstos nos distintos programas não serão abordados em detalhe, em

razão de sua grande quantidade e extensão. Ao invés, serão apenas nomeados os projetos denominados como **Projetos Estratégicos do Exército** (PEE) (VERDE-OLIVA, 2012, p. 10), posto se tratar dos principais projetos em curso na vigência da EBF. A **Tabela 2** sintetiza os principais projetos.

A coluna da direita ("principais VT") arrola os vetores de transformação mais afetos a cada PEE. Da análise dos PEE (VERDE-OLIVA, 2012) e das descrições dos VT constantes no Manual de Transformação do Exército, infere-se que há uma clara ênfase no vetor "modernização do material". Isso porque, fundamentalmente, os projetos envolvem a aquisição de MEM e/ou equipamentos de uso dual para sua implementação, não deixando clara a atuação em vetores capitais como "educação e cultura" (no que diz respeito à capacitação de pessoal),

PROJETO	CONCEPÇÃO/OBJETIVOS	Principais VT
SISFRON	O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), que visa ao monitoramento, controle e atuação nas fronteiras terrestres, contribuindo para a inviolabilidade do território nacional, redução de ilícitos transfronteiriços, e fortalecimento da interoperabilidade tanto com agências nacionais quanto com países limítrofes.	C&T/Modernização material
PROTEGER	O Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (PROTEGER) tem o objetivo de proteger as Estruturas Estratégicas Terrestres (EETer) do país, assim consideradas as infraestruturas críticas cuja destruição ou danificação provocariam sério impacto ao Estado brasileiro.	C&T/Modernização material
Defesa cibernética	Atendimento à determinação da END que arrola o setor cibernético como estratégico e essencial à defesa nacional.	C&T/Modernização material
Projeto Guarani	Geração de uma nova família de blindados médios sobre rodas, contribuindo para o crescimento e fortalecimento da indústria nacional.	C&T/Modernização material
Defesa antiaérea	Defesa antiaérea, projeto que objetiva a aquisição e nacionalização de MEM de defesa antiaérea, reequipando a tropa e permitindo o cumprimento de missão de defesa de forças, instalações ou áreas.	C&T/Modernização material
ASTROS 2020	Astros 2020, projeto ambicioso que visa ao aumento expressivo da expressão militar do poder nacional, por meio de um sistema de apoio de fogo de longo alcance e elevada precisão.	C&T/Modernização material
RECOp	A Recuperação da Capacidade Operacional (RECOp), objetiva recompor a capacidade técnica e operativa dos MEM em uso, por meio de recuperação do material existente, por aquisição de novos meios ou a combinação de ambos.	C&T/Modernização material

Tabela 2 – Projetos estratégicos do Exército

Elaborada pelo autor, baseado na EBF e na publicação Revista VERDE-OLIVA (BRASIL, 2012)

“gestão corrente e estratégica” (na medida em que os novos MEM demandarão ainda maior busca de eficiência na gestão dos recursos) ou “logística” (vetor particularmente sensível à aquisição de MEM modernos e complexos).

O vetor “doutrina” seria diretamente relacionado a pelo menos seis dos sete PEE

(Defesa cibernética, Astros 2020, SISFRON, Defesa antiaérea, Projeto Guarani e PROTEGER), porém o autor não arrolou tal VT pelas seguintes considerações:

- O Centro de Defesa Cibernética do Exército (CDCiber) foi criado pela Portaria N° 131, do Comandante do

Exército, de 28 de fevereiro de 2012. No dispositivo mencionado, o comandante da Força determina ao EME a elaboração da diretriz de implantação do CDCiber. Até o momento do término do presente trabalho, não se encontra em vigor nenhuma instrução provisória (IP) sobre defesa cibernética;

- O SISFRON e o PROTEGER abordam a operação interagências e a aquisição de MEM para sua consecução, sem, no entanto abordar as modificações doutrinárias decorrentes;
- O Projeto GUARANI é possivelmente o maior indutor de mudanças de monta na natureza da Força, com status de modernização ou mesmo transformação, no modelo de García Covarrubias. No entanto, as iniciativas de atualização e adaptação da doutrina militar vigente — no que concerne à mecanização da Infantaria e modernização da Cavalaria Mecanizada — são notadamente modestas, para não dizer insuficientes em face da dimensão dada ao projeto;
- Os projetos Astros 2020 e Defesa antiaérea somente preveem a aquisição de novos meios de Artilharia (de campanha e antiaérea, respectivamente), sem no entanto prever modificações doutrinárias decorrentes.

Em suma, a EBF consiste em um documento detalhado, cuja elaboração incluiu cálculos e foi a geratriz de extenso rol de planejamentos, programas e projetos ambiciosos, todos voltados para a obtenção dos

níveis de capacidade e operacionalidade almejados pela Força Terrestre, estando evidenciado que o Alto-Comando do Exército almeja a obtenção de tais níveis por meio de extenso programa de aquisição de MEM.

d. Análise do Projeto de Força do Exército Brasileiro

Procedendo-se a uma leitura analítica do Manual de Transformação do Exército e do PROFORÇA com base nos aspectos aventados como fontes da mudança militar, é possível traçar as considerações a seguir formuladas.

1) Normas culturais

O serviço militar obrigatório e a presença nacional, dois dos valores mais caros à instituição e relacionados ao sentimento *salvacionista*, são expressamente abordados e mantidos no Manual de Transformação e no PROFORÇA, não obstante a menção aos processos de mudança espanhol e chileno, textualmente denominados transformações, em que a conscrição foi substituída pela profissionalização dos efetivos, bem como a distribuição nacional foi sacrificada em prol da plenitude operacional (BRASIL, EB, 2010, p.13-18). A firme determinação de manter a atual articulação das unidades, o sistema de conscrição e o atual efetivo evidencia a resiliência de tais valores culturais para o Exército, e sua grande resistência a mudanças, não obstante seu discurso em prol de uma transformação militar.

É impositivo expor, ainda que de maneira resumida, os motivos que tornaram o serviço militar obrigatório e a presença nacional valores tão caros ao Exército Bra-

sileiro. Pela participação ativa na História nacional, a oficialidade adquiriu uma ótica *salvacionista* da Força, em que o Exército seria a instituição galvanizadora da brasilidade, devendo para tal possuir ampla penetração nos distintos estamentos sociais, bem como uma capilaridade nos mais variados rincões. Dessa forma, o serviço militar obrigatório (McCANN, 2009, p. 131, 217-223) e a presença nacional (OLIVEIRA, 1988, p. 43) se tornaram ideias bastante caras à cultura organizacional do Exército, permanecendo como valores culturais bastante arraigados para a Força e evidenciados nos documentos estudados no presente artigo. Remontando ao referencial teórico utilizado, constata-se a resiliência dessas normas culturais em face da mudança pretendida.

A priorização da defesa da Amazônia legal brasileira é outro traço cultural marcante no Exército Brasileiro, claramente apresentado no Manual de Transformação e na EBF, harmonizado com o preconizado pela END e pela PDN.

Por fim, outro aspecto cultural claramente identificado é a percepção da existência de um expressivo lapso tecnológico entre o Exército Brasileiro e as instituições congêneres de outros países, com a convicção de que a principal causa desse atraso são restrições orçamentárias sofridas pela Força (BRASIL, 2010, p. 8-20). Essa convicção reforçou a ideia de que a aquisição de MEM no estado da arte suprimiria as deficiências da instituição, fato constatado pela verificação dos PEE arrolados na EBF: **todos** são voltados para a aquisição de material, a despeito de vetores de transformação como LOGÍSTICA e CAPACITAÇÃO DE PESSOAL. Ve-

rifica-se, aqui, um claro enfoque tecnicista, similar ao exemplo das Forças Armadas dos EUA nos últimos anos.

2) Política e estratégia

Possivelmente o maior motivador da mudança militar pretendida seja a firme percepção de que o Brasil atingiu o patamar de potência no cenário internacional. Essa percepção é evidenciada na END, na EBF e, em ainda maior intensidade, no Manual de Transformação e no PROFORÇA. Em suma, a mudança, ou mesmo a sua percepção, da realidade político-estratégica atuou como poderoso indutor da mudança militar ora estudada.

Tomando-se em conta as definições de política e estratégia, é digno de destaque o fato de que a END foi elaborada sem a participação do MRE e sem o necessário alinhamento com a PDN vigente à época de sua confecção, evidenciando a incoerência de a política vir após a estratégia.

Finalizando, a mudança militar pretendida esbarra na clara tendência atual do Estado brasileiro de relegar a segundo plano assuntos atinentes à defesa, com a evidente valorização das ações subsidiárias em detrimento das missões precípuas das Forças Singulares.

3) Inovação tecnológica

Sobre a inovação tecnológica, cabe reiterar que a percepção de necessidade de diminuição do lapso tecnológico atuou como um dos grandes impulsionadores da transformação pretendida, ressaltando-se que os esforços da EBF foram priorizados e concentrados na aquisição de MEM de última ge-

ração, em detrimento da atuação nos demais VT arrolados, reiterando mais uma vez o claro viés tecnicista do Projeto de Força concebido.

Conclusão

O Manual de Transformação e o PROFORÇA foram analisados com base nas teorias de inovação militar, destacando-se a natureza, profundidade e efetividade das mudanças almejadas pelo Projeto de Força.

Em síntese, verifica-se que o Projeto de Força não incorpora os elementos de uma mudança no grau pretendido (transformação), com base na linha teórica adotada pelo próprio Manual de Transformação.

Da exegese da EBF e do Manual de Transformação, verifica-se que este documento possui mais aspecto de estratégia (*como fazer*) do que a EBF, visto que a última é bastante enumerativa e detalhada a respeito dos programas e projetos, enquanto que o Projeto de Força traça apenas diretrizes gerais. Uma eventual substituição dos nomes EBF por Manual de Transformação do Exército e vice-versa faria mais jus ao conteúdo de cada um dos documentos.

Em conformidade com as denominações teóricas propostas por García Covarrubias e adotadas no Manual de Transformação, não há que se falar em *transformação* militar sem uma efetiva mudança de missões das Forças Singulares. No caso do Manual em pauta, fica evidenciado que não ocorreram alterações em suas missões precípuas, quer pela tramitação legislativa, quer por proposta do Projeto de Força estudado.

Novamente citando a denominação de mudança formulada por García Covar-

rubias, para caracterizar uma *transformação*, far-se-ia necessária uma profunda reestruturação no campo que a EBF denominou articulação. O que se verificou, ao contrário, foi a firme resolução de manutenção da atual articulação, e mesmo na manutenção organizacional e de efetivos, invalidando a denominação de *transformação* para o Projeto de Força como foi concebido, desprezando os exemplos adotados no *estudo de caso* (Espanha e Chile) de corte de efetivos e redução de custos, e, ao contrário, prevendo aumento de gastos.

A EBF e o Manual de Transformação cunham o termo *capacidades*, ainda que sem especificar o quê e quais sejam tais capacidades. O PROFORÇA faz menção às definições, as quais se encontram em documento original com classificação sigilosa; mesmo assim, não se vislumbra uma mudança de missões, *conditio sine qua non* para uma pretendida *transformação*, no modelo teórico adotado.

Existe, particularmente na EBF, um claro enfoque tecnicista, privilegiando a aquisição de MEM como solução para as deficiências diagnosticadas pela própria Força. Desse enfoque, visualiza-se a priorização de aquisição de meios, em detrimento de atuação em vetores de transformação como LOGÍSTICA e CAPACITAÇÃO DE PESSOAL.

Para navegar com sucesso em revoluções militares, faz-se mister desenvolver uma visão da guerra futura com base em conceitos operacionais viáveis e, mais importante, aplicáveis às forças disponíveis para uso em caso de guerra. Esses conceitos operacionais somente são realizáveis quando transformações organizacionais são adotadas em conso-

nância com a possibilidade de aplicação dos mesmos (BRACKEN, 1994, p. 5-13)

A preparação do Estado e seu poder nacional para a eventualidade da guerra passa pela sua capacidade em termos de liderança política, processo legislativo e organização para tal. Nesse processo, é essencial esclarecer os riscos estratégicos a serem corridos, aferindo-os em conformidade com o que é realmente possível para o poder nacional (BLANK, 1997, p. 68). No caso do PROFORÇA, os próprios documentos de referência do projeto apontam para uma constância em restrições orçamentárias para a Defesa. Dessa maneira, diante do atual panorama brasileiro, em que um investimento maciço em defesa não seria coerente com as ameaças ora configuradas, seria mais lógico dimensionar as capacidades passíveis de realização com os recursos disponíveis, cabendo às altas autoridades políticas — leia-se, a Presidência da República e o Congresso Nacional — a decisão de escolher os riscos estratégicos a assumir.

Como contraponto à crítica feita ao viés tecnicista do PROFORÇA, é imperioso destacar a profundidade e autocrítica evidenciados pelo Alto-Comando do Exército Brasileiro em diagnosticar suas atuais limitações, bem como o intenso esforço no sentido de planejamento e documen-

tação dos esforços no sentido de adequar a Força Terrestre à realidade brasileira da atualidade e futuro próximo. Por mais que seja necessário um planejamento realístico e não subordinado à aquisição de meios tecnológicos no estado da arte, é inquestionável que o pleito da Força Terrestre por meios adequados é legítimo e fundamentado, sendo o objetivo do presente artigo apresentar tão-somente a supremacia do tecnicismo em detrimento de outros fatores passíveis de promover a tão almejada transformação militar.

Em face do exposto, conclui-se que a EBF, o Manual de Transformação e o PROFORÇA apontam muito mais para uma mescla entre *adaptação* (reajuste estrutural) e *modernização* (diminuição do lapso tecnológico), falhando em apresentar os caracteres de uma *transformação* dentro do quadro teórico proposto pelo próprio Manual de Transformação.

Finalizando, é emblemático lembrar que o modelo holandês do século XVII, referência do isomorfismo institucional dos Exércitos da atualidade, era a forma organizacional mais eficiente e tecnologicamente avançada em sua época e, no entanto, foi derrotada por combatentes nativos descalços e mal armados nas *Guerras Brasilícas*¹⁰ ocorridas nos sertões pernambucanos. ☺

Referências

ARMY WAR COLLEGE (Estados Unidos). Strategic Studies Institute. The “New” American Way of War. Compiled by Lieutenant Colonel Raymond A. Millen. In: ANNUAL STRATEGY CONFERENCE, 14. 2003, Carlisle. **Proceeding...** Carlisle, Pa: Army War College, 2003.

BERGER, Thomas U. Norms, identity, and national security in Germany and Japan. In: KATZENSTEIN, Peter J. (Ed.). **The culture of national security: norms and identity in world politics**. New York: Columbia University Press, 1996.

BLANK, Stephen J. Preparing for the next war: reflections on the Revolution in Military Affairs. In: ARQUILLA, John; RONFELDT, David (Ed.). **Athena's camp**: preparing for conflict in the information age. Santa Monica, Calif. : RAND, 1997. Disponível em: <http://www.rand.org/pubs/monograph_reports/MR880>. Acesso em: 14 de fev. 2013.

BRACKEN, Paul. Future directions for the Army. In: BRACKEN, Paul; ALCALÁ, Raoul Henri. **Whither the RMA**: two perspectives on tomorrow's Army. Carlisle Barracks: Strategic Studies Institute, 1994.

BRASIL. Exército. Estado-Maior. **Manual de transformação do Exército**. 3. ed. [Brasília: Estado Maior do Exército], 2010. Disponível em: <http://www.exercito.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=18d47a84-99ac-45d3-b7d5-f37c9b5e53dc&groupId=1094704>. Acesso em: 24 out. 2012.

_____. Exército. Estado-Maior. **Processo de transformação do Exército**. 3. ed. [S.l.: S.n.], 2010.

_____. Exército. Estado-Maior. **Projeto de Força do Exército Brasileiro**: PROFORÇA (extrato). 2011. Disponível em: <http://www.exercito.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=b8fd062b-d6c0-431f-a931-1d7ad6facccc&groupId=1094704>. Acesso em: 24 out. 2012.

_____. Exército. Portaria do Cmt EB nº 687, de 22 de setembro de 2009. Aprova a diretriz para o planejamento da evolução do Exército Brasileiro com base na estratégia braço forte. [Brasília, DF.: s.n., 2009].

BRODIE, Bernard; BRODIE, Fawn McKay. From crossbow to H-bomb: the evolution of the weapons and tactics of warfare. Bloomington: Indiana University Press, 1973.

BROWN, Michael Edward. **Flying Blind**: the politics of the US strategic bomber program. Ithaca: Cornell University Press: 1992.

BUHL, Lance C. Marines and machines: resistance to technological change in the US Navy – 1865-1869. *Journal of American History*, v. 61, n. 3, p. 703-727, 1974.

CHAPMAN, Gary. An introduction to the revolution in military affairs. In: Amaldi Conference on Problems in Global Security, 15., 2003, Helsinki, Finland. **Proceedings**...Austin: LBJ School of Public Affairs, 2003.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil). **Manual básico**: elementos fundamentais. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 2001.

ESTADOS UNIDOS. Army. **Ação das pequenas unidades alemãs na campanha da Rússia**. Tradução de Celso dos Santos Meyer. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1987.

ESTADOS UNIDOS. Congress. Senate. **Congressional record**, July 13th. [S.l.: s.n.], 1970.

FARRELL, Theo. World culture and the Irish army, 1922-1942. In: FARRELL, Theo; TERRIFF, Terry (Ed.). **The sources of military change**. Boulder: Lynne Rienner, 2002.

FARRELL, Theo; TERRIFF, Terry (Ed.). **The sources of military change**. Boulder: Lynne Rienner, 2002.

- FERREIRA, Oliveiros S. **Forças Armadas, para quê?** São Paulo: GRD, 1998.
- FOSS, Christopher F. **Tanques da II Guerra**. São Paulo: Nova Cultural, 1991.
- FRIEDMAN, George. **The next 100 years: a forecast for the 21st century**. New York: Doubleday, 2009.
- GARCÍA COVARRUBIAS, Jaime. Os três pilares de uma transformação militar. **Military Review**, Fort Leavenworth, v. 6, nov./dez. 2007.
- GOLDMAN, Emily O. The spread of western military models to ottoman Turkey and Meiji Japan. In: FARRELL, Theo; TERRIFF, Terry (Ed.). **The sources of military change**. Boulder: Lynne Rienner, 2002.
- GRAY, Colin. Clausewitz, history, and the future strategic world. In: MURRAY, Williamson; SINN-REICH, Richard Hart (Ed.). **The past as prologue: the importance of history to the military profession**. New York: Cambridge University Press, 2006.
- GUDERIAN, Heinz. **Panzer leader**. New York: Ballantine, 1957.
- HEILBRONER, Robert. Technological determinism revisited. In: SMITH, Merritt Roe; MARX, Leo. **Does technology drive history? The dilemma of technological determinism**. Cambridge: MIT Press, 1994.
- HUMBLE, Richard. **A Marinha do Japão**. Rio de Janeiro: Renes, c1975.
- KATZENSTEIN, Peter J. (Ed.). **The culture of national security: norms and identity in world politics**. New York: Columbia University Press, 1996.
- LEGRO, Jeffrey W. **Cooperation under fire: Anglo-German restraint during World War II**. Ithaca: Cornell University Press, 1995.
- MACKSEY, Kenneth John. **Divisões Panzer, os punhos de aço**. Rio de Janeiro, Renes, 1974.
- MATHERS, Jennifer G. Reform and the Russian Military. In: FARRELL, Theo; TERRIFF, Terry (Ed.). **The sources of military change**. Boulder: Lynne Rienner, 2002.
- MCCANN, Frank D. **Soldados da pátria: história do Exército Brasileiro 1889-1937**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009.
- MORRIS, Charles R. **Os magnatas: como Andrew Carnegie, John D. Rockefeller, Jay Gould e J. P. Morgan inventaram a supereconomia americana**. Tradução de: Edmundo Barreiros. Porto Alegre: L&PM, 2006.
- MURRAY, Williamson. **War, strategy, and military effectiveness**. New York: Cambridge University Press, 2011.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **Democracia e Defesa Nacional: a criação do Ministério da Defesa na presidência de FHC**. Barueri: Manole, 2005.

QIAO, Liang; WANG, Xiangsui. **Unrestricted warfare**. Beijing: PLA Literature and Arts Publishing House, 1999.

OWENS, William A. Creating a U.S. Military Revolution. In: FARRELL, Theo; TERRIFF, Terry (Ed.). *The sources of military change*. Boulder: Lynne Rienner, 2002.

PARIS, Roland. **Human security: paradigm shift or hot air?** *International Security*, Cambridge, n. 2, v. 26, p. 87-102, 2001.

POSEN, Barry R. **The sources of military doctrine**: France, Britain, and Germany between the world wars. Ithaca: Cornell University Press, 1984.

ROSEN, Stephen Peter. **Winning the next war**: innovation and the modern military. Ithaca: Cornell University Press, 1991.

RYNNING, Sten. **Changing military doctrine**: presidents and military power in Fifth Republic France, 1958-2000. Westport: Praeger, 2002.

VAN CREVELD, Martin L. **Technology and war**: from 2000 B.C. to the present. New York: Free Press, 1991.

VERGOTTINI, Giuseppe de. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. v. 1

VERDE-OLIVA. Brasília: Centro de Comunicação Social do Exército, ano 40, n. 217, nov. 2012. Edição especial.

VISACRO, Alessandro. **Guerra Irregular**: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história. São Paulo: Contexto, 2009.

¹ Algumas das divulgações governamentais acerca do LBDN, PND e END, publicadas em sítios eletrônicos: DEFESA - Celso Amorim entrega ao presidente do Congresso minutas do Livro Branco. *Defesanet Defesa*, 17 jul. 2012. Disponível em: <www.defesanet.com.br/defesa/noticia/6808/Defesa---Celso-Amorim-entrega-ao-divulga-documentos-com-nova-politica-de-defesa-do-Brasil>. Acesso em: 28 jan. 2013; STOCHEIRO, T. Governo divulga documentos com nova política de defesa do Brasil. *G1 Política*, 24 Jul 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2012/07/governo-divulga-documentos-com-nova-politica-de-defesa-do-pais.html>>. Acesso em: 28 jan. 2013; BRASIL. Agência da Câmara dos Deputados. LBDN - Livro Branco de Defesa Nacional vai aumentar segurança do País. *Defesanet Defesa*, 22 ago. 2012. Disponível em: <www.defesanet.com.br/defesa/noticia/7412/LBDN---Livro-Branco-de-Defesa-Nacional-vai-aumentar-seguranca-do-Pais>. Acessado em 28 Jan 2013; ABREU, R. Proposta de política nacional de defesa vai a plenário. *Agência de notícias do Senado*, 12 dez. 2012. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2012/12/12/proposta-de-politica-nacional-de-defesa-vai-a-plenario>>. Acesso em: 28 jan. 2013.

² Tradução livre de “*doctrinal tradicion*” (FARRELL e TERRIFF, 2002, p. 4).

³ No original, é utilizada a expressão “...are taken for granted”, cuja tradução literal seria algo como “tida como certa”. Optou-se pelo termo “dogma” por entender-se que o vocábulo melhor traduziria a intenção dos autores.

⁴ No mesmo sentido, Posen (1984, p. 220-244).

⁵ Em tradução livre: “Nos campos de batalha do futuro, as forças inimigas serão localizadas, enquadradas e engajadas quase que instantaneamente por meio de enlaces de informações, avaliação de inteligência apoiada por computador e controle de fogo automatizado... estou confiante que o povo americano espera que este país aproveite integralmente sua tecnologia para dar as boas-vidas e saudar os projetos que substituam o homem pela máquina sempre que possível”.

⁶ A expressão foi inspirada no livro *War, strategy, and military effectiness*, de Williamson Murray. Um dos capítulos da obra tem o título *Clausewitz out, Computers in: Military Culture and Technological Hubris*.

⁷ Em tradução livre: “[...] Além disso, majoritariamente as guerras de baixa intensidade dos EUA vêm sendo exitosas (para os Estados Unidos), e considerar tal fato como a norma para campanhas futuras é mais produtor do que a histeria irracional relacionada à experiência na Guerra do Vietnã. Os Estados Unidos não enfrentarão oponentes de mesmo quilate, enfrentarão ‘índios’. Assim, o passado como prólogo para o futuro é o que os americanos devem esperar”.

⁸ Segundo o glossário da EBF: “Plano de Equipamento - Quantifica as necessidades correntes e procura atender às necessidades futuras de materiais de emprego militar”; “Plano de Articulação - Diz respeito à localização das organizações militares do Comando do Exército no território nacional, sendo condicionado pela Concepção Estratégica de Emprego do Exército”. (BRASIL, 2009, p. 37)

⁹ Segundo o glossário da EBF: “Quadro de Dotação de Material (QDM) - Prevê a quantidade de material operacional”; “Quadros de Dotação de Material Previsto (QDMP) - Prevê a quantidade mínima para o adestramento.” (BRASIL, 2009, p. 37)

¹⁰ Guerras de guerrilha conduzidas pelos brasileiros contra os invasores, por ocasião da segunda invasão holandesa ao Brasil.

A revista *A Defeza Nacional* e o debate militar durante a Primeira Guerra Mundial

Julio Cezar Fidalgo Zary¹

Sérgio Ricardo Reis Matos²

Introdução

O Brasil declarou neutralidade assim que eclodiu a guerra na Europa, em 1914, por meio do Decreto nº 11.037, de quatro de agosto, mantendo tal condição por cerca de três anos, a despeito da forte propaganda realizada tanto pelos aliados, principalmente franceses, quanto pelos alemães.

O país somente anulou a referida neutralidade a partir do momento em que rompeu as relações diplomáticas com a Alemanha, em abril de 1917, após navios da Marinha Mercante brasileira terem sido afundados por submarinos das potências centrais. Tal fato afetou ainda mais a já combalida economia brasileira, fortemente dependente da exportação do café pela via marítima. A eclosão da guerra diminuiu a presença do referido produto na pauta de exportações brasileiras, que era de 40,1% em 1910, para 15,1%, em 1914 (ALBERT, 1988).

A declaração de guerra pelos Estados Unidos da América contra a Alemanha foi fator potencializador para a entrada do Brasil na guerra, mas não foi determinante, apesar da

propagação do ideário da Doutrina Monroe no continente. Outros fatores influenciaram na tomada de decisão, especialmente o comércio exterior e a falta de uma estratégia nacional.

As publicações de assuntos militares não estavam alheias ao debate sobre qual lado o Brasil deveria se aliar, entre elas a Revista *A Defeza Nacional*. A primeira edição da revista foi de outubro de 1913, sendo publicada no Rio de Janeiro e distribuída em todo o território nacional. O editorial dessa primeira edição deixou claro que a verdadeira alma do Exército era a necessidade de se ter uma doutrina uniforme e única, não mencionando se fosse importada ou genuinamente nacional.

Diante do exposto, o objetivo central deste trabalho é analisar o debate militar brasileiro, na revista *A Defeza Nacional*, sobre a participação na I Guerra e as influências das Grandes Potências na modernização do Exército, segundo os modelos europeus.

O Mundo na Década de 1910

Após o término da Guerra Franco-Prussiana, em 1871, surgiu um movimen-

¹ Oficial de infantaria e estado-maior. Pós-Graduado stricto sensu Ciência da Motricidade Humana, pela Universidade Castelo Branco (UCB), Rio de Janeiro, RJ. Atualmente serve no Comando Militar do Leste.

² Oficial de infantaria e estado-maior. Mestre em Relaciones Internacionales e Integración, pela Universidad Mayor de San Andrés, La Paz, Bolívia. Atualmente serve no Comando da 1ª Divisão de Exército.

to que culminou na ascensão da identidade alemã, o qual Chéradame (1917) identificou como Plano Pangermânico. Tal Plano pautava pelo estabelecimento de uma grande confederação na Europa, com a submissão da Holanda, Bélgica, Luxemburgo, Suíça, Polônia, Rússia, Províncias Bálticas, Estônia, Livônia, Curlândia, Áustria e Hungria, totalizando uma área de 4.015.146km².

Chéradame (1917) também apontava que o Brasil, apesar de não ser parte integrante daquele Plano, era especialmente cobiçado pela Alemanha, pois uma parte considerável dos alemães residentes fora da Europa estava concentrada nos três estados da Região Sul do Brasil. A colônia alemã no Brasil foi estabelecida ainda durante o Primeiro Reinado, a partir de 1824, e foi justamente para onde a Alemanha reservara quantias expressivas para o recrutamento do pessoal das escolas alemães existentes naqueles Estados. Para Pires (2011), o “perigo alemão”, no Brasil, localizava-se estritamente na Região Sul.

O barão de Rio Branco, o qual era comparado a Bismarck pelos germanófilos (SANTOS, 1931), com base no repertório de jurisdicismo latino-americano, procurou evitar a eclosão de conflitos na América do Sul, apesar das características então mercuriais das relações Argentina-Brasil. Por mais que fosse uma nova diplomacia, ela não estava estanque ao contexto internacional.

Para Rio Branco, era “justamente a ausência de recursos de poder, em escala adequada”, que indicava “o acerto da busca da resolução pacífica dos conflitos” (ALSINA JÚNIOR, 2009, p. 182). Logo, vendo que o poder militar seria a outra face da proje-

ção externa realizada pela via diplomática, o chanceler Rio Branco buscou reequipar a modernizar o Exército Brasileiro.

A aproximação da Alemanha, durante o início do século XX, com as Forças Armadas brasileiras tornou-se evidente alguns anos antes do rompimento da guerra, ainda em 1906, quando ocorreu a explosão do couraçado brasileiro *Aquidaban*. Naquele momento, o imperador alemão enviou suas condolências diretamente ao ministro da Marinha e ao presidente do Brasil, por meio de um telegrama.

Ao mesmo tempo em que a Alemanha fortalecia os laços com a Força Naval brasileira, tentava estabelecer contato com o Exército Brasileiro, que, em 1910, passava por intenso debate sobre a vinda de uma grande missão militar estrangeira para modernizar sua organização, direção e instrução.

O senador Gabriel Salgado dos Santos expunha diversas ideias, em forma de artigos, tentando direcionar o governo e o pensamento militar brasileiro para que se decidisse pela contratação da Alemanha para a referida missão. Entre elas, ele defendia que a decisão tomada pela contratação da mesma era acertada, porque tudo o que os alemães empreendem ou realizam tem a consagração do tempo, tendendo à perfeição.

Ainda se deve salientar que a influência alemã no Exército Brasileiro apresentava-se em uma atitude crescente, haja vista que jovens oficiais eram enviados do Brasil para servirem arregimentados no Exército alemão. Três turmas de oficiais, totalizando 32 homens, estagiaram, por dois anos consecutivos, naquele exército, entre os anos de 1906 e 1910 (CARVALHO, 1977).

Um dos resultados do envio desses oficiais à Alemanha, conhecidos posteriormente como jovens turcos², foi a fundação, por aqueles, da revista *A Defeza Nacional*, destinada a assuntos militares de interesse do Exército e que defendia o ponto de vista de que a grande missão militar estrangeira para o Brasil deveria ser alemã.

Paralelamente, o Governo francês também iniciava, em 1905, a aproximação militar com o Brasil, por meio da contratação da Missão Militar Francesa para a Força Pública do Estado de São Paulo. Em 1908, os primeiros sucessos daquela missão já eram percebidos, e a França procurou influenciar, então, o Exército Brasileiro, apesar de todo o esforço contrário dos jovens oficiais germanófilos. Ainda, os franceses enviaram uma missão veterinária militar, com a finalidade de estudar a situação da cavalaria do Exército. Porém, nenhuma delas angariou resultados contundentes até o final da guerra.

A participação do Brasil na Guerra, ao lado dos aliados, certamente influenciou na escolha pela Missão Militar Francesa, que acabou funcionando a partir de 1920. A escolha pela França é justificada, entre outros motivos, pela derrota da Alemanha na Primeira Guerra, sendo certamente a França escolhida por tê-la vencido, ao lado dos demais aliados.

Contudo, os motivos da escolha pela missão militar francesa encontram-se ligados a outros fatores. De fato, não apenas a vitória militar francesa persuadiu a escolha brasileira, mas, também, as pressões econômicas e políticas, tanto de franceses, quanto de ingleses.

***A Defeza Nacional* – (1913-1919)**

A revista *A Defeza Nacional* teve o seu primeiro número datado de 10 de outubro de 1913, no espaço temporal entre o surgimento dos “jovens turcos” e a eclosão da Primeira Guerra Mundial. O corpo de editores da revista era composto, inicialmente, pelos tenentes do Exército Bertholdo Klingger, Estevão Leitão de Carvalho e Joaquim de Souza Reis, mas a revista continha artigos escritos também por outros tenentes, além de capitães e, em menor número, majores.

Em comum, os três tenentes, bem como uma boa parte dos outros autores, fizeram parte das missões brasileiras de instrução no grande exército imperial alemão, o que torna fácil a percepção de qual era o tipo de influência que dominaria a revista até a entrada do Brasil na guerra. Portanto, a revista apresentava invariavelmente textos elaborados sobre a teoria clausewitziana, com argumentos baseados na obra *Da Guerra*, com ideias eminentemente calcadas na ofensiva, a qual deveria ser implantada durante a modernização do Exército Brasileiro.

O escopo da revista apareceu logo no primeiro editorial:

colaborar, na medida de suas forças, para o soerguimento das nossas instituições militares, sobre as quais repousa a defesa do vasto patrimônio territorial que os nossos antepassados nos legaram...

De fato, apesar de ser uma revista que apresentava, frequentemente, a superioridade militar alemã, também continha artigos sobre o exército francês, japonês, inglês, en-

tre outros, mesmo que traduzidos de revistas militares da própria Alemanha, como a *Militär-Wochenblatt*.

Os autores não se limitavam a escrever sobre os longínquos exércitos europeus, mas também sobre a situação de exércitos dos países do entorno brasileiro, como os da Argentina e do Chile, tornando notável a preocupação da jovem oficialidade com a situação brasileira na América do Sul.

Os assuntos mais comumente encontrados na revista eram os seguintes: questões de artilharia, táticas de infantaria, patrulhas de cavalaria, assuntos de instrução individual básica (orientação, avaliação de distâncias), técnica de tiro e de material, trabalhos de sapadores da engenharia, e até mesmo assuntos administrativos. Tal fato demonstra que o interesse da revista abarcava aspectos em que o Exército Brasileiro era deficiente, operacionais e administrativos, e que as soluções poderiam ser encontradas, na maior parte das vezes, no exemplo militar alemão.

Além de fazer analogias com exércitos estrangeiros, a revista também abordava problemas inerentes à situação exclusiva do Exército Brasileiro, não com a finalidade de apontar culpados, mas para servir, inclusive, de fonte de consulta e como canal de debate entre a jovem oficialidade. É interessante notar que, apesar de a maioria dos autores ser de tenentes, alguns assuntos abordados eram, em tese, de níveis mais elevados, sendo de interesse para todas as Forças Armadas ou para a própria Nação brasileira. Como exemplo, diversos artigos discutiram e trouxeram à tona problemas atinentes à compra dos fuzis Mauser M 908, vindos da Alemanha.

A compra dos fuzis M 908 foi realizada em 1909, e os mesmos, em 1914, ainda não tinham sido distribuídos à tropa. Durante aquele ínterim, um dos maiores pontos de discussão foi a vida útil do cano das armas, que supostamente seria cerca de 50% inferior à do material inicialmente testado na Europa (CASTRO E SILVA, 1914b). A distribuição do fuzil Mauser é apenas um exemplo da morosidade que Exército Brasileiro tinha em resolver seus problemas internos, desde a parte administrativa, e que demonstrava a dualidade existente entre militares francófilos e germanófilos no interior da Força.

Problemas extrínsecos ao Exército, mas que o afetavam igualmente, também começaram a ser discutidos na revista. Como exemplo, o exemplar Nr 5 apresentou um arrazoado sobre a Lei do Serviço Militar de 1908 e a responsabilidade de todos os brasileiros, especialmente dos políticos, pelo enfraquecimento do Exército, deixando-o como um instrumento insuficiente de ataque e de defesa, quando a Nação estivesse em perigo (CASTRO AYRES, 1914).

Aquele mesmo exemplar trouxe um artigo extenso, denominado *O Exército alemão — os elementos de sua força*, exaltando todas as características de uma organização prussiana que poderia ser modelo para o Exército Brasileiro, pois servira como sustentáculo para a unificação alemã e, no caso de uma guerra, seria o ponto de apoio de toda a nação alemã (REIS, 1914).

O ponto de vista não germanófilo, apesar de menos efusivo, também era mostrado na revista, inclusive tendo trabalhos redigidos pelos mesmos autores. Artigos sobre manobras francesas ou das características da

moderna tática francesa eram apresentados, mesmo que para demonstrar suas fragilidades. Paradoxalmente, uma das seções da revista, denominada de “Livros Novos”, a qual apresentava as novidades sobre a literatura militar, frequentemente tinha maior quantidade de títulos franceses do que alemães.

A receptividade da revista pela jovem oficialidade do Exército pode ser observada, primeiramente, pelo fato do aumento do corpo editorial da revista (grupo mantenedor) de três para doze oficiais, a partir de 10 de maio de 1914 (edição Nr 8), ou seja, em menos de um ano de existência da revista. Em segundo lugar, na edição seguinte (edição Nr 9), a revista passou a ter representantes em diversas unidades, sendo a maioria no Rio de Janeiro, mas diversas outras fora da capital.

Naquele mesmo período, o editorial da edição Nr 8 falou sobre a possibilidade da vinda de uma missão militar francesa para instruir o Exército Brasileiro, tendo em vista o sucesso da missão do mesmo país com a Polícia Militar de São Paulo. O texto credita a vontade de se ter uma missão francesa aos advogados administrativos, organizadores de sindicatos, agenciadores de empréstimos e outras personalidades do mundo dos negócios, para quem era profundamente indiferente à sorte do Exército.

Para os autores da revista, a transformação pela qual passava o Exército francês era, na verdade, um tipo de “germanização”, uma adaptação às técnicas e táticas desenvolvidas pelos alemães e copiadas pelos franceses. Dessa forma, os editores perguntavam: porque ainda se hesitava entre a fonte original dos maiores progressos militares (alemã)

e a sua cópia tímida e imprecisa (francesa), quando se pensava na vinda de oficiais estrangeiros para ensinar aos brasileiros a moderna arte da guerra? Está é uma pergunta que deixa, novamente, inequívoca a vocação germanófila da revista.

Nem mesmo o exercício dos reservistas alemães de 1914 escapou ao editorial da revista. O artigo demonstrou como os alemães prepararam as suas reservas humanas para uma eventual guerra (que naquele momento ainda não tinha começado), sendo convocados praticamente todos os corpos de exército para o exercício. No próprio artigo, foi descrito que o número de reservistas chamados em 1914 foi aumentado, significativamente, em relação ao ano anterior (KLINGER; CARVALHO; REIS, 1914a, p. 369).

O editorial da revista Nr 12, de 10 de setembro de 1914, comentou sobre a eclosão da guerra que, àquela altura, assolava toda a Europa, sem citar em que lado o Brasil deveria se posicionar naquele momento. Porém, os autores avocaram para si o despertar da consciência da nação e indicar-lhe o futuro que o destino lhe oferecia. Uma das saídas sugeridas por eles, de forma a que se ultimasse o preparo do Exército Brasileiro para uma guerra fortuita, era a adoção do serviço militar obrigatório, a exemplo do que já acontecia com a vizinha Argentina.

Na edição seguinte, de 10 de outubro, a revista pareceu atingir o círculo hierárquico mais alto do Exército, não se restringindo apenas ao dos oficiais subalternos e intermédios, pois um dos colaboradores foi o general Caetano de Farias, o qual foi nomeado ministro da Guerra no mês seguinte. Outros oficiais-generais e superiores participaram

do editorial daquele número, tais como general Tito Escobar e o coronel Tasso Fragoço, inclusive doutores como J.B. Muniz de Aragão, denotando que a revista, a partir de então, tinha artigos elaborados também por militares que não tinham participado da missão na Alemanha, mas que comungavam dos mesmos ideais que os editores originais.

A eclosão da guerra não entrou no escopo da revista instantaneamente. Naquele momento, tanto o Exército Brasileiro quanto o corpo editorial da revista estavam mais concentrados no combate contra os “fanáticos” da região do Contestado, no sul do país. Nos números seguintes, diversos artigos foram redigidos sobre a referida campanha, incluindo lições aprendidas, ferimentos de campanha e pensão de familiares. Em nenhum momento a revista inclinou seus pensamentos em solidariedade para com a Alemanha, tampouco com a França.

Praticamente um ano após a eclosão da guerra, Klinger, Lima e Silva e Cavalcanti (1915a), comentaram sobre a invasão da Alemanha à Bélgica, até então um país neutro, sem nenhuma nota desabonadora ao país invasor. O objetivo deles era traçar um paralelo entre a Bélgica — que adiara várias vezes a admissão do serviço militar obrigatório e cujo exército, no momento da invasão, estava em plena reorganização militar — e o Brasil, que tinha sucessivos atrasos na mudança do serviço militar por sorteio ao voluntariado ou obrigatório, ideia fortemente defendida pelo editorial da revista. Há de se notar que a Bélgica recebeu a alcunha de país pacifista pelos autores mas, mesmo países pacifistas não necessariamente deveriam ser países despreparados para a guer-

ra, como o fora a Bélgica e como ainda era o Brasil, na visão dos mesmos.

Ainda, no mesmo texto, os autores afirmaram que diversos navios de países beligerantes exerciam atos de soberania em águas territoriais brasileiras (eles se referiam aos navios aliados), ao mesmo tempo em que chegavam notícias de Londres sobre a prepotência inglesa em interferir nas exportações brasileiras, demonstrando que os jovens oficiais estavam assumindo posições antialiadados em assuntos que, diretamente, não eram de seu interesse profissional e nem faziam parte do escopo original da revista.

Apesar do ataque ao governo inglês, Cavalcanti (1915) elogiou a eficiência do recrutamento daquele país durante os 10 primeiros meses da guerra, mesmo não tendo entrado em vigor o serviço militar obrigatório, mas o sistema de voluntariado, diferentemente do que era pretendido no Brasil. O artigo não tinha a finalidade de exaltar algum tipo de sucesso de um real inimigo dos alemães, mas apenas exemplificar um meio de se obter a mudança na lei do serviço militar brasileiro, que ainda dependia de sorteio.

Klinger, Lima e Silva e Cavalcanti (1915c), na edição 26, compararam a adoção do serviço militar obrigatório na Alemanha com a não adoção na Inglaterra. Como conclusão, os autores descreveram que o serviço militar obrigatório transforma o homem, deixando-o em melhores condições para atuar pelo país em qualquer ramo, mesmo na indústria, deixando clara a intenção em transformar o serviço militar brasileiro em obrigatório, como realizado na Alemanha, às vésperas da guerra.

Na edição seguinte, Castro Ayres (1915) apontou como defensores da adoção do serviço militar obrigatório no Brasil algumas ilustres figuras: Nilo Peçanha (ex-presidente do país), Pandiá Calógeras (então ministro da agricultura, comércio e indústria) e Olavo Bilac (famoso republicano e nacionalista), homens importantes no cenário nacional e que tinham condições de influenciar na adoção da medida tão almejada pelos autores da revista, em prol do Exército e do Brasil.

Novamente, sobre a Nação brasileira, em relação ao conflito, a edição 18, de 10 de março de 1915, trouxe a informação de que o pacifismo é uma qualidade militar — relembrando o art. 88 da constituição promulgada em 1891: “Os Estados Unidos do Brazil, em caso algum, se empenharão em guerra de conquista, directa ou indirectamente, por si ou em aliança com outra nação” [*ipsis literis*]. Logo, apesar de os editores defenderem a doutrina alemã, bem como outras ideias, os mesmos não comungavam com o ideário expansionista do plano Pangermânico.

A edição comentou, ainda, que a referida constituição era fundamentalmente pacifista, portanto o soldado brasileiro, em obediência ao art. 14 da mesma, não poderia deixar de ser pacifista em seu espírito e nas manifestações da sua atividade, quer pelo pensamento, quer pela palavra, quer pela ação. É um tanto paradoxal a propagação das palavras acima, pois os autores da revista, por algumas vezes, deram provas de que discordavam sobre as “manifestações da sua atividade pelo pensamento” ao escrever, peremptoriamente, em favor dos assuntos alemães.

Retornando aos assuntos internos, Castro e Silva (1914a) comentou sobre a Lei de 4 de janeiro de 1908, que tratava do serviço militar por sorteio. Segundo a Lei, o efetivo do Exército, em 1910, era de 18.624 homens. Com a eclosão da guerra, em 1914, o efetivo subiu para 25.000, e estava previsto para 1915 o aumento para 31.000 homens. Mesmo com a elevação dos efetivos, permanecia o mesmo dilema do exército: ou seria posta em execução a lei do serviço militar obrigatório ou nunca poderia o exército ser instruído e preparado para a guerra. O autor comentou ainda que, ao se passar da paz para a guerra, nenhuma unidade de linha deveria receber mais de 50% do seu efetivo em recrutas, ou seja, defendendo um mínimo de efetivo de exército profissional para unidades combatentes (de 1ª linha).

No número seguinte, os mesmos autores debateram sobre a conferência realizada pelo *Jornal do Commercio*, em 11 de agosto de 1915. Entre outras ideias, disseram que, se as nações aliadas oferecessem ao Brasil lições dignas de interesse, era mister salientar que estas se revestiam sempre em caráter de improvisação, o que só seria exequível em nações de grandes riquezas acumuladas e de indústria muito desenvolvida, que obviamente não era o caso do Brasil.

Nota-se no texto que os autores, mesmo ocorrendo diversas vitórias aliadas na campanha, mantinham a ideia da superioridade do Exército alemão e de sua doutrina, e as derrotas porventura ocorridas seriam exclusivamente devidas à superioridade material/industrial aliada, ou seja, mesmo que a Alemanha perdesse a guerra, o Exército Brasileiro deveria mantê-lo como padrão a

ser perseguido em sua futura modernização, indubitavelmente.

Em abril de 1916, novamente o editorial da revista voltava a comentar sobre assuntos alheios ao escopo original da revista, quando o governo brasileiro passou a “conceber esta incomensurável ideia da requisição dos navios alemães refugiados em nossos portos” (TABORDA; COSTA; FIGUEIREDO, 1916).

Sobre o tema, assim se posicionaram os autores:

...ausencia de bom senso aliada á mais crassa ignorancia da situação brasileira, ou se a falta de cerimonia com que os pregoeiros da paz universal e defensores de todas as liberdades (?) aconselham a prática de uma acção deshonesta e impatriótica como sendo obra meritórica [*ipsis literis*].

No texto acima, definitivamente nota-se que a germanofilia passou a transcender os assuntos militares na revista, o que tornava seus membros não apenas defensores da adoção da doutrina militar alemã no Exército Brasileiro, mas também defensores de quaisquer assuntos relativos à Alemanha no Brasil, mesmo a despeito da entrada de Portugal na guerra, país historicamente considerado habitado por irmãos e amigos dos brasileiros, segundo os próprios autores.

Corroborando com a assertiva acima, seguem as palavras finais do editorial:

[...] desafiar a inimidade da Allemanha victoriosa, ou temporariamente vencida, seria uma insanía, e praticar esse acto por suppol-a derrotada, esphacelada e extinta, além de ser estúpido, seria uma covardia [*ipsis literis*].

Voltando as atenções para a reorganização do Exército, no editorial da edição 14, Klinger, Carvalho e Reis (1914b) disseram que era preferível diminuir o número das unidades até então existentes, encostando às que ficassem os oficiais das que se viessem a dissolver, mas dando àquelas uma organização capaz, pelo número de soldados, de favorecer a instrução com segurança de êxito. Então, além de insistir na adoção do serviço militar obrigatório, os editores da revista tentaram começar a influenciar na redução do Exército, tornando-o mais profissional e apto como instrumento de guerra.

No terceiro ano de existência da revista, os assuntos mais comuns encontrados em suas páginas foram: cavalo de guerra (utilização do cavalo como instrumento de guerra), aspectos de saúde da campanha do Contestado e observações colhidas nas operações da coluna Sul, bem como a adoção da Escola de Aplicações para Oficiais Superiores. Até àquela altura da guerra, ainda nenhuma menção havia sido feita pela revista em relação às operações militares ocorridas no Velho Continente.

A referida situação mudou em março de 1916, quando Hautz publicou a tradução da revista *la guerra europea*, Nr 78, a qual comentava sobre o marechal Hindenburgo e sua batalha na Masuria, ocorrida de sete a quinze de fevereiro de 1915. Naquele trabalho, o autor não transpareceu o lado germanófilo da revista, limitando-se a descrever as operações ocorridas, em três edições distintas da revista.

Rodrigues (1916), ao publicar o artigo *Para quem apellar?* mostra o ponto de corte do editorial da revista, quando claramente

passa a apoiar a Alemanha na guerra, e não apenas os assuntos relativos à Alemanha no Brasil:

É chegado o momento em que não mais posso dominar a indignação que a mim, como aos verdadeiros patriotas, tem causado uma serie de factos dos quaes cada um é um legítimo atentado contra a nossa soberania e uma cabal prova de falta de consideração para com a nação brasileira.

De fato, o artigo não comentava diretamente o apoio à Alemanha, mas o fazia indiretamente, ao atacar aqueles que defendiam os franceses, dando o exemplo daquele país antes da guerra, onde o exército era insultado e aviltado e que, depois da eclosão do conflito, esperava-se dele que fosse um modelo de disciplina e de bravura, um ímã de glórias. Claramente, os autores quiseram traçar um paralelo daquela situação com a similar, ocorrida no Brasil.

O autor fazia alusões aos francófilos, que contribuíam diariamente para a desordem interna do Brasil, trabalhando sem cessar para o falseamento das leis do país, não tendo nenhum interesse pelas coisas nacionais. Naquele momento, além de fazer alusão aos feitos do Exército alemão, bem como defender o ponto de vista germânico nos assuntos brasileiros, a revista deu mais um passo em direção ao interesse dos defensores daquele país: passou a se dirigir contra aqueles que defendiam a causa aliada, especialmente a francesa.

A partir da edição Nr 37, a revista atingira, segundo seu editorial, o quarto ano de “campanha em prol do erguimento profissional do Exército Brasileiro e da eclosão

definitiva da nação armada do Brasil”. Em nenhum momento a revista apontava, diretamente, que tinha como objetivo a germanização da força terrestre, mas o fazia indiretamente antes e, mesmo, durante a guerra, ao querer adotar o modelo alemão para a modernização da mesma.

Em abril, Costa, Rodrigues e Reis (1917a) escreveram que, por mais que o Brasil quisesse manter-se alheio à conflagração europeia, observando a mais estrita neutralidade, apesar de uma certa corrente de opinião — aliás, suspeita —, que insistentemente pregava a necessidade de envolver o país na luta, a evolução dos acontecimentos colidiu com os interesses morais e materiais de tal forma que o Brasil se via na contingência de dar um gravíssimo passo, que era a entrada na guerra.

Dois números após, os mesmos autores procuraram mudar um pouco o foco do editorial da revista, inferindo que o Brasil não iria entrar na guerra ao lado das potências sem deixar de preparar o seu Exército Nacional. Ainda, os autores incriminavam os políticos que procuravam isolar o Exército do restante da Nação, mas que os oficiais mantiveram uma nobre postura, na expectativa de que o embate dos arranjos pérfidos fosse vencido.

Como apelo, os autores perguntaram o que fariam eles na hipótese cabível de uma complicação internacional? Confusos e humilhados, pediriam ao estrangeiro que viesse defender a honra e os lares brasileiros? No texto, os autores não se referiam à entrada no Brasil na guerra europeia, mas a possível guerra na própria América do Sul, especialmente contra a Argentina.

A edição Nr 48, de 10 de setembro (COSTA; RODRIGUES; REIS, 1917c), foi a

última revista analisada (no AHEx, as edições entre o número 49 e 61 são inexistentes). O Brasil declarou guerra em 26 de outubro de 1918, portanto, os meses mais próximos anteriores à guerra não foram abordados neste trabalho. A edição 62 é datada de 10 de novembro de 1918, não trazendo nenhuma informação acerca da participação do Brasil ou da guerra em si.

O Decreto de 28 de maio de 1919 assinalou a contratação da Missão Militar Francesa, a qual foi ignorada pela revista até os nr 71 e 72, de 10 de agosto e setembro de 1919, respectivamente, quando Klinger, Cavalcanti e Pessoa diziam que era mister que o exército tirasse o máximo de proveito da missão militar estrangeira que vinha para o país, não se referindo, em nenhum momento, que a missão era de origem francesa. Desde o final da guerra, notou-se que diminuíram, no corpo das revistas, os artigos que faziam alusões exacerbadas ao Exército alemão.

Conclusões

A análise do debate doutrinário militar brasileiro presente na Revista *A Defesa Nacional* no ano imediatamente anterior à eclosão da I Guerra Mundial, bem como durante o conflito, foi o objeto deste trabalho.

Em suma, verificou-se que, à luz da publicação supramencionada, o debate, entre 1913 e 1919, mostrou-se majoritariamente simpatizante para com a doutrina militar alemã, a despeito das publicações acerca de outros exércitos, como o francês, o japonês, o norte-americano, entre outros. A razão dessa ocorrência deveu-se ao fato de que os militares que realizaram curso no Império Alemão

entre 1906 e 1910 estavam ocupando a direção do editorial da revista até 1919, bem como procuraram influenciar o restante da oficialidade, por meio de diversos artigos impressos desde 1913.

Ademais, os artigos que referenciavam o Exército francês invariavelmente destacavam os ensinamentos concernentes apenas à doutrina logística francesa, tais como os da área de saúde. Por outro lado, os artigos de referência do Exército alemão abarcavam assuntos diversos, nos quais a supremacia alemã era evidente, tanto no nível tático quanto no estratégico, suplantando, numericamente, os aludidos aos demais países.

Logo, nota-se que a oportunidade de missões no exterior, como fora a dos jovens turcos na Alemanha durante quatro anos, foi o fator determinante para que se pudesse disseminar o debate pró-Alemanha, prioritariamente nos assuntos atinentes às táticas de guerra, tais como a artilharia, a infantaria, a cavalaria e outros.

Por fim, destaca-se que, apesar do grande interesse do oficialato em ler assuntos de revistas e livros franceses, quer pela fluência no idioma, quer pela maior disponibilidade de obras, a aproximação da eclosão da Grande Guerra deixou claro que o interesse em aprimorar o Exército Nacional, de acordo com o modelo alemão, era a única opção viável para o desenvolvimento da defesa nacional, ora determinante para a segurança e paz no contexto da América do Sul. No entanto, os autores da revista não conseguiram atingir, plenamente, o seu intento, pois a França foi contratada para a vinda da Missão Militar, que durou cerca de 20 anos, até o início da Segunda Guerra Mundial. ○

Referências

- ALBERT, Bill. **South America and the First World War: the impact of the war on Brazil, Argentina, Peru and Chile**. Cambridge: Press Syndicate of the University of Cambridge, 1988.
- ALSINA Júnior, João Paulo Soares. O poder militar como instrumento da política externa brasileira contemporânea. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 52, n. 2, p. 173-191, dez. 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292009000200010>>. Acesso em: 15 jul. 2013.
- CARVALHO, José Murillo de. As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1977.
- CASTRO AYRES, Miguel de. O orçamento da guerra. **A Defesa Nacional**, ano 1, n. 5, p. 138-139, 10 fev. 1914.
- _____. O 7 de setembro de 1922. **A Defesa Nacional**, ano 3, n. 27, p. 83-84, 10 dez. 1915.
- CASTRO E SILVA. O exército para a guerra. **A Defesa Nacional**, ano 2, n. 13, p. 9-12, 10 out. 1914a.
- _____. O fuzil Mauser modelo 1908. **A Defesa Nacional**, ano 1, n. 9, p. 288-291, 10 jun. 1914b.
- CAVALCANTI, Pompeu. A Inglaterra e o serviço militar obrigatório. **A Defesa Nacional**, ano 2, n. 21, p. 273-277, 10 jun. 1915.
- CHÉRADAME, Andrés. **El Plan Pangermanista desenmascarado**. Paris: Garnier Hermanos, 1917.
- COSTA, Maciel da; RODRIGUES, Parga; REIS, Souza. Editorial. **A Defesa Nacional**, ano 4, n. 43, p. 223-224, 10 abr. 1917a.
- _____. Editorial. **A Defesa Nacional**, ano 4, n. 45, p. 281-282, 10 jun. 1917b.
- _____. Editorial. **A Defesa Nacional**, ano 4, n. 48, 10 set. 1917c.
- A DEFESA NACIONAL. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, ano 1, n. 8, 10 maio 1914.
- _____. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, ano 1, n. 9, 10 jun. 1914.
- _____. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, ano 1, n. 12, 10 set. 1914.
- _____. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, ano 6, n. 62, 10 nov. 1918.
- KINGLER, Bertholdo; CARVALHO, Estevão Leitão de; REIS, Joaquim de Souza. Exercícios dos reservistas alemães em 1914. **A Defesa Nacional**, ano 1, n. 11, p. 369, 10 ago. 1914a.
- _____. Editorial. **A Defesa Nacional**, ano 2, n. 14, 10 nov. 1914b.

KINGLER, Bertholdo; LIMA E SILVA, E. de; CAVALCANTI, Pompeu. Editorial. **A Defesa Nacional**, ano 2, n. 23, 10 ago. 1915a.

_____. Editorial. **A Defesa Nacional**, ano 2, n. 24, 10 set. 1915b.

_____. Editorial. **A Defesa Nacional**, ano 3, n. 26, 10 nov. 1915c.

KINGLER, Bertholdo; CAVALCANTI, Pompeu; PESSOA, Pantaleão. Editorial. **A Defesa Nacional**, ano 6, n. 71/72, 10 ago. 1919.

KINGLER, Bertholdo; REIS, Joaquim de Souza; CIDADE, Francisco de Paula. Editorial. **A Defesa Nacional**, ano 2, n. 15, 10 dez. 1914.

PIRES, Livia Claro. A liga brasileira pelos aliados e o Brasil na Primeira Guerra Mundial. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2011.

REIS, Joaquim Souza. O Exército alemão: os elementos de sua força. **A Defesa Nacional**, ano 1, n. 5, p. 155-160, 10 fev. 1914.

RODRIGUES, Parga. Para quem apelar? **A Defesa Nacional**, ano 3, n. 32, p. 255-256, 10 maio 1916.

SANTOS, Amilcar Salgado dos. **Brasil - Alemanha**. São Paulo: [s.n.], 1931.

TABORDA, Brazilio; COSTA, Maciel da; FIGUEIREDO, Euclides. Editorial. **A Defesa Nacional**, ano 3, n. 31, 10 abr. 1916.

_____. Editorial. **A Defesa Nacional**, ano 4, n. 37, 10 out. 1916.

¹ Trechos transcritos da série de artigos publicados pelo senador Gabriel Salgado dos Santos referentes diretamente aos alemães.

² Esses oficiais eram chamados pelos seus adversários desta maneira, em referência aos oficiais turcos enviados pelo estadista Mustafa Kemal, que também estagiaram na Alemanha e eram positivistas.

Direito Internacional Humanitário e riscos à ação de comando

Substitutivo ao Projeto de Lei Nr 301/2007 (Apenso PI Nr 4.038/2008)

Haryan Gonçalves Dias¹

Introdução

Atualmente, novas questões vêm surgindo no que diz respeito aos crimes de guerra, ou seja, naquilo que envolve o Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA). Sobretudo o enfoque sobre a responsabilidade do comando tem tomado grau de profundidade e abrangência que, cada vez mais amarra e tolhe a iniciativa dos comandantes nos combates.

Em um primeiro momento, surgiu a dúvida sobre que tipo de condutas eram abrangidas por esse direito. Mais precisamente, se dizia respeito somente aos conflitos armados internacionais ou se se aplicava, também, aos conflitos armados de caráter interno aos Estados.

Nesse sentido, aguçando os questionamentos, as operações de garantia da lei e da ordem (GLO), por seu caráter dubio na doutrina jurídica, como sendo ou não atividades tipicamente militares, trouxeram novas necessidades de estudos. Era fato que o Brasil participava da MINUSTAH, no Haiti, daí decorrendo situações novas de GLO, de

guerra externa, ou de guerra interna em país soberano.

Tudo isso, apesar dos esforços em se regular a matéria, ficou ao encargo do intérprete juiz, quanto ao diploma a ser aplicado em cada caso específico. Os diplomas versando sobre GLO: Lei Complementar Nr 97, de 9 de junho de 1999; Lei Complementar Nr 117, de 2 de setembro de 2004; e Lei Complementar Nr 136, de 25 de agosto de 2010; atinentes ao direito interno brasileiro; ou os Códigos Penal Militar (CPM) e de Processo Penal Militar (CPPM). A competência da Justiça Militar da União (JMU), aplicando estes últimos; ou da Justiça Federal (JF), aplicando o Código Penal Comum (CP). Ou seja, a questão ainda paira e não está pacificada.

Além disso, o surgimento do Tribunal Penal Internacional (TPI), em 2002, ampliou as dúvidas, pois deu a possibilidade de competência para o julgamento de militares brasileiros a um tribunal extracontinental, caso não internalizados os novos tipos penais surgidos. Isso significa que, se o Brasil não julgasse estes nacionais internamente, poderia o TPI fazê-lo, à revelia das autoridades brasileiras. Surgiu assim, a ne-

¹ Major do Exército Brasileiro; graduado em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria (2004); mestre em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (2006). Atualmente é instrutor na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. <haryangoncalvesdias@gmail.com>

cessidade de internalizar os novos crimes de guerra trazidos pelo TPI, a fim de manter-se a competência nacional no assunto, não se submetendo o Brasil à vexatória situação de não possuir competência para julgar seus próprios nacionais. Esse direcionamento à internalização se deu por meio do Decreto 4.388, de 25 de setembro de 2002, faltando, porém, a sua regulamentação.

Daí decorre o **problema** cerne deste estudo, qual seja a necessidade de internalizar e tornar aplicável no Regime Jurídico Nacional, a penalização de crimes de violação do Direito Internacional Humanitário (DIH), também entendido como Direito Internacional dos Conflitos Armados. Isso se dá por meio de lei que regulamente e abranja as condutas tipificadas pelo TPI, a fim de manter a competência interna para julgar brasileiros acusados desse tipo de crimes.

Essa tentativa de internalização vem-se configurando, através do Projeto de Lei nº 301, de 2007, de autoria do deputado Dr. Rosinha; Apenso ao Projeto de Lei nº 4.038, de 2008. Corroborando tal situação, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) já propôs um texto substitutivo a tais projetos de lei, a serem apresentados ao Congresso Nacional.

Ocorre que esse texto trará sérias limitações e colocará mesmo em risco a **iniciativa**, a **liberdade de ação** e a **liderança dos comandantes brasileiros** em operações internacionais. Assim, este trabalho tem por objetivo explorar, brevemente, o seguinte problema: os reflexos possíveis e nocivos aos aspectos citados, decorrentes, principalmente, dos **enunciados dos artigos 5º, 6º e 54 do referido dispositivo**. Faz isso, com a intenção

de examinar, no estágio cognitivo de análise, de que modo esses enunciados depreciam e dificultam a atuação dos comandantes militares, restringindo-lhes a segurança jurídica nas suas decisões a um nível mínimo.

O substitutivo aos projetos de lei: Nr 301/07 e Nr 4.038/08

Em que pese a intenção do governo brasileiro de internalizar as normas do TPI, o que é necessário em vista de manter-se a competência interna para julgar brasileiros que pratiquem condutas tipificadas no Estatuto de Roma, há que se ter cuidado ao descrever cada tipo penal. Em particular, este estudo se preocupa com o previsto nos artigos 5º, 6º e 54 do referido Substitutivo. Esses artigos são os que demonstram o grau de profundidade que alcança a responsabilidade do comandante em operações, quase chegando à situação de se obrigar a prever resultados imprevisíveis, a fim de, quem sabe, ter alguma chance de ver justificadas as suas decisões.

Em seu arrazoado, o relator do Substitutivo, deputado Antônio Carlos Biscaia, busca justificar os acertos da proposta, faz observações gerais sobre a necessidade de internalizar as condutas tipificadas como crimes no TPI e realiza algumas observações sobre o conteúdo do texto. Acaba assim, por fazê-lo mais como justificativa para adotá-lo, do que como um exame crítico de seu conteúdo, o que deixa ao Congresso Nacional, em momento futuro. Não observa, em sua exposição de motivos, o conteúdo de mérito de cada dispositivo, a fim de apreciá-los como realmente merecem, ou seja, sob o enfoque

das responsabilidades que demandam, sobretudo em operações.

Assim, caso o texto passe na Casa Legislativa com o conteúdo atualmente disposto, a responsabilidade dos comandantes, sobretudo em momentos em que as decisões e as iniciativas do combate deverão ser prontamente tomadas, estará completamente amarrada. Qualquer que seja o caminho escolhido pelo chefe militar, permanecerá sempre comprometido penalmente com o resultado, mesmo que imprevisível.

Aliás, vale citar que, em 12 de junho de 2013, o Substitutivo foi a Plenário, só não tendo sido votado por falta de *quorum*.

Adentrando no Substitutivo propriamente dito, vale inicialmente citar a sua estrutura. É composto do Título I, das Disposições Gerais; do Título II, do Crime de Genocídio; do Título III, dos Crimes contra a Humanidade; do Título IV, dos Crimes de Guerra, subdividido em três Capítulos, das Disposições Gerais, dos Crimes de caráter internacional e dos Crimes de caráter não internacional; Título V, dos Crimes contra a Administração da Justiça do TPI, subdividido em dois Capítulos, das Disposições Gerais e dos Crimes em Espécie; do Título VI, das Normas Processuais; do Título VII, da Cooperação Com o TPI, com cinco Capítulos, versando sobre Disposições Gerais, Prisão Preventiva e Entrega, Prisão Preventiva Antecipada, Outras Formas de Cooperação e Execução das Penas impostas pelo TPI; e, por fim, do Título VIII, das Disposições Finais.

A partir dessa divisão, observa-se que o Substitutivo divide em três grandes temas tipificados, nos quais as condutas dos comandantes podem ser enquadradas, quais sejam

o **Genocídio**, os **Crimes contra a Humanidade** e os **Crimes de Guerra**. Deixa assim de abordar os chamados Crimes de Agressão. Dentre os três citados, os primeiros são os crimes que têm como sujeito passivo grupo nacional, étnico, racial ou religioso. Os crimes contra a humanidade são aqueles que se dirigem contra a população civil, diretamente. Os últimos são aqueles praticados em tempo de conflito armado ou depois de cessadas as hostilidades e que se dirigem às vítimas sob domínio da parte beligerante, mesmo que indiretamente. Essa divisão, embora não seja o escopo deste trabalho, é de necessário conhecimento, a fim de se visualizar o enquadramento dos dispositivos elencados neste estudo.

É nesse sentido que cabe o exame dos artigos citados anteriormente, que versam sobre a responsabilidade do comandante, quais sejam o artigo 5º, o 6º e o 54 do Substitutivo. Os dois primeiros encontram-se nas Disposições Gerais, ou seja, aplicam-se a todo e a qualquer conduta típica abrangida pelo texto normativo. O artigo 54 encontra-se disposto como um dos tipos descritos como Crime de Guerra, ou seja, basta afetarem quaisquer vítimas civis, ainda que indiretamente.

Eis os dispositivos (BRASIL, 2008a):

Art. 5º. O comandante, ou a pessoa a ele equiparada, será criminalmente responsável por crimes que tenham sido cometidos por forças sob o seu comando e controle efetivos ou sob a sua autoridade e controle efetivos, conforme o caso, pelo fato de **não exercer um controle apropriado** sobre essas forças quando:

I – **Tiver conhecimento** ou, em virtude das circunstâncias do momento, **deveria**

ter tido conhecimento de que essas forças estavam a cometer ou preparavam-se para cometer esses crimes; e

II - Não tenha adotado todas as medidas necessárias e adequadas ao seu alcance para prevenir ou reprimir a sua prática, ou para levar o assunto ao conhecimento das autoridades competentes, para efeitos de inquérito e procedimento criminal.

Art. 6º A **necessidade militar não exclui a responsabilidade penal.**

[...]

Crime de guerra por ataque excessivo e desproporcional

Art. 54. Lançar **ataque, ciente de sua aptidão de causar perdas acidentais de vidas humanas, lesões a civis ou danos a bens civis, ou danos extensos, duradouros e graves ao meio ambiente,** manifestamente excessivos em relação à **vantagem militar concreta e direta** pretendida:

Pena: reclusão, de cinco a dez anos.

§ 1º. A pena será aumentada de um terço a dois terços, se da **conduta resultar danos.** Modalidade qualificada

§ 2º. A pena será de dez a vinte anos de reclusão, se da **conduta resultar morte, incapacidade permanente para o trabalho, enfermidade incurável, debilidade, perda ou inutilização de membro, sentido ou função, deformidade permanente, aborto, aceleração de parto, incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta dias,** e as circunstâncias evidenciarem que o **agente não quis o resultado nem assumiu o risco de produzi-lo.** (grifo nosso)

Cabe citar ainda que o artigo 5º é cópia fiel do artigo 28 do Estatuto de Roma, sem contudo ser tão específico quanto este, deixando de especificar em que circunstâncias não há um controle apropriado dos subordinados. O artigo 28, em sua alínea b, traz essas possibilidades, ou seja, limita as

hipóteses de aplicação, o que não é feito no Substitutivo em estudo.

Mais grave ainda é o fato de não prever o Substitutivo causas de exclusão da responsabilidade penal, deixando, independentemente da causa da conduta praticada, o comandante sujeito à criminalização. Cita apenas, na exposição de motivos, que estas causas não fazem parte do texto a ser apreciado no Congresso Nacional, pois não se fazem necessárias, já que presentes no Direito Pátrio.

Faz isso, nos seguintes termos (BRASIL, 2008c):

Não há necessidade de prever a coação irresistível e a obediência hierárquica como excludentes de culpabilidade, uma vez que o nosso Código Penal já dispõe claramente sobre essa questão, no seu art. 22. Trata-se de hipóteses de exclusão da culpabilidade pela inexigibilidade de conduta diversa, previstas na parte geral do Código, não havendo necessidade de sua repetição em lei especial.

É, no mínimo, de desleixo tal afirmação, pois que, se os princípios da culpabilidade aplicados pelo Estatuto de Roma são muito mais rígidos que os do direito penal pátrio, não há como se compatibilizarem as excludentes deste com as daquele, sem o fazer em específico.

Nesse sentido, então, cumpre apreciar, por ora, o que vem a ser a responsabilidade de comandante e a qual forma ela mais se adapta.

A responsabilidade do comandante

A responsabilidade do comandante em operações militares é tema que vem sen-

do estudado há tempos. Particularmente, desde a 1ª Guerra Mundial. No entanto, remonta à 2ª Guerra Mundial e ao chamado caso Yamashita (general de Exército japonês), o primeiro caso emblemático sobre responsabilidade do comando em operações, sobretudo no aspecto omissivo. É fato que, à época, foi julgada em Tribunal de Exceção norte-americano, que condenou o réu. No caso, foi a justiça aplicada pelo vencedor ao derrotado na Guerra. No entanto, o que interessa a este estudo são os pressupostos utilizados para a responsabilização daquele comandante.

Os subordinados de Yamashita haviam cometido crimes contra civis filipinos sobre os quais o comandante **deveria ter tido conhecimento**. Essa responsabilidade abrange as chamadas “por comissão” e “por omissão própria ou imprópria”. A primeira é a que deriva de conduta do próprio agente, dolosa ou culposa. A segunda, em sua primeira modalidade, é aquela em que, estando presente, não evita o fato. A imprópria, utilizada para condenar o general japonês pela Corte americana, é aquela que deriva do dever de garantia que possuía o comandante militar, qual seja, segundo Walzer (2003, p. 540), o fato de ele ser “responsável pela **proteção** dos fracos e desarmados” (grifo nosso).

Ou seja, nesta fase da história, introduziu-se um maior nível de responsabilidade aos comandantes militares, não só pelo que faziam ou mandavam fazer, mas pelo que era feito sem que evitassem e pelo quê, podendo evitar, não o fizeram. Esta última forma vem expressa sucintamente na expressão **deveria ter tido co-**

nhecimento e pode ser traduzida como forma de **responsabilidade objetiva**.

Mais tarde, em 1968, pode-se dizer que houve certo retrocesso nessa visão, referindo-se ao chamado caso My Lai. Nesta situação, um comandante de companhia chamado Medina teria dado a ordem a um de seus comandantes de pelotão para eliminar inimigos em uma vila vietnamita (My Lai). Este último, tenente Calley, cumpriu a ordem, eliminando mulheres e crianças presentes no local. Em Tribunal que julgou o caso, também americano, Medina afirmou não ter dada a referida ordem e que, **caso tivesse conhecimento** da situação local, teria agido. Calley, executor da mesma, em tese ilegal, foi condenado.

Nesse caso, diferentemente do anterior, puniu-se a conduta comissiva (Ten Calley), mas não a omissiva (Cap Medina), refletindo certo retrocesso na evolução do Direito Internacional Humanitário e nos critérios de responsabilização do comandante. O fato de o capitão Medina utilizar-se do desconhecimento para justificar a sua omissão, ao afirmar que **agiria para fazê-lo caso tivesse conhecimento**, revela um retorno aos critérios da responsabilidade puramente subjetiva. Esse entendimento é bem inteligível em Cinelli (2011, p. 202), ao tratar sobre (ir)responsabilidade de comando. Ou seja, para esse autor, o retrocesso está em se retornar a critérios de responsabilização do comando decorrentes tão somente do seu pleno conhecimento e consequente omissão no dever de agir para impedir o resultado. Retorna-se à necessidade de saber do sujeito agente e não ao dever objetivo de saber deste.

A partir desses dois parâmetros emblemáticos, é possível compreender em que sentido vêm tratar a questão da responsabilidade do comando o Protocolo Adicional I, de 1977, (PA I) às Convenções de Genebra de 1949 e o Estatuto de Roma de 2002.

O PA I trata do assunto em seus artigos 86 e 87, nos seguintes termos:

Art 86. Omissões

1 - As Altas Partes Contratantes e as Partes no conflito devem reprimir as infracções graves e tomar as medidas necessárias para fazer cessar quaisquer outras infracções às Convenções ou ao presente Protocolo que resultem de uma **omissão contrária ao dever de agir**.

2 - O facto de uma infracção às Convenções ou ao presente Protocolo ter sido cometida por um subordinado **não isenta os seus superiores da sua responsabilidade penal ou disciplinar**, consoante o caso, **se sabiam ou possuíam informações que permitissem concluir**, nas circunstâncias do momento, que aquele subordinado cometia ou ia cometer tal infracção e **não haviam tomado todas as medidas praticamente possíveis** dentro dos seus poderes para impedir ou reprimir essa infracção.

Art 87. Deveres dos comandantes

1 - As Altas Partes Contratantes e as Partes no conflito devem encarregar os comandantes militares, no que respeita aos membros das forças armadas colocadas sob o seu comando e às outras pessoas sob a sua autoridade, **de impedir que sejam cometidas infracções às Convenções e ao presente Protocolo e, se necessário, de as reprimir e denunciar às autoridades competentes**.

2 - A fim de impedir que sejam cometidas infracções e de as reprimir, as Altas Partes Contratantes e as Partes no conflito devem exigir que os comandantes, consoante o seu nível de responsabilidade, se certi-

fiquem de que os membros das forças armadas colocadas sob o seu comando conheçam as suas obrigações nos termos das Convenções e do presente Protocolo. 3 - As Altas Partes Contratantes e as Partes do conflito devem exigir que qualquer comandante que **tiver conhecimento de que subordinados seus ou outras pessoas sob a sua autoridade vão cometer ou cometeram uma infracção às Convenções ou ao presente Protocolo tome as medidas necessárias para impedir tais violações às Convenções ou ao presente Protocolo e que, oportunamente, tome a iniciativa de uma ação disciplinar ou penal contra os autores das violações** (PA I, 1977). (grifo nosso)

O Estatuto de Roma (ER) o aborda da seguinte forma:

Art 28. Responsabilidade de comandantes e outros superiores

Além de outros fatores determinantes de responsabilidade penal, em conformidade com este Estatuto, por crimes do âmbito da jurisdição do Tribunal:

a) O comandante militar ou o indivíduo que atue efetivamente como comandante militar será **responsável penalmente pelos crimes** sob a jurisdição do Tribunal que tiverem **sido cometidos por forças sob o seu comando e controle efetivo, ou sua autoridade e controle efetivo**, dependendo do caso, por **não ter exercido apropriadamente o controle sobre as forças quando:**

i) Aquele **comandante militar ou indivíduo sabia** ou, em razão das circunstâncias do momento, **deveria saber** que as forças estavam cometendo ou pretendiam cometer tais crimes; e

ii) Aquele comandante militar ou indivíduo **não tenha adotado todas as medidas necessárias e razoáveis no âmbito de sua competência para prevenir ou reprimir**

sua perpetração ou para levar o caso ao conhecimento das autoridades competentes para fins de investigação e persecução.

b) No que se refere às relações entre superior e subordinado não descritas no parágrafo 1º, o superior será responsável penalmente pelos crimes sob a jurisdição do Tribunal que tiverem sido cometidos **por subordinados sob sua autoridade e controle efetivo, em razão de não ter exercido um controle apropriado sobre esses subordinados**, quando:

i) Tinha conhecimento ou de forma deliberada não levou em consideração informações que indicavam claramente que os subordinados estavam cometendo tais crimes ou se propunham a cometer tais crimes;

ii) Os crimes guardam relação com atividades que estavam no âmbito efetivo da responsabilidade ou controle do superior; e

iii) O superior não adotou todas as medidas necessárias e razoáveis no âmbito de sua competência para prevenir ou reprimir sua perpetração ou para levar o caso ao conhecimento das autoridades competentes para fins de investigação e persecução (ER, 2002). (grifo nosso)

Observa-se que o PA I e o ER retornam ao padrão da responsabilidade objetiva, abrangendo tanto condutas comissivas quanto omissivas. Daí decorrem as seguintes condicionantes da Responsabilidade do Comando, em suma: é responsável o comandante que, **devendo agir, não o faz, por falta de controle efetivo de suas forças, sabendo, ou não sabendo tendo condições de saber para reprimir e denunciar condutas criminosas de tropas no âmbito de sua responsabilidade.**

Ou seja, a responsabilidade do comando no PA I e no ER vem claramente no

sentido da “objetivação” da mesma, sendo que os comandantes, no melhor dizer de Cinelli (2011, p. 206) “devem sempre apoiar sua conduta num tripé obrigatório de responsabilidades, operacionalizadas por meio de três verbos: *instruir, impedir e reprimir*” (grifo no original).

No viés da internalização para o Direito Pátrio, a Proposta de Substitutivo de Projeto de Lei em exame, apresentada ao Congresso Nacional, dá-se, como foi visto em seu artigo 5º, nos mesmos moldes do artigo 28 *caput* e alínea a, do ER. A responsabilidade é, portanto, **objetiva, por dolo ou culpa, seja ela culpa consciente** (que pode ser prevista pelo homem mediano, padrão de coerência) **ou culpa inconsciente** (que nem sequer está na previsão do agente). É, ainda, causada por **erro de proibição** (que recai sobre a ilicitude do fato) ou por **ignorância inescusável** (desconhecimento). Ainda, há que se ressaltar que a culpa inconsciente somente será escusável se **inevitável**, o que atenua o nível de profundidade exigido à tipificação em condutas como as que se **sabe ou deveria saber o resultado**.

Há ainda aqui, uma última observação a fazer, que diz respeito ao **resultado**. A conduta típica sugerida pelo artigo 54 é justamente a que traz à baila a possibilidade de responsabilidade sem a necessidade do resultado, ao afirmar que basta a mesma ser **apta a causar** danos diversos. Essa previsão é mais explícita e gravosa que aquelas do próprio ER, pois inclui a **possibilidade de responsabilização do comandante por omissão, com culpa inconsciente, quanto a erro de proibição,**

independentemente de ter produzido qualquer resultado.

O tratamento das excludentes de responsabilidade

As excludentes possíveis de serem arguidas, a fim de se ver afastada a responsabilidade dos comandantes, conforme o regime previsto no Estatuto de Roma, são as dos artigos 31, 32 e 33.

Art 31. Circunstâncias que excluem a responsabilidade penal:

[...] um indivíduo **não será criminalmente responsável** se, no momento da prática de determinada conduta:

a) Sofrer de enfermidade ou deficiência mental que a **prive da capacidade para avaliar a ilicitude ou a natureza da sua conduta, ou da capacidade para controlar essa conduta** a fim de não violar a lei;

b) Estiver em **estado de intoxicação que a prive da capacidade para avaliar a ilicitude ou a natureza da sua conduta, ou da capacidade para controlar essa conduta** a fim de não transgredir a lei, a menos que se tenha intoxicado voluntariamente em circunstâncias que lhe permitiam ter conhecimento de que, em consequência da intoxicação, poderia incorrer numa conduta tipificada como crime da competência do Tribunal, ou, de que haveria o risco de tal suceder;

c) Agir em **defesa própria ou de terceiro com razoabilidade** ou, em caso de crimes de guerra, em **defesa de um bem que seja essencial para a sua sobrevivência ou de terceiro ou de um bem que seja essencial à realização de uma missão militar**, contra o uso iminente e ilegal da força, de **forma proporcional ao grau de perigo** para si, para terceiro ou para os bens protegidos. O fato de participar em uma força que realize uma operação de defesa não

será causa bastante de exclusão de responsabilidade criminal, nos termos desta alínea;

d) Tiver incorrido numa conduta que presumivelmente constitui crime da competência do Tribunal, em consequência de **coação decorrente de uma ameaça iminente de morte ou ofensas corporais graves para si ou para outrem**, e em que se veja compelida a **atuar de forma necessária e razoável** para evitar essa ameaça, desde que **não tenha a intenção de causar um dano maior que aquele que se propunha evitar**.

Essa ameaça tanto poderá:

i) Ter sido feita por outras pessoas; ou

ii) Ser constituída por outras circunstâncias alheias à sua vontade.

[...]

Art. 32. Erro de fato ou erro de direito

1. O **erro de fato** só excluirá a responsabilidade criminal se **eliminar o dolo** requerido pelo crime.

2. O **erro de direito** sobre se determinado tipo de conduta constitui crime da competência do Tribunal **não será considerado fundamento de exclusão de responsabilidade criminal**. No entanto, o erro de direito poderá ser considerado fundamento de exclusão de responsabilidade criminal **se eliminar o dolo** requerido pelo crime ou se decorrer do artigo 33 do presente Estatuto.

Artigo 33 **Decisão Hierárquica e Disposições Legais**

1. Quem tiver cometido um crime da competência do Tribunal, em cumprimento de uma decisão emanada de um Governo ou de um superior hierárquico, quer seja militar ou civil, **não será isento de responsabilidade criminal**, a menos que:

a) Estivesse **obrigado por lei a obedecer a decisões** emanadas do Governo ou superior hierárquico em questão;

b) **Não tivesse conhecimento de que a decisão era ilegal**; e

c) A **decisão não fosse manifestamente ilegal**.

2. Para os efeitos do presente artigo, qualquer decisão de cometer genocídio ou crimes contra a humanidade será considerada como manifestamente ilegal. (grifo nosso)

Vê-se que se trata de excludentes ora da ilicitude, ora da culpabilidade.

No artigo 31, alíneas a e b, aborda-se a inimputabilidade, que é uma das **excludentes de culpabilidade**. A inimputabilidade significa dizer que o agente não tem a aptidão necessária para ser culpável. Ou seja, diz respeito a uma condição do agente, não ao fato propriamente dito. É a capacidade subjetiva de ser culpável. (TOLEDO, 1999, p. 312-314)

No caso do ER, não houve grandes diferenças em relação ao sistema penal já em vigor no Brasil. A norma, dessa forma, está adequada ao sistema jurídico pátrio.

A alínea c do mesmo artigo trata da legítima defesa, que é uma **excludente de ilicitude**. Esta excludente pode-se dar em defesa de direito próprio ou alheio, ou de outro bem juridicamente tutelado, como no caso de **um bem que seja essencial à realização de uma missão militar**. A agressão deve ser iminente e injusta (ilícita, ilegal), e a reação deve ser proporcional, ou seja, realizada com a moderação necessária a fazer cessar aquela.

A norma da alínea é bem semelhante e não traz, até esse momento, novidades em relação ao sistema jurídico brasileiro. No entanto, ao dizer que o fato de participar de uma operação de defesa não é justificativa suficiente, passa a afetar diretamente a **missão** de uma força militar, seu **conceito da operação**, pois o **comandante** deverá defen-

der, ou seja, cumprir sua missão, sempre no limite mínimo do emprego da força e considerando a atitude inimiga como ilícita.

A alínea d trata da chamada coação irresistível, que é uma **excludente de culpabilidade**. A coação física irresistível (*vis absoluta*), no sistema jurídico nacional, exclui a própria autoria e com ela, a tipicidade. Este não é o caso da alínea. Ela refere-se a se ver compelido a realizar a conduta, ou seja, trata da coação moral irresistível (*vis compulsiva*). Esta exclui a culpabilidade por haver a inexigibilidade de o agente se comportar diferentemente ao que praticou.

Nesse caso, o sistema brasileiro é compatível com a previsão. No entanto, a questão da proporcionalidade deve ser atendida, conforme prevê o dispositivo.

O artigo 32 trata do erro de fato e do erro de direito, que **excluem o tipo e a ilicitude**, respectivamente. No caso em tela, diz respeito somente aos tipos dolosos. Como este trabalho está a estudar os artigos 5º, 6º e 54, que são tipos culposos, o exame dessa previsão não se faz necessário. Vale dizer apenas, que e a disciplina pode ser vista sob outro foco, qual seja dos conceitos de erro de tipo e erro de proibição. Assim, pela doutrina nacional, em determinadas circunstâncias, tanto um quanto o outro poderiam ser ora inescusáveis, ora escusáveis.

O regime do ER coloca a situação de forma que o dolo, componente dos tipos dolosos, caso excluído, poderá excluir o próprio crime e, com ele, a conduta, o fato. Porém, se o delito for punível a título de culpa, então não há como se ex-

cluír qualquer conduta por erro de fato, ou seja, para crimes culposos não cabe a alegação de exclusão do crime com base no número 1 do artigo 32.

Da mesma forma, ocorre com o erro de proibição, disposto no número 2 do mesmo artigo. A única observação é que traz a hipótese de, por erro de proibição, poder-se excluir o crime pela circunstância do artigo 33, qual seja a obediência hierárquica.

Assim sendo, o artigo 33 trata dessa excludente de culpabilidade. Por haver essa previsão, nem é necessária tal observação no número 2 do artigo 32. Quem age obedecendo, só pode fazê-lo lícita ou ilicitamente. Neste caso, sob a forma de erro de proibição chamado indireto, está agindo ilicitamente, mas acreditando que sob uma norma permissiva prevalente, isto é, a própria ordem.

A diferença então é muito sutil. Existe a remota possibilidade de exclusão da culpabilidade no sistema jurídico penal pátrio. No ER, entretanto, esta só é possível diante de decisão hierárquica que seja: decorrente de superior hierárquico a que se obriga por lei o agente, não ter este conhecimento da ilegalidade da ordem e não ser essa ilegalidade manifesta.

Há que se dizer ainda que a necessidade militar poderá excluir a responsabilidade criminal do comandante, pelo ER. Esta observação decorre, **por exclusão**, do preceituado no artigo 8º, 2., alínea a, iv e xiii, e alínea e, xii. A questão, no entanto, do que é a necessidade militar justificadora, fica à apreciação do mérito pelo Tribunal. Observe-se então (BRASIL, 2002):

Art 8º Crimes de Guerra

[...]

2. Para os efeitos do presente Estatuto, entendem-se por “crimes de guerra”:

a) As violações graves às Convenções de Genebra, de 12 de Agosto de 1949, a saber, qualquer um dos seguintes atos, dirigidos contra pessoas ou bens protegidos nos termos da Convenção de Genebra que for pertinente:

[...]

iv) Destruição ou a apropriação de bens em larga escala, quando **não justificadas por quaisquer necessidades militares e executadas de forma ilegal e arbitrária**;

[...]

xiii) Destruir ou apreender bens do inimigo, a menos que tais destruições ou apreensões sejam **imperativamente determinadas pelas necessidades da guerra**;

[...]

e) As outras violações graves das leis e costumes aplicáveis aos conflitos armados que não têm caráter internacional, no quadro do direito internacional, a saber qualquer um dos seguintes atos:

[...]

xii) Destruir ou apreender bens do inimigo, **a menos que as necessidades da guerra assim o exijam**. (grifo nosso)

Neste ponto, antes de prosseguir no estudo da Proposta, vale bem compreender o conceito de necessidade militar. Trata-se de um dos princípios do DIH, que significa que se:

justifica o emprego da violência e da astúcia, nos limites em que a violência e a astúcia são indispensáveis para atingir o fim da guerra, a redução do adversário à impotência, à impossibilidade de prorrogar a resistência. (FAUCHILLE, 1921, t. 2, p. 12)

Mello (1997, p. 122) complementa ainda esse entendimento, ao afirmar que a necessidade militar sempre se relaciona a alguma coisa, sendo uma questão de comparação entre os “males supérfluos” que uma arma pode causar com a “vantagem militar” que pode resultar do uso desta mesma arma.

No que se refere à Proposta de internalização do regime do TPI, objeto deste exame, ela não aborda, em momento algum, a existência ou a possibilidade de qualquer excludente de responsabilidade do comandante. Vai mais longe ainda, ao dizer, no artigo 6º, que a necessidade militar não exclui a responsabilidade penal, ou seja, retira esta possível excludente do rol das aplicáveis em casos concretos. Para ela, não existe relação de forças a ser feita entre mal causado e vantagem militar, todo risco é mal e, por isso, merece ser banido.

Pode-se dizer que, apenas no voto do relator, deputado Antônio Carlos Biscaia, no texto do Substitutivo, citam-se algumas excludentes, mas o legislador já as rechaça como sendo avaliáveis em cada caso concreto e no sistema do Código Penal Comum. Às demais, consequentemente, resta à dúvida se não seriam internalizadas ou se seguiriam também o Código Penal Comum. Aliás, fica outro grande questionamento sobre a aplicação do Código Penal Comum ou Militar, conforme disposto para casos específicos na própria Proposta, em seu artigo 7º, caput e parágrafo único, combinado com seu artigo 126; qual seja se caberia a aplicação da Lei Especial mais restritiva, acompanhando a direção de maximização das responsabilidades intencionada pelo ER. Eis o texto:

Não há necessidade de prever a **coação irresistível e a obediência hierárquica** como excludentes de culpabilidade, uma vez que o **nosso Código Penal já dispõe claramente sobre essa questão, no seu art. 22**. Trata-se de hipóteses de exclusão da culpabilidade pela inexigibilidade de conduta diversa, previstas na parte geral do Código, não havendo necessidade de sua repetição em lei especial (BRASIL, 2008c, p. 6, grifo nosso).

Pressupostos do comando

Comandar é um ato de extrema dificuldade, pois exige preparação técnica e emocional. Além disso, tais condições têm que ser continuamente alimentadas, já que os ambientes operacionais, as pessoas e os valores mudam no decorrer da história. Os conflitos passam por gerações (está-se na 5ª para alguns, para outros na 4ª). Ou seja, o ambiente operacional de hoje não é mais o mesmo da 2ª Guerra Mundial, ou mesmo da Guerra do Vietnã. Vive-se o amplo espectro das operações, em que são exigidas novas e diversas capacidades de cada tropa e de seus comandantes.

Nesse contexto, também o Direito Internacional Humanitário ganhou força ao longo dessas décadas, buscando satisfazer a complexidade que se lhe apresentava. O nível de cobrança de responsabilidade dos comandantes em operações cresceu, e a ordem vigente ensina: combates com o mínimo de perdas e baixas de combatentes e não combatentes, com o mínimo de danos a bens e ao patrimônio em geral, e pelo mais curto prazo. Isso significa que os limites à livre atuação e poder decisório dos comandantes diminuiu. Mas, até que ponto, pois a doutrina

ainda ensina as ações cada vez mais dinâmicas em combate? Conceitos típicos das operações vistas pelo mundo continuam em vigor, contrastando com as imposições do DIH. A iniciativa do comandante, sua liberdade de ação para decidir e, mesmo sua liderança, estão sendo afetadas pelo DIH? Parece que a resposta positiva é óbvia. Vale, então, entender esses conceitos junto à doutrina nacional para depois se verificarem as consequências a esta, ocasionadas pela possível internalização desse pensamento jurídico, à luz da Proposta de Projeto de Lei em exame.

Eis o que diz, a respeito dos contextos da chamada Guerra de Movimento, o MD35-G-01, Glossário das Forças Armadas (BRASIL, 2007a, p. 127):

GUERRA DE MOVIMENTO - Tipo de guerra que se caracteriza pela ausência de frente estática e no qual as forças de ambos os partidos nela empenhados procuram **obter ou conservar a iniciativa das operações**, recorrendo à manobra, à organização dos fogos e à utilização do terreno. (grifo nosso)

Também, no mesmo sentido, vem a IP 100-1, Doutrina Delta (BRASIL, 1996, p.1-1):

As concepções doutrinárias atualmente em vigor nos exércitos dos países desenvolvidos, com experiência de combate recente, consideram que, no futuro, os comandantes deverão enfrentar desafios substancialmente diferentes daqueles com que se depararam no passado. A guerra transformou-se em tarefa multidimensional, exigindo alto grau de **iniciativa**, agilidade, sincronização e capacidade de gerenciamento das informações.
[...]

A **iniciativa** permite a conservação do espírito ofensivo e a manutenção da **liberdade de ação**.

[...]

O desenvolvimento da guerra eletrônica e a consequente limitação do uso dos meios de comunicações no campo de batalha exigirão que os comandantes (Cmt) tomem decisões independentemente de ligações com seu escalão superior, ampliando a **necessidade de iniciativa e liderança**, em todos os escalões. (grifo nosso)

Aliás, segundo essa Doutrina, a iniciativa é um dos fatores de êxito no combate e um dos principais atributos do comandante, nestes termos (Ibid., p. 3-3): “**liderança**; coragem; decisão; objetividade; **iniciativa**; versatilidade; criatividade; e capacidade de coordenação e controle” (grifo nosso).

Observe-se que se trata da introdução do conceito de iniciativa.

O MD51-M-04, Manual de Doutrina Militar de Defesa, do Ministério da Defesa (MD), diz o seguinte, corroborando o exposto (BRASIL, 2007b, p. 17):

A **iniciativa** dos combates pertencem às forças atacantes, normalmente de maior poder militar. Atualmente, as percepções estratégicas de defesa são diversificadas e complexas e em nada lembram as primeiras manifestações do passado. (grifo nosso)

Ao tratar das principais estratégias de emprego das Forças Armadas, o mesmo diploma (BRASIL, 2007b, p. 36) diz:

Ofensiva: Caracteriza-se pela **iniciativa** das operações em relação ao inimigo, quer concentrando as ações em áreas de interesse, quer desencadeando-as em território

rio inimigo, sem qualquer propósito de anexação deste, mas obtendo vantagens políticas e militares iniciais, visando às futuras negociações de paz. (grifo nosso)

E, ainda, ao tratar dos princípios de guerra, comenta:

Ofensiva: Princípio que se caracteriza por levar a ação bélica ao inimigo, de forma a se obter e manter a **iniciativa** das ações, estabelecer o ritmo das operações, determinar o curso do combate e, assim, impor sua vontade (BRASIL, 2007b p. 37).

[...]

Manobra: [...]

Enfatiza a exploração da aproximação indireta, não meramente em termos de mobilidade ou movimento espacial, mas também em termos de oportunidade, **iniciativa, liberdade de ação** e definição do ponto decisivo de aplicação da força. (BRASIL, 2007b, p. 42, grifo nosso)

No mesmo sentido, o Glossário das forças Armadas refere-se à operação ofensiva (BRASIL, 2007a, p. 182):

OPERAÇÃO OFENSIVA – Operação terrestre e agressiva, na qual predominam o movimento e a **iniciativa**, com a finalidade de cerrar sobre o inimigo, concentrar um poder de combate superior, no local e momento decisivo, e aplicá-lo para destruir suas forças por meio do fogo, do movimento e da ação de choque e, obtido sucesso, passar ao aproveitamento do êxito ou à perseguição. (grifo nosso)

Complementa, dizendo sobre o princípio da ofensiva (BRASIL, 2007a p. 209): “A ação ofensiva é necessária para obter-se resultados decisivos, bem como para manter a **liberdade de ação**” (grifo nosso).

E, tem-se ainda o Manual de Doutrina Militar de Defesa (BRASIL, 2007b, p. 37): “A ação ofensiva [...] é inspirada na audácia, fortalecendo o espírito de corpo e **motivando o combatente**” (grifo nosso).

Ou seja, a iniciativa dá liberdade de ação e flexibilidade ao comandante e disso resulta motivação aos seus subordinados.

Veja-se o que diz o Manual do Exército Brasileiro, C 100-5, que trata das Operações (BRASIL, 1997, p. 1-2):

A doutrina da Força Terrestre enfatiza, como fatores decisivos para a vitória final: o espírito ofensivo; a importância da **conquista e manutenção da iniciativa**; a rapidez de concepção e de execução das operações; a iniciativa dos subordinados; a flexibilidade para alterar atitudes, missões e constituição das forças; a sincronização das ações no tempo e no espaço; e a **liderança e capacidade de decisão dos comandantes** em todos os escalões. (grifo nosso)

Relativo ao princípio da ofensiva (BRASIL, 1997, p. 4-2):

b. A primeira manifestação da ofensiva é a **iniciativa** das ações.

c. A **iniciativa** permite a escolha da hora e do local do ataque, facilitando a surpresa. (grifo nosso)

Nessa mesma linha, traz o conceito operacional de Guerra de Movimento (BRASIL, 1997, p. 4-7), já tratado.

E, é um dos fundamentos das operações ofensivas do Manual de Operações (BRASIL, 1997, p. 5-3):

e. Iniciativa – A iniciativa permite ao comandante impor sua vontade para a

decisão do combate e, por isso, deve ser sempre buscada e conservada. O atacante pode escolher a hora, o local, a direção e o valor do ataque, mantendo sempre a iniciativa das ações.

O Manual C 20-10, Liderança Militar do Exército Brasileiro (BRASIL, 2011, p. 5-5), bem retrata importância da iniciativa, ora como competência necessária individual do líder militar, que traduz a capacidade de decidir por si só, mas com certa flexibilidade, o que no mínimo é questionável em face do ER e da Proposta de PL em exame:

Iniciativa – Competência para agir em face das situações inesperadas, **sem depender de ordem ou decisão superior**. É a habilidade para, rapidamente, mobilizar a si e ao grupo, no sentido de **atingir as metas estabelecidas, sem aguardar deliberação ou determinação dos superiores**. O líder dotado de iniciativa também é ágil, cognitiva e emocionalmente. Dessa forma, a iniciativa **abrange ainda o conceito de rapidez de raciocínio, que se caracteriza por antecipar-se às situações de incerteza ou de mudanças para pensar e aplicar, em tempo hábil, soluções alternativas** quando a decisão ou a ação adotada não está sendo eficaz. (grifo nosso)

Além da iniciativa, outro conceito que foi trazido ao estudo foi o de liberdade de ação, que já foi destacado em alguns trechos acima: Doutrina Delta (BRASIL, 1996, p.1-1); Doutrina Militar de Defesa (BRASIL, 2007b, p. 36); e Glossário das Forças Armadas (BRASIL, 2007a, p. 209).

No entanto, vale observar que este conceito também está presente no Manual de Doutrina Militar de Defesa (BRASIL,

2007b, p. 38-39), ao discorrer sobre o princípio da segurança:

Princípio que consiste nas medidas essenciais à **liberdade de ação** e à preservação do poder de combate necessário ao emprego eficiente das FA, [...]

A aplicação desse princípio requer adequada análise das possibilidades do inimigo, [...] com o propósito de reduzir vulnerabilidades e **de preservar a liberdade de ação**. Esse princípio não busca a eliminação de todos os riscos, mas admite o **conceito de risco calculado**. (grifo nosso)

Vale observar a importante consideração que se faz quanto à segurança: é possível falar-se em risco calculado diante do DIH, ER e da Proposta de Projeto de Lei em estudo?

O Glossário das Forças Armadas bem define o que é liberdade de ação (BRASIL, 2007b, p. 145):

1. Capacidade de planejar e executar as ações necessárias à consecução do objetivo estabelecido. 2. Capacidade de executar ações estratégicas, na busca da concretização de interesses ou objetivos nacionais, com o **mínimo possível de restrições de Estados, organismos ou opinião pública, internacional ou nacional**. (grifo nosso)

Ao discorrer sobre comando no teatro de operações, o manual C 100-5: Operações (BRASIL, 1997, p.2-5), diz que se

deve garantir a direção centralizada da operação [...], descentralização na sua execução, para proporcionar flexibilidade e liberdade de ação aos comandos subordinados.

Também, utiliza o conceito ao tratar do fundamento da ofensiva “manutenção do contato” (BRASIL, 1997, p. 5-2):

A manutenção do contato é um fundamento da ofensiva que garante ao comandante de qualquer escalão a obtenção de informações sobre o inimigo, a **liberdade de ação** e a conservação da iniciativa, evitando a surpresa. O contato com o inimigo deve ser estabelecido e mantido o mais cedo possível (grifo nosso).

Outra questão sobre a qual se julga conveniente tecer comentários é a liderança. Já foram citados nos textos Doutrina Delta (BRASIL, 1996, p.3-3), do Manual de Operações Exército Brasileiro (BRASIL, 1997, p. 1-2) e no próprio Manual sobre esse tema, o C 20-10 (BRASIL, 2011, p. 5-5), aspectos importantes atinentes à mesma. Cumpre ora delinear a:

Segundo o Dicionário Aurélio da língua portuguesa, **liderança** é uma forma de dominação baseada no prestígio pessoal, a qual é aceita pelos dirigidos; é a capacidade de liderar, espírito de chefia; é a função de líder. (p. 2-1, grifo nosso)

Assim, o estudo da liderança enfatiza quatro correntes básicas, sendo a mais aceita no meio militar brasileiro, a Integradora, fundamentada na Teoria do Campo Social, de Kurt Lewin (1890-1947), que a vê como “fruto da interação de quatro fatores — situação, líder, liderados e interação” (BRASIL, 2011, p. 2-5).

Esse documento a conceitua então, da seguinte forma:

A **liderança militar** consiste em um processo de influência interpessoal do líder

militar sobre seus liderados, na medida em que implica o estabelecimento de vínculos afetivos entre os indivíduos, de modo a favorecer o logro dos objetivos da organização militar em uma dada situação (BRASIL, 2011, p. 3-4).

A liderança militar estabelecer-se-á apoiada basicamente em três pilares:

- proficiência profissional;
- senso moral e traços de personalidade característicos de um líder; e
- atitudes adequadas.

Assim, observa-se o que o líder deve **saber, ser e fazer** [...]

A **proficiência profissional** indica capacidade, conhecimento, cultura. [...] é a primeira qualidade que se observa e se exige de alguém que exerce uma função de comando. Abrange, além dos **conhecimentos peculiares à profissão**, [...]

O **senso moral** diferencia os que usam o poder que determinado cargo lhes confere para fazer o bem e agir em prol da coletividade e da missão [...]

A **atitude adequada**, [...] evidenciada na forma como o homem emprega os valores e as competências de sua personalidade com as ferramentas que seus **conhecimentos** lhe oferecem. (BRASIL, 2011, p. 3-5, grifo nosso)

Vê-se que se falou em conhecimentos como necessários ao comandante. Um destes pode ser justamente aquele sobre o DIH.

Ainda, ao se referir à liderança no nível estratégico, que é aquele mais afeto a um comandante com certo poder de decisão em combate, o referido Manual faz alusão aos conhecimentos em relações internacionais, nas quais se inclui o DIH. Diz (BRASIL, 2011, p. 6-8):

No nível estratégico, o líder militar deve estar motivado, ainda, para acumular conhecimentos nas áreas da liderança, da

estratégia, da geopolítica, da História Militar, da administração, da gestão empresarial, da gestão de recursos humanos, **das relações internacionais**, dentre outras. (grifo nosso)

Diante do exposto, observa-se que a iniciativa, a liberdade de ação e a liderança, são necessidades inafastáveis ao comandante militar em operações. Limitá-las pode trazer repercussões ao próprio resultado da contenda e ao cumprimento da missão. Para, tanto, segue-se a discussão.

Discussão

A questão das limitações impostas, então, aos comandantes em operações militares, decorre do exame da Proposta de Substitutivo em estudo, quando colocada diante de necessidades típicas à ação de comando destes chefes, quais sejam a iniciativa, a liberdade de ação e a liderança.

Do exposto, observa-se que a Proposta, no que se refere a seus artigos 5º, 6º e 24, trata especificamente de **tipos culposos**. Segue os rumos do ER, porém sem especificar as excludentes.

Assim, não há dúvida quanto à responsabilidade pelas condutas praticadas **dolosamente**, pois são, por óbvio, criminalizadas. As condutas **culposas**, pelo que se observa do Substitutivo, dão conta de que se aplicam inclusive aos casos em que os comandantes agem com **culpa inconsciente** (artigo 5º), **causando ou não resultados lesivos ou danos** (artigo 54), a pessoas ou a bens.

Desse modo, é perceptível que se está diante de casos de **responsabilização objetiva**, que abarca condutas tanto **comissivas**,

quanto **omissivas**, retornando àquele padrão desejado já no precedente Yamashita. A diferença está no fato de ora ser bem mais profunda a responsabilização. A Proposta enseja que o Comandante seja responsabilizado pelas **condutas que faz, pelas que não faz e sabe, pelas que não faz e deveria saber que foram feitas**, isto é, pelo seu não controle. E, ainda, pelas suas **omissões em fazer cessar** condutas criminosas de seus subordinados, **prevenindo-as, reprimindo-as ou denunciando-as**, isto é, pela omissão de seu dever de instruir impedir e reprimir.

Mais que isso ainda, não faz a menção às excludentes, já que as considera implícitas no Sistema Jurídico Brasileiro. Cita apenas duas delas, a coação irresistível e a obediência hierárquica, como se as demais nem existissem. Deixa, portanto, de especificar, embora seja Projeto de Lei Especial, excludentes de ilicitude, como a legítima defesa e o erro de proibição; e excludentes de culpabilidade, como a inimizabilidade.

Outro aspecto importante quanto às excludentes, é que a Proposta de Substitutivo aplica a elas ainda o critério da **proporcionalidade, princípio do DIH**. Esta só torna permissiva, **escusável**, uma conduta, desde que o mal causado seja inferior ao bem preservado. E, como a escusabilidade se liga à **inevitabilidade**, quem previu, poderia prever ou deixou de prever, acabou por omitir-se de alguma forma; ou na instrução, ou no impedimento ou na repreensão às condutas delituosas. É, neste sistema, da proporcionalidade combinada com a escusabilidade, praticamente impossível não haver uma ínfima culpa responsabilizadora.

Ademais, não há que se pensar, no regime da Proposta, a possibilidade de se argumentar, afastando a responsabilização, que a **necessidade militar, outro princípio do DIH**, mesmo que imperiosa, decisiva, singular à missão, impunha determinada ação do Comandante, pois que o artigo 6º a exclui de maneira absoluta, não deixando margem a dúvida e, inclusive, sendo mais rigoroso que o próprio ER. Ou seja, a Proposta não privilegia, não recebe o conceito internacionalmente reconhecido de necessidade militar. Não importa o quão imperiosa seja a necessidade, basta que dela decorra qualquer risco, para ser, então, afastada.

Aliás, já é reconhecida a impossibilidade de se afastar o risco decorrente de qualquer que seja a necessidade militar. O risco lhe é inerente. Ao ratificar a inexistência de uma harmonia entre Partes, mas tão somente um limite até onde é possível correr riscos e acima do qual se torna inaceitável, Philippe Delmas confirma a existência do risco na guerra, decorrente da necessidade militar:

Podemos garantir a paz? A pergunta é quase absurda, já que a História é praticamente a História da guerra. [...] Ao longo do tempo, os Estados inventaram a 'ordem'. Não é a harmonia, mas o limite do inaceitável (DELMAS 1996, p. 11).

Por outro lado, percebe-se que, em todos os Manuais das Forças Armadas consultados, a iniciativa, a liberdade de ação e a liderança são, mais que características, necessidades do comandante militar em combate. Este homem necessita poder agir, decidir, ter flexibilidade e autonomia para fazê-lo, inclusive calculando o risco, com pouco tempo

para pensar, e com seu conhecimento prévio, inclusive no campo das relações internacionais e do DIH.

Ora, esses pressupostos — verdadeiras necessidades do comandante militar em combate — contêm, implicitamente, um permanente cálculo de risco. Mas, se o regime da Proposta não admite riscos, conforme bem explicita seu artigo 54, parece perceptível certa incompatibilidade. Diante disso, cabe então concluir sobre que consequências restam à ação de comando em operações militares em caso da aprovação da referida Proposta.

Conclusões e recomendações

A partir do que foi possível se verificar do exame da Proposta de Substitutivo de Projeto de Lei apresentado ao Congresso, a fim de internalizar no Sistema Jurídico Pátrio, o que vem sendo propugnado pelo ER, tem-se uma tendência a aumentar o nível de responsabilidades do comandante em operações. Esse direcionamento vem no sentido de corroborar o ideário presente no cenário internacional, de maior respeito ao DIH e à dignidade humana, à luz dos quais, em qualquer conflito, passa a ser cada vez mais exigível um menor número de vítimas e de danos a bens civis.

Assim, configura-se como louvável e necessária, nestes tempos, a internalização das normas do ER, do qual o Brasil é signatário. Mais do que isso, o país tem-se destacado pela sua característica, internacionalmente conhecida, de defensor dos direitos humanos, da democracia e da solução pacífica dos conflitos. No entanto, não é isso que se está

a estudar, mas sim o nível de influência que esta internalização trará à capacidade decisória dos comandantes militares.

A inserção, no sistema nacional, de um tipo de responsabilidade objetiva, quase que inescusável, **torna extremamente prejudicados quaisquer esforços dos comandantes para buscar resultados efetivos em combate, em termos de cumprimento de suas missões.** As previsões dos artigos 5º e 54 da Proposta abrangem toda e qualquer ação ou inação, intenção ou falta desta, dirigidas ao cumprimento de uma missão. Os comandantes passam a ser responsáveis até mesmo pela possibilidade de dano de um ataque. Exigir-se que este ataque não cause dano é uma coisa, mas se exigir que um ataque não tenha possibilidade de causá-lo é outra; é como não atacar. E, observe-se que não há critério de proporcionalidade no texto do artigo 54. O menor ataque, com a menor probabilidade, desde que exista, e não há como não existir, é passível de responsabilização.

Agrava-se ainda, a situação, por vir o Substitutivo sem a possibilidade das excludentes especificamente previstas, nem mesmo a da necessidade militar, como possibilidade de balancear a humanidade, a limitação e a distinção, princípios do DIH, através do critério da proporcionalidade. Na Proposta a ser internalizada, nos exatos termos do seu artigo 6º, a necessidade militar passa a não ser causa escusável; é como que banida, apesar de princípio existente no DIH.

Assim, já se percebe que, tendo por base esses princípios consagrados pelo DIH e que estão presentes nos manuais, há que se ter uma visão, no mínimo, com ressalvas,

É fato que os regulamentos e manuais militares são as principais fontes de consulta para os comandantes, porém devem sempre adaptar-se e atualizar-se conforme a lei e não o contrário. Portanto, atuar conforme os manuais, com lei posterior modificadora dos conceitos neles inseridos pode ser temerário. Pode levar, contraditoriamente, à prática de um crime, ao invés de proteger a conduta do comandante.

Isso significa que conceitos como iniciativa, liberdade de ação e liderança podem trazer riscos, pois, apesar de desejáveis ao líder militar, podem ser interpretados, à luz da lei, como condenatórios da ação desse mesmo chefe. A **iniciativa**, que deve ser sempre buscada como princípio de guerra e conceito de guerra de movimento, pode, conforme o Direito, dar luz ao entendimento de que conservá-la a todo tempo é algo a ser revisto. A **liberdade de ação**, necessária para agir com o mínimo possível de restrições — com a assunção de riscos calculados pelo comandante — também é algo que pode ser questionado juridicamente, principalmente se uma nova norma legal não admitir risco algum, nem o mínimo. E a **liderança**, que atua como fator de motivação a qualquer tropa e que é calcada no conhecimento e no senso moral do comandante. Se o Direito impuser maiores restrições à iniciativa deste chefe, por certo a sua liderança também será afetada. Isso poderá gerar oscilações na captação de confiança dos combatentes para com seu comandante, mesmo quando uma ação imediata for necessária para obtenção de uma vantagem militar decisiva.

Ora, se isso não é desejável e não traz a devida **segurança jurídica** ao comandante

em operações, há que se pensar em buscar a discussão e levar a opinião e o conhecimento profundo dos “peritos da guerra” àqueles que aprovam, emendam ou rejeitam iniciativas de leis.

Ou seja, infere-se que os termos em que vem a internalização da Proposta de Substitutivo ao PL 301/2007 (Apenso PL 4.038/2008) são, no mínimo, preocupantes aos comandantes de operações militares. Suas condutas ou sua inação involuntária, ainda que pautadas em um preciso e coerente cálculo do risco, poderão ser questionadas em face da abrangência dos tipos penalizadores do Substitutivo, em particular os artigos 5º, 6º e 54.

Além de preocupante para os escalões superiores das Forças Armadas, a situação da perda de iniciativa, de liberdade de ação e, daí, também de liderança, por parte de seus comandantes, fica uma breve consideração: se a Proposta de Substitutivo for aprovada nos termos atuais, as condutas dos comandantes e a própria doutrina militar poderão sempre, em quaisquer hipóteses, ser questionadas. Ainda que a necessidade militar lhes imponha o dever de agir, ainda que o risco seja calculado e aceitável, poder-se-ão ver ante um tribunal. Suas condutas nunca estarão à altura de um diploma legal que não aceite riscos e que não reconheça o princípio da necessidade militar. Ou seja, a Proposta

não reconhece o risco inerente à guerra. E, mais ainda, somente os profissionais do combate, os chefes militares, podem auxiliar a clarificar o significado dessa Proposta, amenizando a abrangência dos termos em que foi escrita. Esta é a única forma para que a nova legislação não venha a tolher as ações dos comandantes militares diante de graves decisões que põem em risco a sua vida e a de seus subordinados, mas, principalmente, os destinos da nação. Só eles bem sabem, na prática e sob fogo, que o DIH é a tentativa de se regular e limitar o caos da guerra, não de negar a sua existência.

Enfim, é hora de melhor se reconhecerem os preceitos da humanidade, protegidos e enfatizados pelo DIH. Porém, nos termos e expressões dos dispositivos potencialmente legais em questão, a internalização do ER através da Proposta em estudo pode-se revelar, pela criminalização dos riscos da ação de comando, uma ameaça aos interesses da Nação brasileira, principalmente em momentos de extrema gravidade, como são as guerras. Se há que se internalizarem os preceitos do Estatuto de Roma, regularizando o que o Decreto 4.388, de 25 de setembro de 2002 já determinou, que isso seja feito com a participação e o debate junto aos comandantes militares, que conhecem a outra face da idealizada paz, nem sempre tão possivelmente digna e humana. Guerra sem riscos não existe. Fica o alerta. ☺

Referências

- BELO, Warley. Culpabilidade material em Jackobs e Roxin, **Boletim IBCCRIM**, São Paulo, ano 18, n. 221, p. 6, abr. 2011.
- BIANCHINI, Alice; GOMES, Luiz Flávio; García-Pablos de Molina, Antônio. **Direito penal : introdução e princípios fundamentais**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: R. dos Tribunais, 2009.

- BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal**: parte geral, 1. 17. ed., rev., ampl. e atual. de acordo com a Lei nº 12.550, de 2011. São Paulo: Saraiva, 2012.
- BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. **Projeto de lei nº 301, de 2007**. Brasília, DF: [Congresso Nacional, 2008a].
- _____. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. **Projeto de lei nº 4.038, de 2008**. Brasília, DF: [Congresso Nacional, 2008b].
- _____. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. **Substitutivo ao projeto de lei nº 301, de 2007 (Apenso PL nº 4.038, de 2008)**. Brasília, DF: [Congresso Nacional, 2008c].
- _____. Decreto nº 4.388, de 25 de setembro de 2002. Promulga o estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional. **Diário Oficial da [República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 26 set. 2002.
- _____. Exército. Estado-Maior. **Instruções provisórias**: bases para a modernização da doutrina de emprego da força terrestre (Doutrina Delta): IP 100-1. Brasília, DF: Ministério do Exército, 1996.
- _____. Exército. Estado-Maior. **Manual de campanha**: liderança militar: C 20-10. 2. ed. Brasília, DF: Ministério do Exército, 2011.
- _____. Exército. Estado-Maior. **Manual de campanha**: operações: C 100-5. 3. ed. Brasília, DF: Ministério do Exército, 1997.
- _____. Ministério da Defesa. **Glossário das Forças Armadas**: MD35-G-01. 4. ed. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2007a.
- _____. Ministério da Defesa. Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais. **Doutrina Militar de Defesa**: MD51-M-04. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2007b.
- CINELLI, Carlos Frederico Gomes. **Direito internacional humanitário**: ética e legitimidade na aplicação da força em conflitos armados. Curitiba: Juruá, 2011.
- CONTI, Eduardo Martin. Teoria da actio libera in causa, tipicidade culposa e responsabilidade penal objetiva. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 18, n. 3725, 12 set. 2013. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/25277>>. Acesso em: 6 dez. 2013.
- COSTA JÚNIOR, Paulo José da. **Comentários ao Código penal**. 7. ed., atual. São Paulo: Saraiva, 2002.
- DELMAS, Philippe. **O belo futuro da guerra**. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- FAUCHILLE, Paul. **Traité de droit international public**. Paris: A. Rousseau, 1921. t. 2
- GABINETE DE DOCUMENTAÇÃO E DIREITO COMPARADO. **Convenção I, convenção de Genebra para melhorar a situação dos feridos e doentes das forças armadas em campanha**. Disponível em: <<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/dih-conv-I-12-08-1949.html>>. Acesso em: 4 dez. 2013.

_____. **Convenção II, convenção de Genebra para melhorar a situação dos feridos, doentes e náufragos das forças armadas no mar, de 12 de agosto de 1949.** Disponível em: <<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/dih-conv-II-12-08-1949.html>>. Acesso em: 4 dez. 2013.

_____. **Convenção III, convenção de Genebra relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra de 12 de agosto de 1949.** Disponível em: <<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/dih-conv-III-12-08-1949.html>>. Acesso em: 4 dez. 2013.

_____. **Convenção IV, convenção de Genebra relativa à protecção das pessoas civis em tempo de guerra, de 12 de Agosto de 1949.** Disponível em: <<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/dih-conv-IV-12-08-1949.html>>. Acesso em: 4 dez. 2013.

_____. **Protocolo I adicional às convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949 relativo à protecção das vítimas dos conflitos armados internacionais.** Disponível em: <<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/dih-prot-I-conv-genebra-12-08-1949.html>>. Acesso em: 4 dez. 2013.

_____. **Protocolo II adicional às convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949 relativo à protecção das vítimas dos conflitos armados não internacionais.** Disponível em: <<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/dih-prot-II-conv-genebra-12-08-1949.html>>. Acesso em: 4 dez. 2013.

GUARAGNI, Fábio André. **As teorias da conduta em direito penal: um estudo da conduta humana do pré-causalismo ao funcionalismo pós-finalista.** São Paulo: R. dos Tribunais, 2005.

HUNGRIA, Nélson et al. **Comentários ao Código penal: Decreto-lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940.** 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1978. v. 1, t. 2

INTERNATIONAL COMMITTEE OF THE RED CROSS. **Protocol additional to the Geneva Conventions of 12 August 1949, and relating to the adoption of an additional distinctive emblem (Protocol III), 8 December 2005.** Disponível em: <<https://www.icrc.org/applic/ihl/ihl.nsf/INTRO/615?OpenDocument>>. Acesso em: 4 dezembro 2013.

JESUS, Damásio Evangelista de. **Direito penal: 1. volume : Parte geral.** 33. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

MELLO, Celso Duvivier de Albuquerque. **Direitos humanos e conflitos armados.** Rio de Janeiro: Renovar, 1997.

PEREIRA, Carlos Frederico de Oliveira. **Direito internacional penal: a responsabilidade de comando no estatuto de Roma e sua implementação no código penal militar.** Curitiba: Juruá, 2010.

TOLEDO, Francisco de Assis. **Princípios básicos de direito penal.** 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

WALZER, Michael. **Guerras justas e injustas: uma argumentação moral com exemplos históricos.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Consórcio Nacional POUPEX

Planeje a realização de seus sonhos

IMÓVEL, CARRO, MOTO E SERVIÇO

VANTAGENS

- atendimento personalizado.
- as melhores taxas.
- alto índice de contemplação.
- agilidade na liberação da carta de crédito.
- grupos financeiramente equilibrados.
- garantia da FHE.



Conheça as condições no site
fhe.org.br/consorcio

Para militares da ativa e inativos, seus pensionistas, cônjuges e filhos, os servidores civis das Forças Armadas e seus pensionistas, os empregados do Banco do Brasil S/A e outros mediante contrato de convênio.

ESCRITÓRIO REGIONAL NO RIO DE JANEIRO/RJ - ESCRJ

Praça Duque de Caxias - Ala Cristiano Ottoni (PDC) - 3º Andar - Centro - 20221-260
Rio de Janeiro/RJ - Fone (21) 2196-4444 - Fax (21) 2196-4440



Fundação
Habitacional
do Exército



Associação
de Poupança
e Empréstimo

Consulte os endereços e telefones dos Pontos de Atendimento da FHE no site www.fhe.org.br

Central de Teletendimento ao Cliente 0800 61 3040 Ouvidoria 0800 647 8877 Central de Teletendimento aos Surdos 0800 646 4747

FINANCIAMENTO PARA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO



JUROS BAIXOS

PARA O PÚBLICO EM GERAL

(21) **2196-4444**
WWW.POUPEX.COM.BR/FMCG

Com a POUPEX, aquele projeto de construir ou reformar o seu imóvel e de comprar armários planejados se materializa. Você pode financiar o material de construção, na loja de sua preferência, no valor de até R\$ 200 mil. Os juros são baixos, a liberação do crédito é ágil e você pode pagar em 96 meses. Além de todas essas facilidades, há uma equipe de profissionais para orientá-lo. Materialize já o seu sonho. **Visite o Escritório Regional do Rio de Janeiro, no Palácio Duque de Caxias - Centro.**



Biblioteca do Exército

**Cada vez mais a serviço dos ideais,
dos valores e das necessidades da
cultura militar brasileira.**

www.bibliex.ensino.eb.br

ISSN 0011-7641



9 770011 764109